

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA  
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA

**JOSÉ FÉLIX DA COSTA FILHO**

**DIAGNÓSTICO SOCIOLINGUÍSTICO DA LÍNGUA TIKUNA FALADA EM  
MANAUS**

Cáceres, MT  
2025

**JOSÉ FÉLIX DA COSTA FILHO**

**DIAGNÓSTICO SOCIOLINGUÍSTICO DA LÍNGUA TIKUNA FALADA EM  
MANAUS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística, sob a orientação da professora Dra. Valéria Faria Cardoso.

Cáceres, MT  
2025

Ficha catalográfica elaborada pela Supervisão de Bibliotecas da UNEMATCatalogação de Publicação na Fonte.  
UNEMAT - Unidade padrão

F481d Filho, José Félix da Costa.

DIAGNÓSTICO SOCIOLINGUÍSTICO DA LÍNGUA TIKUNA FALADA EM  
MANAUS / José Félix da Costa Filho. - Cáceres, 2025.

Of.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes  
Maldonado", Linguística/CAC-PPGL - Cáceres - Doutorado  
Acadêmico, Universidade Do Estado De Mato Grosso "Carlos Alberto  
Reyes Maldonado".

Orientador: Valéria Faria Cardoso.

Coorientador: Francineli Cezarina Lara.

1. Diagnóstico; Língua Tikuna. 2. Sociolinguística crítica.  
3. Políticas linguísticas. 4. Diversidade. I. Cardoso., Valéria  
Faria. II. Lara, Francineli Cezarina. III. Título.

UNEMAT / MTSCB

CDU 81`27

JOSÉ FÉLIX DA COSTA FILHO

**DIAGNÓSTICO SOCIOLINGUÍSTICO DA LÍNGUA TIKUNA FALADA EM  
MANAUS**

BANCA EXAMINADORA

---

Profª Drª Valéria Faria Cardoso  
Orientadora/Presidente (PPGL/UNEMAT)

---

Profª Drª Raynice Geraldine Pereira da Silva  
Membro Externo (PPGL/UFAM)

---

Profª. Drª. Camille Cardoso Miranda  
Membro Externo – (UFPA)

---

Prof. Dr. Wellington Pedrosa Quintino  
Membro Interno (PPGL/UNEMAT)

---

Profª Drª Gislaine Aparecida de Carvalho  
Membro Interno (PPGL/UNEMAT)

---

Profª. Drª. Francineli Cezarina Lara  
Suplente (PPGL/UNEMAT)

Aprovada em: 27/06/2025

## AGRADECIMENTOS

Como seríamos sem o nosso Pai Eterno? Nada vezes nada.

À comunidade indígena dos Magüta (Tikuna), junto à Associação Comunitária Wotchimaticü, localizada no bairro Cidade de Deus, Zona Leste de Manaus, AM, todo meu apreço e agradecimento sincero.

Foram muitos os caminhos percorridos até que eu chegasse aqui. A cada passo, os obstáculos pareciam mais próximos, mas eu sabia, no íntimo, que este momento chegaria.

Em memória dos meus pais, o Sr. José Félix da Costa e a Sra. Benigna Pachêco da Costa — casal de força espiritual incontestável. Ele, carpinteiro; ela, servidora pública, atuando como auxiliar de serviços gerais em escolas públicas municipais da cidade de Codó, no Estado do Maranhão. O trabalho foi a maior herança que ambos deixaram, e com ele prosperamos até alcançar esta missão.

No âmbito acadêmico, minha vida se divide em dois momentos: antes da UNEMAT e depois que me tornei aluno desta Instituição de Ensino Superior. A UNEMAT tem como essência a democratização da produção e difusão do conhecimento, não apenas nos grandes centros urbanos, mas também nas cidades do interior, permitindo que os discentes permaneçam próximos de suas raízes e se formem como profissionais críticos de suas próprias histórias.

E foi por circunstâncias do destino que encontrei pessoas iluminadas, como a Professora Doutora Valéria Faria Cardoso, que se tornou minha orientadora e foi presença essencial ao longo desta trajetória. Sua orientação foi crucial para que eu pudesse chegar até aqui.

*“Enquanto houver um rio, uma floresta e alguém que  
cante em sua língua, a humanidade não terá acabado”  
— Ailton Krenak, Ideias para adiar o fim do mundo  
(2019).*

## RESUMO

Este trabalho, vinculado à Área de Concentração *Estudo de Processos Linguísticos*, na Linha de Pesquisa *Estudo de Processos de Variação e Mudança, de Descrição, Análise e Documentação de Línguas Indígenas*, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), tem como objetivo realizar um diagnóstico sociolinguístico da língua tikuna falada em contexto urbano na cidade de Manaus. A pesquisa concentra-se na Associação Comunitária Wotchimaücü, localizada no bairro Cidade de Deus, Zona Leste de Manaus, onde vivem famílias da etnia Magüta (Tikuna) provenientes do Alto Solimões, especialmente das cidades de Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte. A investigação fundamenta-se na perspectiva da sociolinguística crítica (Moita Lopes, 2006; Bagno, 2013) e a ainda da sociolinguística educacional (Bortoni-Ricardo, 2004; Martins 2005), que compreendem a linguagem como prática social situada, atravessada por relações de poder, e busca interpretar os usos linguísticos como expressões de resistência, construção de identidades e trajetórias socioculturais. A metodologia adotada é qualitativa e descritiva, com base em entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários sociolinguísticos adaptados do Guia de Pesquisa e Documentação para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (IPHAN, 2014/2016). O *corpus* empírico da pesquisa é composto por dez participantes organizados em cinco grupos etários: infância (9 a 12 anos), juventude (13 a 25 anos), adulto I (26 a 40 anos), adulto II (41 a 60 anos) e idosos (acima de 60 anos). Cada grupo foi analisado com base em um conjunto de questões relacionadas à aquisição e transmissão da língua, práticas de leitura e escrita, bilinguismo funcional, atitudes linguísticas, repertórios urbanos e multilinguismo. A análise articula os dados locais com os marcos legais e institucionais voltados à valorização das línguas indígenas, ressaltando os princípios da Década Internacional das Línguas Indígenas (IDIL 2022–2032). A tese demonstra que, apesar das pressões de assimilação linguística e das dificuldades enfrentadas no espaço urbano, os Tikuna mantêm sua língua materna como elemento central de identidade e resistência cultural. A língua tikuna é utilizada na comunicação familiar, em práticas religiosas, culturais e comunitárias, coexistindo com o uso funcional da língua portuguesa no ambiente urbano. A pesquisa aponta para a importância de ações de fortalecimento linguístico, formação de professores indígenas e elaboração de políticas públicas sensíveis às realidades sociolinguísticas das populações indígenas urbanas. A experiência da Associação Wotchimaücü em Manaus evidencia que a preservação da língua tikuna depende do equilíbrio entre a transmissão intergeracional, o engajamento político comunitário e a implementação de políticas institucionais comprometidas com os direitos linguísticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diagnóstico; Língua tikuna; Sociolinguística crítica; Políticas linguísticas; Diversidade.

## ABSTRACT

This study, affiliated with the Area of Concentration *Study of Linguistic Processes*, within the Research Line *Study of Processes of Variation and Change, Description, Analysis, and Documentation of Indigenous Languages* of the Graduate Program in Linguistics at the State University of Mato Grosso (UNEMAT), aims to carry out a sociolinguistic diagnosis of the Tikuna language spoken in an urban context in the city of Manaus (Brazil). The research focuses on the *Wotchimaïcü Community Association*, located in the Cidade de Deus neighborhood, East Zone of Manaus, where Magüta (Tikuna) families from the Alto Solimões region—especially from the cities of Tabatinga, Benjamin Constant, and Atalaia do Norte—reside. The research is based on the perspective of critical sociolinguistics (Moita Lopes, 2006; Bagno, 2013) and educational sociolinguistics (Bortoni-Ricardo, 2004; Martins, 2005), which understand language as a situated social practice, crossed by power relations, and seeks to interpret linguistic uses as expressions of resistance, construction of identities and sociocultural trajectories. A qualitative and descriptive methodology was adopted, based on semi-structured interviews and the application of sociolinguistic questionnaires adapted from the *Research and Documentation Guide for the National Inventory of Linguistic Diversity* (IPHAN, 2014/2016). The empirical corpus comprises ten participants organized into five age groups: childhood (9–12 years), youth (13–25), adults I (26–40), adults II (41–60), and elders (60+). Each group was analyzed according to questions related to language acquisition and transmission, literacy practices, functional bilingualism, linguistic attitudes, urban repertoires, and multilingualism. The analysis articulates local data with legal and institutional frameworks focused on the valorization of Indigenous languages, emphasizing the principles of the *International Decade of Indigenous Languages* (IDIL 2022–2032). The thesis shows that, despite pressures of linguistic assimilation and the challenges of the urban environment, Tikuna people maintain their mother tongue as a central element of cultural identity and resistance. The Tikuna language is used in family communication, as well as in religious, cultural, and community practices, coexisting with the functional use of Portuguese in urban settings. The study highlights the importance of actions to strengthen linguistic vitality, train Indigenous teachers, and develop public policies that are sensitive to the sociolinguistic realities of urban Indigenous populations. The experience of the *Wotchimaïcü Association* in Manaus demonstrates that the preservation of the Tikuna language depends on a balance between intergenerational transmission, community political engagement, and the implementation of institutional policies committed to linguistic rights.

**KEYWORDS:** Diagnosis; Tikuna language; Critical sociolinguistics; Language policy; Diversity.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                                                  |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 1</b> - Mapa da Tríplice Fronteira .....                                                                                                               | 22  |
| <b>Figura 2</b> - A tríplice fronteira na América do Sul. ....                                                                                                   | 32  |
| <b>Figura 3</b> - Municípios e hidrografia da região Norte brasileira.....                                                                                       | 33  |
| <b>Figura 4</b> - Mapa da Terras Indígenas Tikuna .....                                                                                                          | 34  |
| <b>Figura 5</b> - Bairro Cidade de Deus - Manaus, AM .....                                                                                                       | 49  |
| <b>Figura 6</b> - Associação dos Tikuna no Bairro Cidade de Deus - Manaus, AM .....                                                                              | 51  |
| <b>Figura 7</b> - T1: Qual a primeira língua que você aprende quando criança .....                                                                               | 89  |
| <b>Figura 8</b> – T1: Qual língua você usa mais frequentemente em casa? .....                                                                                    | 92  |
| <b>Figura 9</b> - T1: Que língua você fala com mais facilidades.....                                                                                             | 92  |
| <b>Figura 10</b> - T1: Qual língua você usa para falar com outras crianças.....                                                                                  | 93  |
| <b>Figura 11</b> - T1: Que língua você usa mais frequentemente em casa para escrever.....                                                                        | 92  |
| <b>Figura 12</b> - T1: Que língua você usa na escola para falar com seus colegas.....                                                                            | 93  |
| <b>Figura 13</b> - T1: Que língua você fala com pessoas da mesma idade na vizinhança.....                                                                        | 94  |
| <b>Figura 14</b> - T1: Que língua você usa durante uma cerimônia de sua etnia? .....                                                                             | 95  |
| <b>Figura 15</b> - T1: Que língua as crianças falam mais frequentemente?.....                                                                                    | 96  |
| <b>Figura 16</b> - T1: Que língua os mais velhos falam mais frequentemente com você.....                                                                         | 96  |
| <b>Figura 17</b> - T1: Qual é a língua os mais bonita para você? Por quê?.....                                                                                   | 97  |
| <b>Figura 18</b> - T2: Quantas línguas são faladas na sua comunidade?.....                                                                                       | 99  |
| <b>Figura 19</b> – T2: Quais os principais fatores de ameaça à sua língua materna? .....                                                                         | 100 |
| <b>Figura 20</b> – Contatos linguísticos tikuna com base dados IBGE 1980/2000/2022.....                                                                          | 101 |
| <b>Figura 21</b> – T2: A sua primeira língua sempre foi a língua tikuna? .....                                                                                   | 103 |
| <b>Figura 22</b> – T2: Você fala outras línguas? .....                                                                                                           | 103 |
| <b>Figura 23</b> – T2: Há outros nomes para a sua língua? .....                                                                                                  | 104 |
| <b>Figura 24</b> – T2: Você fala a língua portuguesa? .....                                                                                                      | 105 |
| <b>Figura 25</b> – T2: Sendo a tikuna, sua língua materna, quando você usa a língua portuguesa, quais os maiores obstáculos em usá-la nos espaços urbanos? ..... | 106 |
| <b>Figura 26</b> – T2: Quando você usa a língua portuguesa? .....                                                                                                | 114 |
| <b>Figura 27</b> – T2: Com quem você costuma falar a sua língua materna? .....                                                                                   | 115 |
| <b>Figura 28</b> – T2: Qual o seu lugar de nascimento?.....                                                                                                      | 111 |
| <b>Figura 29</b> – T3: Quantas línguas são faladas na Associação Wotchimaïcü?.....                                                                               | 115 |
| <b>Figura 30</b> – T3: Quais línguas que você fala?.....                                                                                                         | 116 |

|                                                                                                                                                                                       |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 31</b> – T3: Como é trabalhada a educação escolar na Associação Wotchimaücü?                                                                                                | 117 |
| <b>Figura 32</b> – T4: Você, falante da língua tikuna, ao falar a língua portuguesa com outro falante da língua portuguesa, você percebe que ele entende a sua fala normalmente?..... | 119 |
| <b>Figura 33</b> – T4: Qual língua é mais comumente aprendida como primeira língua?.....                                                                                              | 121 |
| <b>Figura 34</b> – T4: Qual língua é mais comumente aprendida como segunda língua?.....                                                                                               | 122 |
| <b>Figura 35</b> – T4: Você concorda que deveria haver mais horas para o estudo da sua língua na escola que você estuda? .....                                                        | 123 |
| <b>Figura 36</b> – T4: As famílias deveriam receber incentivos financeiro para ensinar a língua dentro de casa?.....                                                                  | 124 |
| <b>Figura 37</b> – T4: Quais ações a prefeitura municipal deveria apoiar para valorizar a língua?.....                                                                                | 125 |
| <b>Figura 38</b> – T5: Quantas línguas são faladas na Associação Wotchimaücü?.....                                                                                                    | 127 |
| <b>Figura 39</b> – T5: Na sua percepção o uso da língua deve ser falado só na Associação Wotchimaücü, ou podemos usar as duas línguas? .....                                          | 129 |
| <b>Figura 40</b> – T5: O que poderia ampliar na Associação Wotchimaücü, para ser um espaço para discutir e divulgar muito mais a língua tikuna na cidade de Manaus? .....             | 130 |
| <b>Figura 41</b> – T5: Qual a língua é mais comumente aprendida como primeira língua? .....                                                                                           | 131 |
| <b>Figura 42</b> – T5: Quais ações a prefeitura municipal deveria apoiar para valorizar a língua?.....                                                                                | 132 |
| <b>Figura 43</b> – T5: As famílias deveriam receber incentivo financeiro para ensinar a língua tikuna dentro de casa? .....                                                           | 134 |
| <b>Figura 44</b> – T5: Existem falantes de referência na Associação Wotchimaücü, que podem representá-los com a língua materna fora da comunidade? .....                              | 135 |
| <b>Figura 45</b> – T5: Quais ações a prefeitura municipal deveria apoiar para valorizar a língua?.....                                                                                | 137 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                         |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Tabela 1:</b> População indígena no Estado do Amazonas .....                         | 54 |
| <b>Tabela 2:</b> Demonstrativo de residentes na Cidade de Deus .....                    | 67 |
| <b>Tabela 3:</b> Comunidades e Associações Indígenas presentes na cidade de Manaus..... | 77 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABA - Associação Brasileira de Antropologia  
ABRALIN - Associação Brasileira de Linguística  
ACW - Associação Comunidade Wotchimaüçü  
AMATU - Associação de Mulheres Artesãs Tikunas de Bom Caminho  
AMIT - Associação das Mulheres Indígenas Tikuna  
CAPEMA - Comissão Nacional de Apoio à Produção de Material Didático Específico  
CGEEI - Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena  
CGTT - Conselho Geral das Tribos Tikuna  
CMI - Conselho Missionário Indigenista  
CONEEI - Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena  
EEI - Educação Escolar Indígena  
EEID - Educação Escolar Indígena Diferenciada  
FAPEAM - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas  
FOCCIT - Federação das Organizações dos Caciques e Comunidades Indígenas Tikuna  
FUNAI - Fundação Nacional do Índio  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
INC - Instituto de Natureza e Cultura  
IFP - International Fellowship Program  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases  
MEB - Movimento de Educação de Base  
MEC - Ministério da Educação  
OGPTB - Organização Geral dos Professores Ticunas Bilíngues  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
OMSPT - Organização dos Monitores de Saúde do Povo Tikuna  
OSPTAS - Organização de Saúde do Povo Tikuna do Alto Solimões  
PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica  
PEFD - Programa Especial de Formação Docente  
PNE- Plano Nacional de Educação  
PNTEEs - Programa Nacional dos Territórios Etno-Educacionais  
PI - Pastoral Indigenista

PIT - Posto Indígena Ticuna

PRODESAS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEDUC - Secretaria de Educação do Estado

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SESU – Secretaria de Ensino Superior

ISA – Instituto Socioambiental

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

TEE – Território Etno-Educacional

TI – Terra Indígena

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                              |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Quadro 1</b> – Metades exogâmicas. ....                                                   | 38 |
| <b>Quadro 2</b> – Grafemas consonantais tikuna e seus valores fonéticos (Dantas, 2022) ..... | 59 |
| <b>Quadro 3</b> – Grafemas vocálicos tikuna e seus valores fonéticos (Dantas, 2022).....     | 60 |

## SUMÁRIO

|                                                                             |     |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO .....                                                            | 15  |
| 1 OS TIKUNA DO ALTO SOLIMÕES: A TRÍPLICE FRONTEIRA .....                    | 21  |
| 1.1 O povo Tikuna: aspectos históricos .....                                | 25  |
| 1.2 Demografia .....                                                        | 28  |
| 1.3 Localização e distribuição territorial: terras indígenas Tikuna.....    | 31  |
| 1.4 Aspectos socioculturais do povo Magüta .....                            | 36  |
| 1.5 Genealogia linguística tikuna.....                                      | 39  |
| 1.6 História de contato Tikuna NO ALTO SOLIMOÕES .....                      | 40  |
| 2 A MOBILIDADE TIKUNA EM MANAUS.....                                        | 44  |
| 2.1 Historicidade da presença tikuna em Manaus.....                         | 46  |
| 2.2 Caracterização territorial nas zonas urbanas.....                       | 49  |
| 2.3 Perfil sociolinguístico e modalidades de uso da língua tikuna .....     | 52  |
| 3 OS TIKUNA EM MANAUS: LÍNGUA, ENSINO E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS .....        | 57  |
| 3.1 Síntese dos principais aspectos gramaticais tikuna (isolada).....       | 57  |
| 3.2 Políticas linguísticas e o tikuna no contexto urbano de Manaus.....     | 63  |
| 3.3 Sobre o ensino tikuna no Cidade de Deus. ....                           | 67  |
| 4 DIAGNÓSTICO SOCIOLINGUÍSTICO DOS TIKUNA EM MANAUS.....                    | 71  |
| 4.1 Contextualização da pesquisa sociolinguística .....                     | 73  |
| 4.1.1 A Associação Comunitária Wotchimaücü e o bairro Cidade de Deus .....  | 74  |
| 4.1.2 Inserção da comunidade Tikuna em Manaus e motivações do estudo .....  | 75  |
| 4.2 Abordagem sociolinguística crítica.....                                 | 79  |
| 4.2.1 Instrumentos de coleta de dados .....                                 | 81  |
| 4.2.2 Guia de pesquisa e adaptação dos questionários (IPHAN 2014/2016)..... | 81  |
| 4.2.3 Limitações e desafios da pesquisa em campo.....                       | 82  |
| 4.3 Sujeitos Tikuna no universo da pesquisa .....                           | 83  |
| 4.4 Análise sociolinguística geracional.....                                | 85  |
| 4.4.1 Tipo 1 – Crianças .....                                               | 85  |
| 4.4.2 Tipo 2 – Jovens.....                                                  | 98  |
| 4.4.3 Tipo 3 – Adultos I.....                                               | 111 |
| 4.4.4 Tipo 4 – Adultos II.....                                              | 118 |
| 4.4.5 Tipo 5 – Idosos .....                                                 | 126 |

|       |                                                                                        |     |
|-------|----------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5     | A LÍNGUA TIKUNA EM MANAUS: ANÁLISE DA VITALIDADE, TRANSMISSÃO E<br>REVITALIZAÇÃO ..... | 138 |
| 5.1   | Análise dos dados empíricos a partir dos questionários IPHAN (2014/2016).....          | 138 |
| 5.2   | Domínios de uso da língua tikuna.....                                                  | 143 |
| 5.3   | Tikuna: sobre a história de contato .....                                              | 145 |
| 5.4   | Tikuna em Manaus: perspectivas sobre a vitalidade linguística .....                    | 146 |
| 5.4.1 | Grupos geracionais: transmissão da língua tikuna .....                                 | 147 |
| 5.4.2 | Vulnerabilidade e estratégias de revitalização linguística .....                       | 147 |
|       | CONSIDERAÇÕES FINAIS                                                                   |     |
|       | REFERÊNCIAS                                                                            |     |
|       | ANEXOS                                                                                 |     |

## INTRODUÇÃO

A diversidade linguística brasileira é marcada pela presença de aproximadamente cento e cinquenta línguas indígenas, muitas das quais se encontram em situação de vulnerabilidade, sobretudo em contextos urbanos. Entre elas, destaca-se a língua tikuna (ou ticuna), falada por mais de 30 mil indivíduos e com forte presença histórica na região do Alto Solimões. Nos últimos anos, observa-se um crescente movimento migratório dos Magüta (Tikuna)<sup>1</sup> para centros urbanos, como Manaus (AM). Esse deslocamento tende a provocar mudanças significativas nas atitudes linguísticas e socioculturais, impactando o uso da língua, seus processos de transmissão intergeracional e as práticas identitárias da comunidade em ambientes urbanos.

Na região, a fronteira é delimitada de forma peculiar: o Rio Solimões (denominado Amazonas no trecho colombiano e peruano) funciona como marco divisório entre os três países, desempenhando um papel crucial não apenas na locomoção dos indígenas, mas também na sustentabilidade econômica da região, dada a abundância de recursos naturais. A travessia entre os territórios é realizada por meio de pequenas embarcações, utilizadas para o transporte de pessoas, mercadorias e vínculos sociais entre comunidades e localidades ribeirinhas da fronteira trinacional, especialmente nos arredores de Tabatinga.

Ao se deslocarem para Manaus, os indígenas da etnia Tikuna trazem consigo suas marcas identitárias, sua língua e suas expressões culturais. O contato com o espaço urbano, no entanto, desencadeia um conjunto de experiências que mobilizam, e, em alguns casos, tensionam, a permanência de práticas linguísticas e socioculturais. Apesar disso, as concepções de identidade étnica e cultura dificilmente se dissociam de um sentimento de pertencimento. Como destaca Cunha (2009), a identidade é percebida como uma essência incorporada e imutável “aquilo que se é”, e a cultura, como um conjunto de regras, valores e elementos previamente definidos.

No contexto de Manaus, a presença Tikuna é relativamente recente, mas significativa em termos sociopolítico e cultural. As comunidades se organizam em territórios periféricos, como o bairro Cidade de Deus, onde estabelecem redes de solidariedade e buscam formas de manter vivas suas práticas culturais e linguísticas, muitas vezes sem o devido apoio das

---

<sup>1</sup> Embora a autodenominação do grupo étnico seja Magüta, neste trabalho opta-se por utilizar o termo Tikuna, por ser o mais amplamente difundido na literatura acadêmica e em registros oficiais. Essa escolha visa garantir clareza para o leitor e manter o diálogo com as produções científicas que se referem a este povo sob essa denominação.

instituições públicas. Nesse cenário, a língua tikuna pode estar enfrentando desafios relacionados à continuidade de seu uso, devido à convivência com o português e outras línguas em situação de contato.

Essa realidade suscita importantes questões para os estudos sociolinguísticos e para a formulação de políticas linguísticas voltadas aos povos indígenas em áreas urbanas. Com base nessa problemática, esta pesquisa se inscreve no campo da sociolinguística crítica e educacional, com enfoque etnográfico, interessando-se não pela descrição dos usos linguísticos, mas pelas condições sociais, políticas, educacionais e históricas que atravessam esses usos, especialmente em contextos de migração e urbanização.

A partir disso, tem-se que o objetivo geral desta tese é realizar um diagnóstico sociolinguístico da comunidade Tikuna residente em Manaus, investigando os modos de uso da língua tikuna, suas relações com outras línguas em contexto urbano e os fatores que contribuem para sua manutenção, fragilização ou revitalização. Para isso, delimitam-se os seguintes objetivos específicos: i) identificar os perfis sociolinguísticos dos Tikuna residentes na cidade de Manaus, com base em critérios etários e de uso da língua; ii) analisar os contextos de uso da língua tikuna, tanto na oralidade quanto nas práticas de letramento; iii) compreender as atitudes linguísticas em relação ao Tikuna, ao português e às demais línguas de contato; iv) refletir sobre o papel da educação bilíngue e das instituições culturais no processo de manutenção da língua tikuna em contexto urbano e v) apontar fatores de resistência, fragilidade e possibilidades de revitalização linguística nas práticas observadas.

Com base nesses objetivos, esta tese delimita seu recorte à comunidade Tikuna localizada no bairro Cidade de Deus, em Manaus, especificamente junto aos membros da Associação Comunitária Wotchimaücü. Trata-se de um dos 23 grupos Tikuna residentes na cidade, cujos sujeitos migraram, principalmente, de Tabatinga carregando histórias de resistência e conquistas sociopolíticas. Apresentar a trajetória de luta e resistência desses povos originários na capital amazonense é, ao mesmo tempo, revelar e problematizar os paradigmas enfrentados por eles diante da nova realidade de contato com a língua predominante nas comunidades urbanas.

A pesquisa foi desenvolvida com base em uma abordagem sociolinguística qualitativa e descritiva, com ênfase na coleta de dados sobre os usos linguísticos da comunidade Tikuna residente em Manaus, vinculada à Associação Comunitária Wotchimaücü. O principal instrumento utilizado foi um questionário estruturado com perguntas fechadas e semiabertas, adaptado do modelo proposto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2014; 2016). Esses questionários foram aplicados por meio de entrevistas presenciais

e complementados por observação participante em atividades comunitárias. Foram elaboradas cinco versões do questionário, denominadas Tipos 1 a 5, organizadas por faixa etária: crianças (Tipo 1), jovens (Tipo 2), adultos I – 26 a 40 anos (Tipo 3), adultos II – 41 a 60 anos (Tipo 4) e idosos – acima de 60 anos (Tipo 5). Cada versão contemplou variáveis como repertório linguístico, domínios de uso da língua, práticas de bilinguismo, letramento, transmissão intergeracional e representações sobre língua e identidade.

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados a partir de critérios definidos previamente: autodeclaração como pertencentes à etnia Tikuna, residência mínima de dois anos na cidade de Manaus, vínculo ativo com a Associação Wotchimaücü e disponibilidade para participação nas etapas do estudo. A amostra final foi composta por dez indivíduos organizados em cinco duplas intergeracionais, cada uma formada por um adulto e uma criança ou jovem, possibilitando comparações entre diferentes gerações. Também foi considerada a diversidade de gênero, níveis de escolarização e tempo de permanência na cidade, com o objetivo de abranger distintos perfis sociolinguísticos.

Durante o trabalho de campo, os dados foram coletados por meio de entrevistas presenciais e observações realizadas nos encontros da associação, permitindo identificar contextos reais de uso das línguas tikuna e portuguesa. Entre os desafios encontrados estiveram a necessidade de reformular algumas perguntas durante a aplicação, a fim de adequá-las culturalmente, a dificuldade de acesso contínuo aos participantes em períodos de festividades ou mobilizações comunitárias e a limitação de recursos técnicos para registro digital imediato das entrevistas. Apesar dessas dificuldades, os instrumentos aplicados possibilitaram a obtenção de informações detalhadas sobre a manutenção, transmissão e transformação da língua tikuna no contexto urbano de Manaus.

Para a Sociolinguística, toda língua falada manifesta variações decorrentes de sua heterogeneidade constitutiva. Essas variações podem ser descritas, registradas e analisadas sistematicamente por meio de pesquisas de campo, como neste estudo, cuja observação se concentrará na associação indígena Tikuna em Manaus. O pesquisador sociolinguista busca relacionar os diferentes falares com os fatores sociais que os determinam, a fim de identificar padrões e regularidades nos processos de variação linguística.

Compreender o funcionamento da linguagem a partir de uma amostra oriunda de contextos socioculturais distintos exige reconhecer a língua como um sistema dotado de "heterogeneidade sistemática", conforme propõem Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 101). Essa abordagem permite delimitar e interpretar diferenças sociais nas práticas linguísticas, constituindo parte da competência dos falantes na gestão de formas variadas de expressão.

A Sociolinguística valoriza a observação de situações reais de comunicação, nas quais se constata, por exemplo, que falantes com alto nível de escolarização também recorrem, em contextos informais, a formas não padrão da língua. Dessa maneira, a diversidade e a variabilidade linguísticas tornam-se objetos centrais dessa ciência, sobretudo quando se trata de estudar os falares de povos indígenas que migram de suas localidades de origem para espaços urbanos, como é o caso dos Tikuna em Manaus.

A Sociolinguística, área que estuda a língua em uso, entende língua como uma instituição social que não pode ser analisada de forma isolada ou desvinculada do contexto situacional, da cultura e da história das pessoas que a utilizam como meio de comunicação. Segundo Alkmim (2003), a relação entre linguagem e sociedade é inquestionável, sendo, inclusive, base constitutiva do ser humano. Ao adotarmos a Sociolinguística como fundamento para a compreensão da sociabilidade entre diversos grupos, deparamo-nos com uma ciência que nos oferece dados concretos sobre a realidade linguística de determinados coletivos, independentemente da posição que ocupam na estrutura social. Não deveria, portanto, essa relação estar ausente das reflexões sobre o fenômeno linguístico.

A Sociolinguística, ao investigar o desenrolar da comunicação e defender a intrínseca relação entre língua e sociedade, sendo a sociedade o espaço onde a língua se concretiza, reafirma a impossibilidade de dissociar língua de seu contexto. Isso se torna ainda mais evidente quando recorremos à explicação oferecida por Labov, conforme citado a seguir:

Crianças mantidas em isolamento não usam a língua; ela é usada por seres humanos num contexto social, comunicando suas necessidades, ideias e emoções uns aos outros. Os monólogos egocêntricos das crianças revelam ser desenvolvimentos secundários derivados do uso social da língua (Vygotsky 1962:19) e pouquíssimas pessoas passam muito tempo falando consigo mesmas. É inquestionável se frases que nada comunicam a ninguém façam parte da língua (Labov, 2008 [1972], p. 215).

Labov (op. cit) nos direciona e afirma a importância do desembaraço comunicativo entre comunidades investigadas e povos provenientes de distintas localidades, independentemente de sua origem. A convivência nesses espaços é fundamental, pois somente com o tempo é possível identificar divergências, ou não, entre as práticas de comunicação e a dinâmica da convivência.

Tomar pressupostos da Sociolinguística dá-se pelo dessa dedicar-se ao estudo da língua em uso, a fala cotidiana, mas também contempla investigações que partem de sua manifestação escrita. Por isso, ao abordar o ensino de língua, é imprescindível considerar o contexto comunitário no qual um grupo de alunos está inserido. Os estudos linguísticos em sala de aula, portanto, devem ser entendidos como simulações do real, e não como práticas concretas.

Contudo, a análise das práticas linguísticas dos Tikuna em contexto urbano requer um referencial teórico que articule a compreensão da linguagem como prática social e política. A Sociolinguística Crítica, conforme Moita Lopes (2006), Bagno (2011 e 2013), Bortoni-Ricardo (2004) e Bortoni-Ricardo e Freitas (2009), enfatiza que a língua não é apenas um sistema estrutural, mas um instrumento atravessado por relações de poder, desigualdades sociais e processos identitários. Nesse sentido, estudar o uso da língua tikuna em Manaus implica observar como deslocamentos, exclusão social e contato linguístico moldam não apenas a forma da língua, mas também as condições de sua transmissão e valorização.

Para Bortoni-Ricardo (2004, p. 20), partindo de uma vertente Educacional da Sociolinguística, a oralidade é, por excelência, uma atividade localmente construída e altamente sensível às contingências do momento da enunciação. Sob essa perspectiva, entende-se que os indígenas, ao saírem de suas comunidades tradicionais e inserirem-se na cultura urbana, passam a vivenciar novas experiências e contatos linguísticos que podem influenciar suas práticas comunicativas.

Em síntese, a presente investigação ancora-se na perspectiva da sociolinguística crítica, que compreende a linguagem como prática social situada, constituída nas relações de poder, nas dinâmicas identitárias e nas condições históricas e materiais de uso (Moita Lopes, 2006; Bagno, 2013). Tal abordagem permite compreender que o uso e a transmissão da língua tikuna, sobretudo em contextos urbanos como o de Manaus, não se dão de forma neutra, mas estão atravessados por processos de deslocamento, exclusão e resistência. Ao lançar luz sobre os efeitos da urbanização sobre as práticas linguísticas dos Tikuna, esta pesquisa dialoga também com os estudos de Bortoni-Ricardo (2004), que tratam das transformações nos repertórios linguísticos de grupos minoritários em mobilidade, e com a proposta de Martins (2005), que advoga por uma educação linguística crítica e inclusiva, capaz de reconhecer e valorizar as línguas indígenas em seus múltiplos contextos de uso. Dessa forma, a tese parte da premissa de que a preservação e o fortalecimento da língua tikuna em Manaus não dizem respeito apenas à manutenção de um sistema linguístico, mas à garantia de direitos, à afirmação de identidades e à resistência cultural em meio a espaços marcados por assimetrias linguísticas e socioculturais.

Do ponto de vista composicional, esta tese está organizada em cinco capítulos, além da introdução e das considerações finais. No capítulo 1, são apresentados elementos históricos, territoriais e identitários do povo Tikuna na tríplice fronteira do Alto Solimões. O capítulo 2 discute a mobilidade e a inserção dos Tikuna no espaço urbano de Manaus. O capítulo 3 trata dos aspectos sociolinguísticos e educacionais da língua tikuna, com ênfase nas práticas de uso e nos contatos linguísticos. O capítulo 4 apresenta o diagnóstico sociolinguístico realizado, os

perfis dos entrevistados e, por fim, o último capítulo segue com os dados empíricos coletados e as considerações sobre a vitalidade da língua tikuna na capital amazonense.

Por fim, com este percurso de pesquisa, busca-se contribuir para o debate sobre os desafios e as possibilidades de manutenção e valorização das línguas indígenas em contexto urbano, bem como oferecer subsídios para políticas públicas mais sensíveis às realidades sociolinguísticas dos povos indígenas migrantes.

## 1. OS TIKUNA DO ALTO SOLIMÕES: A TRÍPLICE FRONTEIRA

*“Todos os povos têm o direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente sua condição política e buscam livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.”*

— Artigo 1º, Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (ONU, 1966)

O direito à autodeterminação, assegurado pelo Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos da Organização das Nações Unidas (ONU), ganha contornos concretos na trajetória do povo Tikuna, cuja presença histórica na região da tríplice fronteira amazônica, entre Brasil, Colômbia e Peru, constitui expressão de resistência, continuidade e pertencimento. Longe de uma condição estática, os Tikuna mantêm uma relação profunda com seus territórios originários, articulando tradições, língua e formas próprias de organização social. A partir disso, este capítulo de tese dedica-se a apresentar aspectos históricos, demográficos, territoriais, identitários e linguísticos do povo Tikuna, com foco em sua presença tradicional no Alto Solimões, especialmente nos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte, fornecendo subsídios para compreender as transformações provocadas pela mobilidade urbana.

Os Tikuna autodenominam-se *Magüta* “povo pescado com vara” por *Yo’i*, herói mitológico da etnia. Uma vez que a designação “Tikuna” teria origem tupi e significaria “nariz preto”, em referência ao uso de pintura de jenipapo no rosto para indicar a pertença clânica. Segundo os registros da tradição oral, foi *Yo’i*, um dos principais heróis culturais, que pescou os primeiros Tikuna das águas vermelhas do igarapé Eware (próximo às nascentes do igarapé São Jerônimo), estes eram os *Magüta*; do verbo *magü*, “pescar com vara”, e do indicativo de coletivo {-ta}, que passaram a habitar nas cercanias da casa de *Yo’i*, na montanha chamada *Taiwegine* (Sousa, 2013).

Compreender o significado do termo *Magüta* e o mito de origem é essencial para reconhecer a profunda conexão dos Tikuna com suas terras tradicionais. Essa ligação se reflete também na forma como ocupam e circulam pela região, especialmente nos municípios situados ao longo do Alto Solimões, como Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte. Porquanto, quando nos referimos à tríplice fronteira, fazemos menção aos territórios do Brasil, Peru e Colômbia. No contexto brasileiro, destaca-se o município de Tabatinga (AM), situado na região do Alto Solimões, que integra essa tríplice fronteira internacional.



Segundo Beltrão (2010), o topônimo “Tabatinga” é de origem indígena, derivado do termo tupi *towa'tinga*, que significa “barro branco” ou “barro esbranquiçado”, referência à coloração do solo abundante no fundo dos rios da região. Em outra interpretação dentro da mesma matriz linguística, o termo pode significar também “casa pequena”, conforme o léxico do tupi-guarani. A autora relata que, em meados do século XVII, já havia uma aldeia fundada por jesuítas na foz do Rio Solimões. Em 1766, foram criados postos militar e fiscal para controle da região fronteiriça, o que originou a povoação que daria nome ao atual município de Tabatinga.

Na cidade de Tabatinga, observa-se a presença expressiva de indígenas engajados em atividades laborais, tanto formais quanto informais, especialmente no comércio de produtos hortifrutigranjeiros oriundos do Peru e da Colômbia, os quais são vendidos na feira contígua ao Mercado Municipal da cidade. Tais práticas ilustram uma dinâmica de circulação transfronteiriça cotidiana que integra redes de troca e sustento econômico. A inserção no mundo do trabalho fora de seus territórios tradicionais expressa um reconhecimento, ainda que parcial, dos direitos constitucionais à organização e representação própria dos povos indígenas, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. Esses direitos impulsionaram processos de auto-organização e o surgimento de diversas organizações indígenas em todo o país, articuladas em redes regionais, nacionais e transfronteiriças.

No Alto Solimões, a transfiguração dos conflitos e o ataque aos direitos sociais e territoriais dos povos indígenas e não indígenas são representados pelas formas de exploração do meio ambiente (Raposo et. al, 2019). No tocante ao território tradicional e originário tikuna, na região do Alto Solimões, Marinho e Leite esclarece que:

A região do Alto Solimões tradicionalmente ocupada e habitada pelos Ticuna é a mesma onde se encontra a fronteira de três Estados nacionais (Brasil, Colômbia e Peru), observam que eles transitam livremente em suas terras, cuja mobilidade decorre do seu sistema de relações e intercâmbios, bem como apresentam características de povo seminômade. Os Ticuna ocupam o mesmo território há pelo menos quatro séculos, ao longo do rio Amazonas/Solimões. Durante o século XVIII, resistiram às ofensivas missionárias, militares e comerciais, mediante estratégias de adaptação e deslocamento pelas suas distintas paisagens geográficas (Marino; Leite, 2018. p. 7-14).

Os povos Tikuna transitam por diversas localidades ao longo do Rio Solimões, incluindo os municípios de Benjamin Constant, Jutai, São Paulo de Olivença e Atalaia do Norte. Em muitas dessas localidades, optam por fixar residência, enquanto outros seguem em direção a centros urbanos maiores, como a capital Manaus, motivados pela expectativa de melhores condições de vida, acesso ao trabalho, à educação e à saúde.

Marinho e Leite (2018) apresentam tensões e desafios enfrentados pelo povo Tikuna na região amazônica, discorrendo sobre a história e a organização social desse povo, ressaltam sua expressiva presença populacional na região e a profunda ligação com a terra e com os rios, elementos centrais de sua cosmovisão e práticas socioculturais, sua luta para garantir a preservação de seus territórios e modos de vida, diante de ameaças como a expansão da fronteira agrícola, os projetos de infraestrutura, a mineração e o turismo predatório. A resistência dos Tikuna é compreendida, nesse sentido, como uma prática contínua e enraizada em seu território tradicional, o que consolida sua identidade étnica. Para além disso, os autores apontam para a necessidade urgente de fortalecimento das políticas públicas voltadas à proteção dos territórios indígenas, bem como de ampliação dos espaços de diálogo e respeito às decisões e demandas desses povos. A reflexão proposta pelos autores oferece uma contribuição significativa para a compreensão dos desafios enfrentados pelos Tikuna e para o debate mais amplo sobre os direitos dos povos indígenas no Brasil.

A cultura de mobilidade dos povos originários, especialmente dos Tikuna, contribui para a fluidez com que atravessam as fronteiras entre os três países que compõem a tríplice fronteira amazônica: Brasil (Tabatinga-AM), Colômbia (Letícia) e Peru (Santa Rosa). Além de facilitada por vínculos sociais e familiares transnacionais, essa circulação entre cidades fronteiriças é propiciada por fatores econômicos, políticos e culturais, mas também implica desafios e conflitos de diferentes ordens.

Ao tratar da tríplice fronteira e da mobilidade indígena, é essencial considerar as especificidades de cada comunidade, pois é a partir de seus locais de fala que esses povos reconstróem suas trajetórias e narrativas. Muitas comunidades indígenas localizadas ao longo do Rio Solimões, entre Tabatinga e Manaus, configuram-se como espaços de resistência, onde a língua e a cultura se mantêm vivas, apesar das pressões impostas pela urbanização e pelo contato com outras línguas e modos de vida. Como destaca Mendes (2014):

Ao observar o cenário das comunidades indígenas do Alto Solimões, compreendidas como espaço de ação e significação, onde há uma constante dinâmica nas relações sociais e culturais e também onde se criam e recriam sistemas de valores, não se pode radicalizar a visão de simples imposição cultural dos não indígenas sobre os Tikuna, baseada na ideia de preservação da essência cultural, mas, sobretudo, é necessário considerar as relações dialógicas que até hoje se mantêm (Mendes, 2014, p. 57).

Diante desse contexto, torna-se imprescindível compreender os fundamentos históricos, sociais e culturais que constituem a identidade desses povos, especialmente dos

Tikuna, maior grupo indígena da região, cuja presença e trajetória demandam atenção específica nas políticas de preservação linguística e cultural.

Nesse contexto macrosocial, compreender a trajetória dos Tikuna na tríplice fronteira exige considerar tanto sua relação histórica com o território quanto os desafios impostos pela mobilidade urbana. Ao analisar esses aspectos, este capítulo busca iluminar as formas de resistência cultural e linguística que sustentam a identidade Tikuna, oferecendo elementos para refletir sobre políticas públicas voltadas à preservação de sua língua e cultura.

### **1.1 O povo Tikuna: aspectos históricos**

A história do povo Tikuna, uma das maiores etnias indígenas do Brasil, está profundamente entrelaçada com os processos de colonização, resistência e afirmação territorial na Amazônia. Habitando principalmente a região do Alto Solimões, os Tikuna configuram-se como um povo de forte presença demográfica, cultural e linguística, cuja trajetória é marcada por intensas lutas por reconhecimento, demarcação de terras, preservação cultural e acesso a políticas públicas. Este subcapítulo visa apresentar uma contextualização histórica da etnia Tikuna, considerando suas origens, migrações, confrontos e formas de organização social, com base em registros etnográficos, dados institucionais e contribuições acadêmicas.

Falar dos povos originários de uma nação é trazer à tona uma realidade marcada por lutas contínuas, e isso se evidencia ao analisarmos a trajetória do povo Tikuna na Região Norte do Brasil. Essa etnia, a mais numerosa da Amazônia brasileira, construiu sua história enfrentando múltiplos desafios, desde a entrada violenta de seringueiros, pescadores e madeireiros na região do rio Solimões até a longa espera pelo reconhecimento formal de suas terras, conquistado apenas na década de 1990. Hoje, os Tikuna continuam a lutar pela preservação de seu território, pelo fortalecimento de sua sustentabilidade econômica e ambiental, e pela manutenção de sua identidade cultural diante das pressões externas. Essa resistência se manifesta tanto na vivência cotidiana quanto nas expressões culturais, como máscaras, pinturas e desenhos, que já alcançaram repercussão internacional, evidenciando a riqueza e a vitalidade de sua cultura (ISA, 2017)<sup>2</sup>.

Por se tratar de uma população numerosa e historicamente engajada em lutas por seus direitos, o povo Tikuna enfrenta não apenas desafios relacionados à demarcação de terras, mas

---

<sup>2</sup> INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Tikuna. Povos Indígenas no Brasil, 2017. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tikuna>. Acesso em: 29 abr. 2024.

também à implementação de políticas públicas e à valorização de suas práticas culturais. É comum encontrar famílias Tikuna residindo em diversas cidades do estado do Amazonas, em constante mobilidade entre bairros, na busca por melhores condições de vida.

Segundo Catachunga, Schwartz e Silva (2021), as aldeias Tikuna localizam-se majoritariamente na região do Alto Solimões, ao longo do rio Solimões e nas cabeceiras de pequenos rios. Os autores destacam a presença marcante de famílias Tikuna às margens do rio e em diferentes cidades do trajeto entre Tabatinga e Manaus, capital do estado.

Na tríplice fronteira, segundo a perspectiva mitológica Tikuna, a origem do povo situa-se na terra sagrada de Ewaré, próxima à comunidade de Vendaval, no município de São Paulo de Olivença. Apesar de sua presença se estender por Brasil, Colômbia e Peru, os Tikuna são oficialmente reconhecidos como originários do Brasil e habitam esse território há pelo menos quatro séculos. Ao longo do século XVIII, resistiram às investidas de missionários, forças militares e comerciantes, utilizando estratégias de adaptação e deslocamento territorial em meio às diversas paisagens amazônicas. A ocupação tradicional acompanha o curso do rio Solimões, abrangendo cidades brasileiras como Tabatinga e Benjamin Constant, a colombiana Letícia e a peruana Santa Rosa. Essa mobilidade transfronteiriça reflete um sistema histórico de relações e intercâmbios, conferindo aos Tikuna características de povo seminômade. Como resultado dessa resistência, consolidaram-se como um dos grupos indígenas mais numerosos e estáveis da região, mantendo vínculos territoriais contínuos nos três países. Os Tikuna não se identificam exclusivamente com as nacionalidades desses estados, mas com uma identidade própria, reconhecida como Nação Tikuna, cuja territorialidade transcende as fronteiras geopolíticas.

O histórico de resistência é corroborado por registros do Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões (CDPAS), especialmente no trabalho “A lágrima do Ticuna é uma só” (1988). O documento denuncia a violência ocorrida no Igarapé do Capacete, com a conivência de autoridades locais, e relata os esforços do povo Tikuna na luta pela regularização fundiária. Nesse contexto, foi criado o Conselho Geral da Tribo Tikuna (CGTT), em 1982, composto por capitães das aldeias. O CGTT teve papel decisivo nas negociações com o Estado brasileiro para a demarcação de terras indígenas.

A luta pela demarcação dos territórios indígenas no Brasil permanece até os dias atuais, envolvendo tanto órgãos governamentais, como a FUNAI e o Ministério dos Povos Indígenas, quanto outras entidades em níveis federal e estadual, na tentativa de assegurar os direitos territoriais dos povos originários. Conforme destacam Soares et al. (2021), a política de demarcação indígena é um campo de disputa política, influenciado tanto pela atuação das

comunidades indígenas quanto pelas iniciativas do Congresso Nacional. Os povos originários participam ativamente desse processo, como evidenciado na 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, realizada em 2015, cujas propostas refletiram a centralidade da questão territorial. Paralelamente, o monitoramento legislativo indica que diversos projetos de lei, decretos e propostas de emenda constitucional, incluindo a PEC 215/2000, buscaram modificar ou sustar os decretos homologatórios de terras indígenas, evidenciando a complexidade e a disputa em torno do reconhecimento territorial.

Partindo disso, compreendemos que a história do povo Tikuna é marcada por inúmeros conflitos e agressões ao longo do tempo. Conforme destaca Oliveira (2002):

Os primeiros contatos com os brancos datam do final do século XVII, quando jesuítas espanhóis, vindos do Peru e liderados pelo Padre Samuel Fritz, criavam diversos aldeamentos missionários às margens do rio Solimões. Essa foi a origem das futuras vilas e cidades da região, como São Paulo de Olivença, Amaturá, Fonte Boa e Tefé. Tais missões foram dirigidas principalmente para os Omáguas, que dominavam as margens e as ilhas do Solimões, impressionando fortemente os viajantes e cronistas coloniais pelo seu volume demográfico, potencial militar e pujança econômica. Os registros da época falam em muitos outros povos (como os Miranha ou Iça, Xumana, Passe, Júri entre outros, dados como extintos já na primeira metade do século XIX pelos naturalistas viajantes), que foram aldeados juntamente com os Omáguas e os Tikunas, dando lugar a uma população ribeirinha mestiça. (Oliveira, 2002, p. 280).

Desde os primeiros registros de aldeamentos, é possível identificar a resistência dos Tikuna frente às tentativas de dominação. Por meio da conquista colonial, consolidou-se a ideia de que a missão dos colonizadores era “salvar” os povos nativos de seu suposto estado de barbárie. Essa retórica servia para justificar a submissão e o apagamento cultural dos povos originários, no entanto, a trajetória dos Tikuna mostra que, apesar das adversidades e das ofensivas históricas, este povo nunca se curvou diante dos obstáculos impostos. Trata-se de uma etnia que, desde o início de sua história em território brasileiro, tem demonstrado uma notável capacidade de luta, resistência e afirmação identitária.

É importante destacar que a separação física entre Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia) se dá por uma única rua, o que promove um contato constante e intenso entre as populações desses dois municípios, criando um ambiente naturalmente bilíngue. Nesse contexto, os falantes Tikuna, em sua maioria, são trilingües, usando a língua tikuna como língua materna, além do português e do espanhol, que circulam como línguas adicionais ou segundas línguas conforme o local e as necessidades comunicativas.

Para os Tikuna residentes em Manaus, o português geralmente funciona como segunda língua (L2) ou língua adicional, dependendo do grau de contato e da situação comunicativa. Essa dinâmica trilingüe evidencia a complexidade do repertório linguístico desses falantes e

destaca a necessidade de compreender o uso do Tikuna não apenas em termos monolíngues, mas dentro de um ecossistema linguístico que abarca múltiplas línguas em contato, sobretudo em contextos urbanos e fronteiriços.

## 1.2 Demografia

O Censo de 2020, conduzido em estreita cooperação entre a FUNAI e o IBGE por meio de um Acordo de Cooperação Técnica assinado em 2018, abrangeu as etapas de preparação, coleta e validação dos dados estatísticos, oferecendo uma base confiável para análise da população indígena no Brasil. Esse foi um momento de grande repercussão, especialmente ao buscarmos compreender o tamanho da população da etnia Tikuna, uma das mais combativas em defesa de suas terras. A compreensão da dimensão demográfica dessa etnia nos permite reconhecer a importância de tais dados, como reforça o trecho a seguir:

O conhecimento do contingente, estrutura e dinâmica populacional dos diversos povos indígenas no Brasil fornecerá, a curto prazo, base [de informações] para projetos econômicos, educacionais e de assistência médica, além de, por meio de projeções, prever problemas futuros, viabilizando a adoção de medidas preventivas. Para tanto, surge a necessidade da existência de censos populacionais indígenas regulares e um sistema de registro atualizados. ... [Sabe-se] que a carência de estatísticas de populações indígenas é preocupante. Os dados existentes, geralmente, não vão além de simples contagens de indivíduos; portanto, maiores inferências quanto às dinâmicas destas populações. Exceto alguns trabalhos de pesquisadores... inexistente qualquer tentativa de medir níveis de fecundidade, mortalidade, movimentos migratórios etc. (...) (Penna, 1984, p. 1582-1590).

O fator demográfico envolve o número de falantes de uma língua minoritária e sua distribuição geográfica. A preservação da língua se torna vulnerável quando esses falantes diminuem ou se dispersam territorialmente. Assim, para abordar a demografia, recorreremos às ideias de Matuda (2009), que afirma:

A palavra demografia foi usada pela 1ª vez em 1855 por um belga chamado Achille Guillard. Do grego: DÊMOS = POPULAÇÃO GRÁPHEIN = ESCRIVER / DESCRIVER / ESTUDAR. Portanto, o objetivo da Demografia é analisar populações humanas e suas características gerais. Quais aspectos da população são o campo de estudo da Demografia? A segunda definição é mais específica. 2) Demografia formal é o estudo de populações humanas em um determinado momento com relação ao tamanho, a distribuição e a estrutura da população. A demografia formal também analisa as mudanças que ocorrem na população ao longo do tempo, principalmente o crescimento populacional. A maior ou menor ocorrência de nascimentos, óbitos e migrações são as causas básicas do crescimento populacional. Assim, há interesse em estudar dois tipos de variáveis demográficas. Um grupo de variáveis descreve algumas características de interesse da população. Referem-se a

um determinado espaço geográfico e a um instante específico do tempo, por isso, compõem a análise estática da população (Matuda, 2009, p.8).

Partindo dos estudos sobre a importância da demografia, apresentamos o panorama demográfico da etnia Tikuna no percurso entre a cidade de Tabatinga e a capital Manaus, no estado do Amazonas, com base nos dados mais recentes apresentados pelo IBGE (2022). Seus dados indicam que há 490.854 pessoas pertencentes a povos tradicionais no estado do Amazonas, das quais 71.713 estão concentradas na cidade de Manaus. Trata-se de um número expressivo que evidencia tanto a presença quanto a resistência desses povos em suas terras originárias.

Em 2022, o número de indígenas residentes no Brasil era de 1.693.535 pessoas, o que representava 0,83% da população total do país. Em 2010, o IBGE contou 896.917 mil indígenas, ou 0,47% do total de residentes no território nacional. Isso significa que esse contingente teve uma ampliação de 88,82% desde o Censo Demográfico anterior. Esse aumento expressivo pode ser explicado também por mudanças metodológicas. A maior parte dos indígenas do país (51,25% ou 867,9 mil indígenas) vivia na Amazônia Legal, região formada pelos estados do Norte, Mato Grosso e parte do Maranhão. O Norte concentrava 44,48% da população indígena do país em 2022 (totalizando 753.357 pessoas). Outros 31,22% estavam no Nordeste (o equivalente a 528.800 pessoas). Os dois estados com maior número de pessoas indígenas, Amazonas (490,9 mil) e Bahia (229,1 mil), concentravam 42,51% do total dessa população no país. Em 2022, Manaus era o município brasileiro com maior número de pessoas indígenas, com 71,7 mil. A capital amazonense foi seguida de São Gabriel da Cachoeira (AM), que tinha 48,3 mil habitantes indígenas, e Tabatinga (AM), com 34,5 mil. A Terra Indígena Yanomami (AM/RR) era a que tinha o maior número de indígenas (27.152), seguida pela Raposa Serra do Sol (RR), com 26.176 habitantes indígenas, e pela Evare I (AM), com 20.177. Dos 72,4 milhões domicílios particulares permanentes ocupados do Brasil, 630.041 tinham pelo menos um morador indígena, correspondendo a 0,87% desse universo total. Do total de 630.041 domicílios com pelo menos um morador indígena, 137.256 estavam localizados dentro de Terras Indígenas (21,79%) e 492.785 estavam localizados fora de Terras Indígenas (78,21%). A média de moradores nos domicílios onde havia pelo menos uma pessoa indígena era de 3,64. Dentro das Terras Indígenas, era de 4,6 pessoas e fora das Terras Indígenas, de 3,37 pessoas. Em todos os casos, foi mais alta do que no total de domicílios do país (2,79). O percentual de moradores indígenas em domicílios particulares permanentes ocupados com pelo menos um morador indígena era de 73,43% para o total Brasil, sendo de 98,41% para os domicílios localizados dentro das Terras Indígenas e de 63,94% fora delas (IBGE, 2022).

Segundo os dados do Censo Demográfico de 2022, a população indígena no Brasil atinge 1,7 milhão de pessoas, o que corresponde a 0,83% do total da população nacional. Em comparação com o censo anterior, realizado em 2010, que registrava 896.917 indígenas, houve um crescimento de 88,82%. Esse aumento pode ser atribuído, em parte, a mudanças metodológicas no processo de coleta de dados. A Amazônia Legal, composta pelos estados do Norte, Mato Grosso e parte do Maranhão, concentra mais da metade da população indígena do

país (51,25%, ou 867.919 pessoas), sendo que a Região Norte abriga, sozinha, 44,48% desse contingente (753.357 pessoas). O Nordeste ocupa o segundo lugar, com 528.800 indígenas (31,22%), enquanto a Região Sul apresenta a menor concentração.

No que tange aos municípios brasileiros, os dados do IBGE (2022) mostram que dos 5.568 municípios, 4.832 registraram pelo menos um residente indígena, o que representa 86,7% do total. Destes, 79 municípios possuem mais de 5.000 habitantes indígenas. A cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, concentra a maior população indígena urbana do país, com 71.700 pessoas autodeclaradas indígenas. Em seguida estão São Gabriel da Cachoeira (48.300) e Tabatinga (34.500). São Gabriel da Cachoeira apresenta, ainda, o maior percentual de população indígena em relação ao total de habitantes, atingindo 93,17%.

Segundo dados do portal Povos Indígenas do Brasil, vinculado ao Instituto Socioambiental (ISA), os Tikuna constituem o grupo indígena mais populoso da região, com um contingente estimado em 57.571 indivíduos. Essa informação é corroborada pelo Censo do IBGE de 2010, que registrou 46.045 pessoas pertencentes à nação Tikuna, confirmando sua posição como a etnia indígena de maior população naquele período. A maior parte dos Tikuna reside no estado do Amazonas, embora também existam comunidades em áreas da Colômbia e do Peru, reforçando seu caráter transfronteiriço.

Entende-se que a história demográfica indígena não deve ser compreendida apenas por suas perdas, mas também por sua resistência ativa, como demonstram Oliveira e Freire (2006):

[...] a história demográfica dos índios desde 1500 não deve ser compreendida apenas como uma sucessão de doenças, massacres e violências diversas. A dispersão populacional, demonstrada no mapa etno-histórico de Nimuendaju, possibilitou diversas reações dos povos indígenas ao contato com os colonizadores, entre as quais a promoção de grandes deslocamentos para escapar à escravidão e às consequências das moléstias trazidas pelos europeus (Oliveira e Freire; 2006, p. 24).

A demografia indígena desde o período colonial foi marcada por deslocamentos forçados, aldeamentos e trabalhos compulsórios, refletindo o interesse colonial em controlar a mão de obra indígena, como destacam Monteiro (1994) e Schwartz (2011).

É importante considerar a vitalidade etnolinguística de diversos grupos que migraram para o Brasil, especialmente entre 1869 e a Segunda Guerra Mundial. No estado do Amazonas, a etnia Tikuna permanece resistente, superando a invisibilidade social e a marginalização econômica para recuperar o orgulho de sua identidade, reivindicando direitos, inclusive territoriais, com respaldo jurídico no marco legal brasileiro. Entre Tabatinga e Manaus, observa-se a presença de numerosos povos originários em deslocamento, destacando-se os

Tikuna, que ocupam seu território tradicional há pelo menos quatro séculos ao longo do rio Amazonas/Solimões. Desde o século XVIII, enfrentaram ofensivas missionárias, militares e comerciais, utilizando estratégias de adaptação e deslocamento, o que consolidou sua posição como um dos grupos mais estáveis demográfica e culturalmente da região, mantendo e fortalecendo seus territórios nas fronteiras de Brasil, Colômbia e Peru.

### 1.3 Localização e distribuição territorial: terras indígenas Tikuna

No que se refere à localização do povo Tikuna, o artigo de Catachunga, Schwartz e Silva (2021) apresenta contribuições relevantes para a compreensão de sua territorialidade. Os autores destacam que a presença Tikuna ultrapassa os limites geográficos do Brasil, estendendo-se também por territórios da Colômbia e do Peru (cf. Figura 2), compondo, assim, uma configuração transfronteiriça marcada por relações históricas, sociais e culturais consolidadas.

**Figura 2-** A tríplice fronteira na América do Sul



Fonte: Kamuri.org.br<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Disponível em: <https://kamuri.org.br/kamuri/em-lingua-tikuna-os-parentes-sao-alertados/>. Acesso em: 18 maio 2025.

A Figura 2 apresenta a localização geográfica da referenciada região da tríplice fronteira na América do Sul, onde se concentra a maior parte das comunidades tikuna. No Brasil, esta área corresponde ao extremo oeste do Estado do Amazonas. Considera-se que tal localização transfronteiriça evidencia a necessidade de políticas públicas integradas que considerem a realidade desses povos, cujas formas de organização e mobilidade desafiam as delimitações estatais convencionais e demandam reconhecimento dos direitos étnico-territoriais em sua amplitude regional.

Na região, a fronteira é delimitada de forma peculiar: o Rio Solimões (denominado Amazonas no trecho colombiano e peruano) funciona como marco divisório entre os três países, desempenhando um papel crucial não apenas na locomoção dos indígenas, mas também na sustentabilidade econômica da região, dada a abundância de recursos naturais. A travessia entre os territórios é realizada por meio de pequenas embarcações, utilizadas para o transporte de pessoas, mercadorias e vínculos sociais entre comunidades e localidades ribeirinhas da fronteira trinacional, especialmente nos arredores de Tabatinga. Embora existam comunidades Tikuna em diferentes municípios do Amazonas, a maior concentração está na região do Alto Solimões, nas margens do rio Solimões e nas cabeceiras de pequenos rios, compondo uma configuração territorial que combina ancestralidade e estratégias contemporâneas de ocupação.

A organização territorial dos Tikuna está diretamente ligada à dinâmica dos rios, que estruturam tanto a mobilidade quanto a distribuição das aldeias. Assim, compreender a hidrografia da região é essencial para analisar a inserção dos povos indígenas na Amazônia. O estado do Amazonas, por suas bacias hidrográficas (Rio Negro, Rio Japurá, Alto Solimões, Baixo Solimões, Rio Purus, Rio Juruá, Rio Madeira e Rio Amazonas), evidencia a distribuição territorial e administrativa dos municípios. Esse recorte espacial é fundamental para compreender a inserção dos povos indígenas na Amazônia, em especial os Tikuna, cuja presença é fortemente marcada na região do Alto Solimões, nos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant e São Paulo de Olivença (cf. Figura 3).

**Figura 3** - Municípios e hidrografia da região Norte brasileira





tradicionalmente ocupadas aquelas habitadas pelos povos indígenas em caráter permanente, utilizadas para suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar, e necessárias à sua reprodução física e cultural, conforme seus usos, costumes e tradições. Importa compreender que não se trata de um favor, mas sim de um direito garantido pela Lei Magna desde 1988, conforme estabelecido no Art. 231:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. § 1.º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. § 2.º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. § 3.º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei. § 4.º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. § 5.º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco. § 6.º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé. (Brasil, 1988).

Além da dimensão territorial, é importante considerar os desafios enfrentados pelos Tikuna diante da expansão das fronteiras econômicas na Amazônia, que têm impactado diretamente suas terras e modos de vida. Segundo Loureiro (2009), na Amazônia, o sistema de expansão da fronteira adotado no século XXI vem provocando danos irreparáveis ao meio ambiente, como a perda da biodiversidade e o esgotamento dos recursos naturais, além de ameaçar continuamente a existência e o modo de vida dos inúmeros povos da floresta, em especial, os povos tradicionais, expropriando suas terras e expulsando populações. Esse processo abre caminho para um sistema econômico arcaico e degradador da natureza, colocando em risco nossa maior riqueza: a sociobiodiversidade amazônica.

Nessa perspectiva proposta por Loureiro (2009), compreendemos a grandiosidade da Amazônia, constituída por uma sociobiodiversidade na qual existe uma relação complexa e intrínseca entre o ser humano e o ambiente (terra, rio, fauna e flora). Isso se manifesta

especialmente nas diversas etnias existentes, pois o vínculo que os povos indígenas mantêm com a terra vai além do aproveitamento agrário. Esse vínculo está também relacionado às manifestações culturais, tradições, relações familiares e sociais herdadas de seus ancestrais.

Em Marinho e Leite (2018), encontramos a seguinte contribuição:

Os Povos indígenas que sobreviveram até o final do século XX saíram do campo da invisibilidade social e marginalização econômica e começaram a recuperar o orgulho de ser povo, falar sua língua e reivindicar seus direitos, inclusive os territoriais, com uma proteção jurídica dentro do marco legal único do Estado brasileiro (Marinho; Leite, 2018 p. 34).

Ainda conforme os autores, o vínculo com a terra ultrapassa o aspecto agrário e se manifesta em dimensões culturais, familiares e ancestrais. Os Tikuna são também conhecidos por sua habilidade artesanal em cestaria, cerâmica e escultura em madeira, além de pinturas corporais que expressam sua cosmologia.

#### **1.4 Aspectos socioculturais do povo Magüta**

Dentre os aspectos socioculturais do povo Magüta, destaca-se sua organização clânica, que é patrilinear e estruturada por metades exogâmicas. Isso significa que os grupos ou clãs são divididos em duas metades não nomeadas, identificadas com elementos da natureza. De acordo com Sousa (2013), os Tikuna autodenominavam-se Magüta, “povo pescado com vara”, por *Yo’i*, herói mitológico da etnia. A designação “Tikuna” teria origem tupi e significaria “nariz preto”, em referência ao uso de pintura de jenipapo no rosto para indicar a pertença clânica.

O povo Magüta retirou do mito a base para sua organização social e as regras para o casamento. Segundo o mito, antes do preparo do caldo por *Yo’i*, os Magüta não possuíam nomes e não podiam se casar; somente após provar o caldo cada indivíduo descobria a que nação pertencia, passando então a se casar. Oliveira Filho (1988) evidencia como o mito reflete a definição das unidades sociais básicas do universo Tikuna: as nações surgem a partir de uma brincadeira de *Yo’i*, na qual cada pessoa tentava adivinhar os ingredientes do caldo, mas ninguém acertou a resposta, que era jacarerana.

Com base no mito, os princípios básicos da estrutura social Magüta são definidos. A partir de relatos de informantes, Oliveira Filho (1988) classifica as nações em dois grupos: as nações com penas (arara, mutum, manguari etc.) e as sem-penas (onça, buriti, saúva etc.). Por ser heterogênea, essas metades — que englobam pássaros de um lado e elementos da natureza e animais terrestres do outro — refletem a crença dos Magüta de que as árvores possuem

espíritos que vagueiam à noite pela floresta como animais. Assim, algumas nações recebem nomes de animais que pertencem à metade vegetal. Na organização dos clãs, é possível identificar o pertencimento social de cada pessoa, pois cada indivíduo está ligado simultaneamente a várias unidades sociais, incluindo uma metade exogâmica, um clã e subclãs (cf. Quadro 1):

**Quadro 1** - Metades exogâmicas

| Metade plantas |                                                          | Metade aves |                                           |
|----------------|----------------------------------------------------------|-------------|-------------------------------------------|
| Clãs           | Subclãs                                                  | Clãs        | Subclãs                                   |
| Auai           | 'a-ru: (auai grande)<br>'aits'anari: (jenipapo do igapó) | Arara       | ño'ĩ (vermelha)<br>vo'o (maracanã grande) |
| Saúva          | 'vaira (açai)<br>'nai (n) yěě (saúva)                    | Japu        | ba'ri (japu)<br>kau:re (japihim)          |
| Onça           | 'keture (maracajá)                                       | Tucano      | 'tau: (tucano)                            |

Fonte: Silva (2016, p. 182).

Oliveira Filho (1988) ressalta que, conforme o mito, não há hierarquia entre os clãs nem entre as metades; sua função é regulamentar o casamento, proibindo matrimônio não apenas dentro do mesmo clã, mas também dentro da mesma metade. O pertencimento a uma nação se restringe ao casamento, não havendo implicações para o relacionamento social, que se baseia na cooperação em atividades agrícolas, na proximidade de moradia e em alianças políticas, visando potencialidades e obrigações de parentesco.

No passado, o pertencimento ao clã possuía importância diferenciada, quando cada nação ficava agrupada em uma maloca com controle de determinado território, configurando-se como unidade política e soberana. A unidade da tribo se vinculava às trocas matrimoniais, à comunicação e ao uso da mesma língua, partilhando de uma tradição cultural comum. Fora disso, os relacionamentos entre as nações eram distantes e, por vezes, hostis.

Dentre as atividades produtivas praticadas pelos Magüta, destacam-se a agricultura, a pesca, a caça, a criação de animais e a coleta de frutos. Segundo Oliveira Filho (1988), os Tikuna cultivavam espécies nativas como macaxeira, cará, uma espécie de cana-de-açúcar, entre outros. A alimentação baseava-se principalmente na carne de caça, e a pesca era pouco praticada, utilizando cercados e envenenamento com timbó. Algumas atividades eram exclusivas aos homens, como caça, pesca, fabricação de arco e flecha e do arpão; já os trabalhos domésticos ou de cunho utilitário eram atribuídos às mulheres.

O peixe constitui alimento essencial na dieta Magüta, preparado de diversas formas: cozido, assado (moqueado), pupeca (assado enrolado na folha de bananeira) e mojica ou massamoura (massa de banana amassada e apimentada com pedaços de peixe). Para Soares (2017), o moqueado possui tecnologia refinada herdada do mito, substituindo o sal e o refrigerador, podendo ser conservado por longo período. O vinho de açaí e diversas preparações com banana (assada, mingau, frita) também integram a alimentação.

A arte Magüta é produzida a partir de vários cipós retirados da floresta, utilizados na confecção de cestos, pacarás, paneiros, tipitis e peneiras, alguns destinados ao transporte de caça, frutos e produtos da roça. Com tucum, as mulheres tecem maqueiras, pulseiras, cestinhos, tapetes, chapéus, abanos e outros objetos. A manufatura exige conhecimento, experiência e atenção, adquiridos após longo período de aprendizado. (Soares, 2008).

Cerca de quinze espécies de plantas tintórias são empregadas no tingimento de fios para bolsas, redes ou pintura de entrecasca, esculturas, cestos, peneiras, instrumentos musicais, remos, cuias e pintura corporal, havendo também pigmentos de origem mineral para cerâmica e máscaras cerimoniais. Segundo Silva (2022), seja na tecelagem, pintura, escultura, cerâmica, máscaras, instrumentos musicais ou enfeites, a produção artística dos Tikuna reflete sua resistência e identidade étnica.

A confecção de cerâmica é tarefa preferencialmente feminina, embora alguns homens também participem. Os Tikuna utilizam o tururi, painel feito de entrecasca de certas espécies de Ficus, reaproveitando técnicas de confecção de máscaras, pintados para fins comerciais, cuja especialização é masculina. Homens também se encarregam de máscaras e objetos rituais, como os enfeites da Moça Nova, instrumentos musicais, recinto de reclusão e bastões esculpidos (Soares, 2008).

O povo Magüta conserva sua cultura e identidade, composta por valores, crenças, práticas e expressões transmitidas intergeracionalmente. Esses elementos englobam arte, música, culinária, religião e demais aspectos sociais. A identidade, por sua vez, está ligada à forma como o indivíduo se percebe e é percebido socialmente, sendo profundamente influenciada pela cultura do grupo. Esses aspectos têm implicações diretas na educação. A escola exerce papel relevante na transmissão cultural e na formação identitária dos sujeitos. O ensino das humanidades permite a compreensão das diferenças culturais e contribui para o fortalecimento das identidades individuais e coletivas.

## 1.5 Genealogia linguística tikuna

Ao abordar a genealogia linguística, considera-se o método de classificação que considera as relações de ancestralidade e descendência entre línguas. Esse método busca agrupar as línguas em famílias linguísticas que compartilham uma origem comum, ou seja, derivam de uma mesma língua ancestral. Contudo, vale considerar o que destaca Aryon Rodrigues:

As línguas são objetos fugidios, cujas manifestações faladas são momentâneas e se sucedem em alta velocidade, de modo que sua observação e sua análise científica dependem normalmente de uma fixação. Esta é obtida mediante a escrita, que se desenvolve primeiramente como descrição fonética dos enunciados ouvidos pelo pesquisador, frequentemente gravados eletronicamente para poderem ser repetidos com precisão, e progride para uma representação fonológica mais abstrata, que permite registrar com fidelidade os dados relevantes para a análise gramatical e a interpretação semântica. (Rodrigues, 2005, p. 36),

No site do Instituto Socioambiental<sup>5</sup>, Marília Facó Soares (2021), aponta que do ponto de vista histórico-comparativo, a genealogia linguística tikuna (ou Ticuna) ainda é considerada como um tipo isolado único. Para autora:

Greenberg (1987) fez o Ticuna aparecer como membro de um suposto tronco Macro-Tukano. No entanto, devido a falhas nos procedimentos empregados – em que dados foram considerados de maneira inacurada, em que não houve controle dos empréstimos e em que falsas etimologias foram criadas –, o trabalho de Greenberg (1987) resultou em uma classificação probabilística bastante criticada e sem o necessário respaldo científico (ver a propósito Kaufman, 1990). Em termos de suas propriedades específicas, o Ticuna apresenta pontos em comum com algumas outras línguas indígenas faladas no Brasil, ao mesmo tempo em que oferece características desafiadoras, quer quanto à fonologia, quer quanto à sintaxe. Tais características podem ser observadas nos estudos de Soares e Montes, que realizam pesquisa direta sobre essa língua, respectivamente, no Brasil e na Colômbia. (ISA, 2021. s/n.)

A cosmovisão Tikuna é expressa também por meio da língua tikuna, falada por uma grande população que vive na região amazônica, que se distribui por três países: Brasil, Peru e Colômbia, com estimativas relativamente recentes, tem-se que os Tikuna somam cerca de 35 mil indígenas, sendo que mais de 25 mil vivem no Brasil, onde – distribuídos em 118 aldeias localizadas em 15 unidades territoriais – constituem o maior grupo indígena desse país. (Soares, 2008).

---

<sup>5</sup> INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Ticuna – Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ticuna#L.C3.ADngua>. Acesso em: 01 set.. 2025.

Historicamente, entende-se que apesar do processo de colonização que dizimou muitos povos e com eles suas línguas, o povo Magüta conseguiu resguardar sua língua materna diante da imposição da língua portuguesa: “Não se pode olvidar que a língua está associada à cultura, à identidade e às experiências vivenciadas por determinado grupo social. Os Tikuna estão na lista dos povos que conseguiram manter viva as suas tradições linguísticas” (Silva, 2016, p. 180).

Conforme Rodrigues:

Como todas as demais, as línguas dos povos indígenas do Brasil são inteiramente adequadas à plena expressão individual e social no meio físico e social em que tradicionalmente têm vivido esses povos. Embora diferentes, elas compartilham do que todas as quase seis mil línguas do mundo têm em comum: são manifestações da mesma capacidade de comunicar-se pela linguagem. (Rodrigues, 1986, p. 17)

No Brasil, muitos indígenas Tikuna são bilíngues: utilizam a língua tikuna como língua materna e a língua portuguesa, falada, principalmente, para se comunicar no contato com a sociedade envolvente. Grande parte dos indígenas Tikuna também domina o espanhol por morarem nessa região de tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia. A língua só existe se houver uma comunidade de falantes, sendo intensamente falada por crianças, jovens e adultos no dia a dia nos diversos ambientes da comunidade indígena como em casa, escola, igreja, festividades, meios de comunicação. É falada em aldeias próximas às cidades, nos municípios circunvizinhos e até na capital do estado do Amazonas. (Silva, 2022).

## **1.6 História de contato tikuna no Alto Solimões**

A história dos povos indígenas não se inicia com a chegada dos colonizadores, tampouco se restringe ao que a historiografia tradicional denomina “descobrimento”. Ela remonta às origens da própria formação social do Brasil e se entrelaça com os acontecimentos desde o século XV até a contemporaneidade. Desde a chegada dos europeus à América, em 1492, os povos indígenas têm enfrentado intensas pressões culturais, sociais e econômicas. A região da tríplice fronteira: Brasil, Peru e Colômbia, habitada por diversas etnias, incluindo os Tikuna, sempre foi palco de contínuo intercâmbio entre comunidades, inclusive em áreas urbanas como Manaus.

Segundo Schröder (2013), os Tikuna estão entre os povos indígenas mais antigos da região amazônica, com uma história que remonta a aproximadamente 4.000 anos. O desenvolvimento da língua tikuna ocorreu gradualmente, ao longo de séculos de interação com

outras comunidades indígenas e, posteriormente, com colonizadores europeus. Assim, a presença Tikuna marcou profundamente a configuração territorial do Brasil colonial e imperial, persistindo até os dias atuais, especialmente na região amazônica. Nesse contexto, pode-se compreender a noção de “fronteiras perenes” (Little, 2001), que reflete os constantes movimentos de resistência e adaptação.

De acordo com Oliveira (2002), os primeiros contatos dos Tikuna com não indígenas ocorreram no final do século XVII, quando jesuítas espanhóis, liderados pelo Padre Samuel Fritz, estabeleceram missões às margens do rio Solimões. Essas missões, inicialmente voltadas aos Omágua, povo de forte presença demográfica e militar, também incluíam outras etnias, como Miranha, Xumana, Passe, Júri e os próprios Tikuna. Esse processo resultou na formação de uma população ribeirinha mestiça e no deslocamento, fragmentação e reconfiguração dos povos originários. Em 1697, por ordem das autoridades portuguesas, Samuel Fritz foi obrigado a abandonar suas missões, marco que intensificou a disputa geopolítica entre as Coroas ibéricas pelo controle dos territórios amazônicos (Oliveira, 2008).

Antes desse contato, os Tikuna não viviam em aldeias organizadas como as atuais, mas em núcleos clânicos dispersos, com famílias residindo em locais distantes entre si. A formação das primeiras aldeias ocorreu somente no início do século XX, impulsionada pela atuação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Segundo Oliveira: “as primeiras aldeias vão surgir com a presença de novos agentes procedentes de fora, no início do século XX, com a presença do Serviço de Proteção ao Índio; a primeira de que se tem notícia foi a aldeia de Umariçu” (2002, p. 250). Além das instituições estatais, outras forças externas também tiveram papel importante nesse processo, como o protestantismo. Em Santa Rita do Weil, por exemplo, famílias convertidas foram reunidas em terras cedidas, originando a Comunidade Campo Alegre. Situação semelhante ocorreu em Santo Antônio do Içá, com a formação da Comunidade Vila Betânia.

Segundo Sousa (2014), as primeiras menções aos Tikuna aparecem em relatos de meados do século XVII, como os de Cristóbal de Acuña. Esses contatos, inicialmente esporádicos, intensificaram-se com o avanço da colonização e o estabelecimento de missões religiosas, que muitas vezes implicavam a relocação forçada de aldeias e a imposição de práticas religiosas e sociais alheias à cultura indígena. Diante dessas agressões, os Tikuna passaram a refugiar-se em igarapés e afluentes para preservar sua autonomia e modos de vida.

No século XX, Curt Nimuendaju realizou importantes registros etnográficos sobre os Tikuna. Segundo Rocha (2018), o primeiro contato de Nimuendaju com esse povo ocorreu em 1929, quando permaneceu por quinze dias na região. Ele retornou em 1941 e 1942, em estadias

mais longas, sendo que sua última visita foi marcada por sua morte, em 10 de dezembro de 1945. Nimuendaju visitou aldeias nos igarapés Belém (Caldeirão) e Preto (São Jerônimo), além do lago Cajary, produzindo relatórios enviados ao SPI e artigos publicados, como no periódico *Ethnologische Anzeiger*, em 1930.

Para Nimuendaju, a língua tikuna é considerada isolada, pois seus elementos linguísticos não se enquadram em nenhum tronco ou família linguística já identificados. O contato desse povo com a sociedade ocidental remonta a meados do século XVII, perfazendo mais de trezentos anos. Durante o ciclo da borracha, a partir da segunda metade do século XIX, os Tikuna foram amplamente utilizados como mão de obra na produção gomífera. Nesse período, sofreram fortes intervenções sociais promovidas pelos seringalistas, que desorganizaram suas estruturas clânicas, dispersaram grupos e passaram a controlar diversos rituais tradicionais (Felipe, 2018).

Ao longo dos séculos, os Tikuna preservaram sua história, memória e identidade cultural. Registros do Instituto Socioambiental (ISA) indicam que a região do Alto Solimões foi visitada por diversos viajantes e pesquisadores desde o século XVI, como Diogo Nunes (1538), Carvajal (1542), Acuña (1637), Samuel Fritz (1686-1725), La Condamine (1735-1745), Spix & Martius, Wallace e Bates. No século XX, destacam-se os estudos de Nimuendaju, Cardoso de Oliveira e Pacheco de Oliveira, além de pesquisas realizadas na Colômbia e no Peru por Chaumeil, Goulard, Karadimas, Pineda Camacho e Zárate Botía, voltadas à valorização do povo e da cultura Tikuna.

Contudo, embora os Tikuna constituam a maior população indígena do país em números absolutos, isso não significa plena vitalidade linguística. A migração para centros urbanos, como Manaus, e o contato prolongado com o português, aliado à falta de políticas linguísticas eficazes, têm afetado a transmissão intergeracional da língua. Em espaços urbanos, muitas vezes o uso do tikuna restringe-se ao ambiente familiar e comunitário, havendo perda de domínios de uso e diminuição da transmissão para as novas gerações. Assim, a língua encontra-se em diferentes graus de vulnerabilidade, sobretudo fora das terras indígenas, exigindo atenção de políticas públicas voltadas à educação e à revitalização linguística. Sousa destaca que:

A história das populações indígenas na região do Alto Solimões é marcada por momentos de grandes lutas e conquistas. É interessante fazer uma reflexão sobre a etnicidade na Amazônia, no Alto Solimões, e sobre as identidades indígenas, pensadas a partir da história, antropologia, sociologia e outras ciências humanas que qualificam o sujeito amazônico como ator social importante na construção da identidade do povo brasileiro. Os indígenas Ticuna habitam comunidades às margens do rio Solimões e

seus afluentes, e muitos migram para os centros urbanos próximos. (Sousa, 2017, p. 18).

As lutas e os conflitos se intensificaram ao longo da história, resultando, por vezes, em massacres e violações. Para os Tikuna, essa resistência estende-se também aos centros urbanos, onde muitos buscaram melhores condições de vida.

No que se refere à língua e aos contatos recentes com outros povos, Soares (2008) observa que, nas comunidades Tikuna do Alto Solimões, o uso da língua permanece intenso, não estando ameaçado diretamente pela proximidade com as cidades ou pela convivência com falantes de outras línguas dentro das terras indígenas. Grupos minoritários, como os Kaixana (ou Caixana), Kokama (Cocama) e Kanamari, compartilham algumas áreas com os Tikuna, mas não representam ameaça linguística significativa. Entre esses povos, os Kanamari ainda falam sua língua materna; os Kaixana utilizam exclusivamente o português; e os Kokama, no Brasil, não têm mais sua língua como materna, mas lutam pela revitalização.

Por fim, a história de contato linguístico dos Tikuna reflete a norma sociocultural da Amazônia: o multilinguismo, no qual indivíduos frequentemente dominam quatro ou cinco idiomas. O risco, porém, reside na perda acelerada de muitas dessas línguas. Como alerta Souza:

Uma língua não é uma entidade autossustentada; ela só existe onde há uma comunidade de pessoas que a falam e a transmitem às novas gerações. Quando essas comunidades perdem seus territórios e formas de viver, seus idiomas começam a desaparecer. Quando a língua perde seus falantes, morre. (Souza, 2009, p. 43).

Encerrando este capítulo, que abordou os Tikuna da tríplice fronteira do Alto Solimões e suas múltiplas dimensões de pertencimento, desde suas raízes territoriais até os deslocamentos contemporâneos, evocam-se sentimentos de saudade, resistência e ancestralidade. Conforme a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), os povos originários têm o direito de manter, reforçar e desenvolver livremente suas identidades culturais, espirituais e linguísticas. A mobilidade, portanto, não representa ruptura, mas continuidade histórica.

No próximo tópico, será discutido como os territórios Tikuna foram oficialmente demarcados e distribuídos, evidenciando os processos de organização política e social da etnia nas últimas décadas.

## 2 A MOBILIDADE TIKUNA EM MANAUS

*“Não permita Deus que eu morra,  
Sem que eu volte para lá;  
Sem que veja as palmeiras,  
Onde canta o sabiá.”*

*Gonçalves Dias, Canção do Exílio (1843)*

A mobilidade migratória dos Tikuna é amplamente observável não apenas na região da tríplice fronteira (Brasil, Colômbia e Peru), mas também no trajeto entre Tabatinga e a capital amazonense, Manaus. Ao longo desse percurso, os Tikuna se estabelecem em diferentes localidades, principalmente em áreas alagáveis do Alto Solimões. Essa escolha se justifica pelo vínculo direto com os ciclos da natureza, especialmente o regime das águas (cheias e vazantes), que condiciona sua organização espacial e econômica.

Muitos membros desse povo originário migram para a cidade de Manaus em busca de novas perspectivas, como acesso à educação, oportunidades de trabalho, divulgação de sua cultura e participação em espaços institucionais voltados à formulação de políticas públicas específicas. Por outro lado, parte significativa da população permanece em suas terras tradicionais com o intuito de preservar seus modos de vida e suas tradições, ainda que, por vezes, sofram processos de deslocamento forçado e expulsões violentas.

Diante desse contexto, observa-se uma crescente presença de indígenas da etnia Tikuna em diversos bairros da capital amazonense. Esse fenômeno motivou a observação da forma de falar desses sujeitos em contexto urbano. Assim, esta tese de doutorado propõe-se a elaborar um diagnóstico sociolinguístico da língua tikuna falada na cidade de Manaus, com o objetivo de compreender as dinâmicas linguísticas contemporâneas desse grupo.

Num contexto microsocial, a presença indígena em espaços urbanos, como a cidade de Manaus, revela processos de mobilidade que envolvem não apenas deslocamentos físicos, mas a constituição de territórios simbólicos, políticos e afetivos. Como afirmam Jimenes e Silveira (2014), “o movimento dos indígenas para os centros urbanos é antes de tudo uma estratégia política, de sobrevivência e de continuidade cultural”. Sob essa perspectiva, compreender a mobilidade Tikuna na capital amazonense exige olhar para as práticas cotidianas, as formas de organização comunitária e os sentidos atribuídos à permanência, à circulação e à territorialização em contextos urbanos.

A Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo paradigma ao reconhecer os direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, seguida

de políticas urbanas, como o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), voltado à democratização do acesso à terra e à moradia, e da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012), que consagrou o transporte e a mobilidade como direitos sociais. Contudo, na prática, os povos indígenas residentes em centros urbanos como Manaus ainda enfrentam múltiplos desafios relacionados ao reconhecimento étnico, à precarização de condições de vida e ao direito à cidade.

No que respeita a apropriação de determinado território, como fizeram os impérios colonizadores na Região das Guianas, Raffestin (1993) expõe que um novo titular das terras, territorializa o espaço, modificando sua organização e seus usos. Isso, para os povos indígenas, implica em alterações profundas na mobilidade, nos modos de vida, no uso das línguas tradicionais e nas práticas religiosas (Baines, 2003). Tratar dessa mobilidade para as comunidades urbanas por povos tradicionais, constitui uma tarefa desafiadora, tanto do ponto de vista investigativo quanto narrativo. Essa complexidade não se deve apenas à diversidade das sociedades envolvidas, mas também à multiplicidade de significados que a mobilidade assume entre os diferentes atores, desde as lideranças tradicionais até os representantes do poder público, que frequentemente falham em garantir os direitos assegurados pela Constituição Federal.

Diante dessa realidade, são múltiplos os contrastes enfrentados pelos Tikuna em seu processo de instalação no espaço urbano. Esses contrastes vão desde a denominação que se dá aos novos grupos que emergem nesse contexto (sejam indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, entre outros) até os desafios de manutenção de seus modos de vida tradicionais. Tais grupos estão reconhecidos na Medida Provisória nº 2.186-16/2001 (BRASIL, 2001).

Jimenes (2021) aponta que:

Quando nos deparamos com estudos voltados a grupos indígenas em contextos urbanos, as análises sobre o processo de migração constituem elemento habitual nas narrativas, embora raramente o foco esteja especialmente voltado a esse aspecto. Sem desprezar todas as discussões formuladas a respeito de ‘teorias da migração’, bem como a pertinência dessas para a análise de situações envolvendo os indígenas, observamos que a proposta de análise a partir de um olhar projetado sobre a vida de indivíduos [...] nos permite a emergência de detalhes que também contam um pouco da história da coletividade que os situam (Jimenes, 2021, p. 53).

Essa reflexão permite retomar a importância do direito à mobilidade e à liberdade de ir e vir, assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ao longo da história moderna, os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais foram sendo afirmados como resultado das lutas sociais. Para os povos indígenas, o exercício da mobilidade não é

apenas uma questão de deslocamento físico, mas envolve dimensões territoriais, culturais e identitárias.

Nesse sentido, a mobilidade dos Tikuna para Manaus está muitas vezes relacionada a vínculos culturais, afetivos e de parentesco. A escolha do local de moradia urbano não é aleatória: envolve critérios simbólicos, relações de pertencimento e reconhecimento de espaços que se articulam com a memória de suas territorialidades ancestrais.

Segundo Diegues (2001), os povos tradicionais, como os Tikuna, compartilham características comuns:

[...] a dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida; conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; moradia e ocupação desse território por várias gerações [...]; importância das atividades de subsistência [...] importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal [...]; importância das simbologias, mitos e rituais [...]; tecnologia simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente [...]; fraco poder político [...]; e autoidentificação como pertencentes a uma cultura distinta das outras (Diegues, 2001, p. 87-88).

Essas características, ao serem tensionadas nos centros urbanos, colocam em evidência a urgência de políticas públicas que considerem as particularidades dos povos indígenas em contexto de mobilidade, garantindo-lhes o direito ao território, à cultura e ao reconhecimento pleno de suas especificidades identitárias.

## **2.1 Historicidade da presença Tikuna em Manaus**

A realidade vivida pelos Tikuna na cidade de Manaus reflete, sob muitos aspectos, as mesmas lutas enfrentadas por esse povo em seus territórios de origem. Como afirma Sousa (2017), “no povo Tikuna, que migra para a área urbana mais próxima a sua comunidade, acontece do mesmo modo, visto que este constrói e reconstrói sua identidade e sua etnicidade a partir das relações sociais e a reafirmação cultural ligado ao seu referencial histórico trazido de suas comunidades e o exercício diário desses costumes” (Sousa, 2017, p. 18).

A chegada dos Tikuna à capital amazonense ocorre por diversos fatores. Destacam-se duas motivações principais: a busca por melhores condições de vida, com oportunidades de trabalho e renda, e o acesso a serviços básicos de saúde e educação, muitas vezes ausentes em comunidades rurais ou aldeias mais distantes. Em Manaus, os Tikuna enfrentam desafios típicos

da inserção em contextos urbanos: discriminação, precarização das condições de moradia, dificuldades de acesso aos serviços públicos, e, sobretudo, a tensão constante entre preservar sua identidade e adaptar-se a uma nova realidade social.

Apesar dessas adversidades, os Tikuna mantêm práticas culturais importantes, como o uso da língua originária, as danças, os rituais, o artesanato e as cerimônias tradicionais. Esses elementos são estratégias de resistência simbólica e reafirmação étnica em meio a um ambiente urbano. A presença indígena em Manaus, inclusive, contribui para o fortalecimento das reivindicações por políticas públicas específicas, incluindo a demarcação e proteção das terras originárias.

Os deslocamentos dos Tikuna até Manaus ocorrem majoritariamente por via fluvial, em razão dos altos custos de transporte aéreo, tornando o trajeto pelo rio Solimões uma prática cotidiana. É comum que famílias da etnia subam e desçam o rio sem se atentarem às divisões político-administrativas que marcam as fronteiras territoriais.

A ocupação dos espaços urbanos pelos Tikuna é marcada por uma diversidade de estratégias de sobrevivência, como o comércio de artesanato, o trabalho informal e o acesso à educação pública. Segundo Jimenes (2021):

“no início dos anos 2000, o cenário indigenista em Manaus assistiu aquilo que já se observava em outras partes da região amazônica e no resto do país: a verdadeira explosão de organizações indígenas. A comunidade tikuna foi uma das que, como outras aqui, posteriormente mencionadas, passaram a disputar espaço político na mesma época, dando um passo importante na defesa de seus interesses na cidade” (Jimenes, 2021, p. 123).

Nesse processo, destaca-se a fundação da Associação Comunitária Wotchimaüciü, localizada na Zona Leste de Manaus, no bairro Cidade de Deus. Este espaço tornou-se referência para os Tikuna residentes na capital, funcionando como ponto de encontro, articulação e mobilização cultural e política. Atualmente, estima-se que a associação congregue cerca de 223 associados espalhados por diversos bairros da cidade, que se reúnem em momentos festivos e decisórios.

A inserção urbana dos Tikuna reflete mudanças em aspectos materiais e simbólicos da vida coletiva. A moradia tradicional, a maloca, foi gradativamente substituída por habitações adaptadas ao contexto urbano. Como descreve Silva (2014), retomando observações de viajantes do século XIX:

A mobilidade dos assentamentos Tikuna interferiu na estrutura da moradia, que, durante a exploração hispano-lusitana ainda era a maloca. Construída para abrigar

avós, pais, filhos, genros, noras e netos; apresentava no século XIX, de acordo com Marcoy (2001), formato arredondado, descrita de forma mais detalhada por Bates (1857, p. 292-294) em sua viagem a São Paulo de Olivença: ‘[...] uma ampla choupana de formato ablongo, cuja parte interna era arranjada de forma desordenada e assimétrica que dava a impressão de ter sido construída por vários pedreiros que trabalhassem independentemente e fossem colocando vigas, esteios, etc., sem tomar conhecimento do que os outros vão fazendo. As paredes e o teto eram cobertos com um trançado de folhas de palmeira. Redes penduradas entre grossos mourões que sustentavam o teto deixavam uma passagem livre no centro, onde era acendido o fogo; num dos lados erguia-se um jirau feito de troncos de palmeira partidos ao meio de sentido longitudinal. (Silva, 2014, p. 44).

Atualmente, os Tikuna que vivem na comunidade do Bairro Cidade de Deus, na Zona Leste de Manaus, moram em casa de alvenaria. A imagem abaixo evidencia as condições urbanas modestas enfrentadas por muitas famílias Tikuna e marca o espaço físico onde se dá a reconfiguração cotidiana de suas identidades e estratégias de resistência sociocultural.

**Figura 5** - Bairro Cidade de Deus - Manaus, AM



Fonte: ACW- Associação Comunidade Watchimaucü<sup>6</sup>

A busca por novos espaços e condições de vida, mesmo com os desafios impostos pela urbanização, representa um processo de reinvenção e reafirmação. Segundo Sousa,

“os Tikuna já não têm sua rotina assim há um bom tempo. Ocorre que as famílias que ficam na comunidade suprem em sua maior parte a responsabilidade do trabalho de todos. Apesar de falarem que são agricultores, observou-se que muitos não

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Associa%C3%A7%C3%A3o+Watchimaucü&sca> . Acesso em: 20 maio 2025.

apresentam em nenhum momento características que trabalham de forma direta na lavoura, na caça ou na pesca” (Sousa, 2017, p. 138).

## **2.2 Caracterização territorial nas zonas urbanas**

A caracterização de um território envolve múltiplas dimensões, geográficas, sociais, culturais e políticas, e deve considerar, inclusive, a presença de comunidades indígenas em contextos urbanos. Para compreendê-la com maior profundidade, buscamos o olhar da Geografia, que reconhece o território como um espaço marcado por relações de poder. Andrade (1995) define território como uma construção política e econômica, relacionada tanto ao domínio estatal quanto ao controle exercido por grandes empresas. Assim, o território ultrapassa delimitações meramente geográficas, sendo espaço de disputa, pertencimento e identidade.

Segundo Gondim e Monken (2017), os territórios são constituídos não apenas por limites físicos, mas também por uma diversidade de elementos que conformam a experiência e o uso do espaço: objetos geográficos naturais (rios, flora, fauna, morros, lagos), objetos geográficos construídos (casas, igrejas, estradas, escolas), grupos sociais e indivíduos (agremiações, associações, comunidades), bem como fluxos diversos (de mercadorias, de informação, de serviços, entre outros).

A partir dessa perspectiva, destacamos a presença da Associação Wotchimaücü, localizada no bairro Cidade de Deus, na zona leste de Manaus. Esse espaço é reconhecido como uma aldeia urbano da etnia Tikuna, o que reafirma o conceito de território enquanto espaço vivido e politicamente reivindicado por um grupo social específico.

A aldeia urbana Tikuna em Manaus, especialmente no entorno da Associação Wotchimaücü, evidencia a presença Tikuna e reafirma a diversidade territorial dos povos indígenas no Brasil e suas múltiplas formas de habitar e reivindicar seus espaços. Por fim, é fundamental considerar que a ocupação de um território provoca transformações em múltiplas dimensões: sociais, culturais, políticas e econômicas. A vivência cotidiana nesse espaço envolve rotinas, deslocamentos, interações com outras comunidades e conexões com outros territórios.

Compreendemos que o espaço geográfico ocupado pela etnia Tikuna na cidade de Manaus constitui um território indígena urbano. Esse território se concretiza por meio de ações comunitárias, de projetos sociais e como objeto de interesse para diversas áreas do

conhecimento, como sociologia, saúde pública, política, educação e planejamento urbano. Essa compreensão reforça o caráter polissêmico do termo "território", que adquire múltiplos significados conforme o ponto de vista adotado. No caso da etnia Tikuna, a Associação Wotchimaïcũ, localizada no bairro Cidade de Deus, representa um ponto de referência, funcionando como espaço de acolhimento, articulação e identidade para os membros da etnia e para outros indígenas que circulam pela cidade de Manaus.

A realidade urbana dos povos indígenas é marcada por resistência e luta por direitos. Como afirma Catachunga (2021), ao refletir sobre a emergência do movimento indígena no século XX:

No século XX, quando se pensou que os índios foram extintos, para surpresa de muitos o movimento indígena nasceu. Antes silenciado e sufocado, surgiu com muita determinação; a força dos remanescentes índios, aliada a segmentos da sociedade brasileira, veio a público para reivindicar o direito de ser diferente, assim como usufruir dos bens da nação como ser humano e cidadão brasileiro (Catachunga, 2021, p. 46).

Sabemos que a territorialização envolve a delimitação de fronteiras e limites — desde continentes, países, estados e cidades, até bairros e ruas. Essa delimitação também é utilizada para definir áreas de atuação e responsabilidade de instituições públicas e privadas, como no caso de serviços de telefonia, saneamento, energia elétrica, correios, internet e, principalmente saúde e educação.

Manaus, maior capital da Região Norte do Brasil, pode ser considerada um território da etnia Tikuna, à medida que abriga comunidades e organizações representativas desse povo. De acordo com o Atlas das Terras Tikuna no Estado do Amazonas (1998), há registros de comunidades Tikuna em diversos municípios ao longo do percurso do Rio Solimões, de Tabatinga até Manaus, sendo esta última a cidade onde ocorre o encontro das águas com o Rio Negro, marco geográfico e cultural importante da região. Mendes (2014), observa que:

O movimento indígena Tikuna no Alto Solimões, desde os anos de 1994, ganhou visibilidade no contexto regional e nacional, por meio do qual se organizaram para defesa étnica, cultural, social e territorial, apropriando-se de novos conhecimentos e habilidades necessários para lidar com as transformações ocorridas nas relações (inter) e (intra) étnicas, nos últimos anos (Mendes, 2014, p. 100).

Assim, compreendemos um momento crucial na trajetória política e identitária do povo Tikuna no Alto Solimões: a emergência de um movimento indígena articulado e visível, tanto regional quanto nacionalmente. Essa mobilização, a partir da década de 1990, marca um ponto de inflexão no modo como os Tikuna passaram a operar estrategicamente no cenário político, apropriando-se de ferramentas institucionais e discursivas não apenas para resistir às

transformações socioculturais impostas pelas relações interétnicas e intraétnicas, mas também para afirmar sua autodeterminação. Assim, os Tikuna deixam de ser apenas alvos de políticas públicas ou de discursos sobre os indígenas e passam a ser agentes enunciadore de suas próprias demandas e projetos.

No caso das terras Tikuna, é fundamental considerar que o território não se define apenas pela demarcação legal, embora esta seja essencial para a garantia de direitos constitucionais, mas também pela presença contínua dos Tikuna e pelas práticas culturais, linguísticas e sociais que ali se desenvolvem. Assim, o território também é base para a expressão da identidade étnica, para a transmissão intergeracional da língua tikuna e para a manutenção de saberes tradicionais.

A relação com o território está, ainda, diretamente conectada ao exercício dos direitos etnoculturais desse povo, pois é nele que se materializam as políticas públicas voltadas à educação escolar indígena bilíngue, à formação de professores Tikuna e à valorização da língua e da cultura locais. Reconhecer a complexidade desses territórios é também reconhecer o direito à autodeterminação dos povos indígenas, conforme garantido pela Constituição Federal de 1988 e por documentos internacionais como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Quando os Tikuna chegam em Manaus, um dos espaços de acolhimento é a Associação Wotchimaücü. Trata-se de uma organização que discute a realidade dos povos tradicionais no contexto urbano. Conforme relata Jimenes:

A ocupação do terreno na zona leste da cidade aproximou uma parte da comunidade tikuna presente na cidade de Manaus. É importante frisar que nela está estabelecida toda uma lógica específica de relação entre os seus habitantes, porém não totalmente dissociada das relações estabelecidas com famílias que habitam em outras localidades da cidade. De qualquer modo, o entendimento da organização em nível local nos ajudou a mapear também boa parte da rede de relações estabelecidas no âmbito da ACW (Jimenes, 2014, p. 70).

A figura abaixo retrata a fachada da Associação Comunidade Wotchimaücü, um espaço simbólico e concreto de resistência, identidade e organização do povo Tikuna no contexto urbano. Fundada em 6 de junho de 2002, a associação atua como centro cultural e político da comunidade, fortalecendo os laços coletivos e a continuidade das práticas tradicionais em meio à cidade. A imagem revela não apenas uma sede física, mas a materialização da luta por reconhecimento, por território e pela preservação da memória e dos saberes ancestrais dos Tikuna, representando um território étnico demarcado dentro da malha urbana manauara.

**Figura 6** - Associação dos Tikuna no Bairro Cidade de Deus - Manaus, AM



Fonte: Registro fotográfico do próprio autor (2023).

Ressaltamos, por fim, que a interação social estabelecida na comunidade representa a materialização de um território que se concretiza tanto pelas formas de convivência cotidiana quanto pelos processos de produção e reprodução da vida. Esses processos estruturam diferentes relações de poder entre indivíduos, grupos sociais, instituições, o Estado e os próprios membros da etnia, configurando assim dinâmicas específicas de pertencimento, resistência e afirmação identitária no espaço urbano.

### **2.3 Perfil sociolinguístico e modalidades de uso da língua tikuna**

Na presente pesquisa, utilizamos como amostra de investigação cinco grupos etários: grupo 1 – Crianças (9 a 12 anos); grupo 2 – Jovens (13 a 25 anos); grupo 3 – Adultos I (26 a 40 anos); grupo 4 – Adultos II (41 a 60 anos); e grupo 5 – Maiores de 60 anos. Para cada grupo, foram escolhidas duas pessoas associadas à Associação Wotchimaücü, localizada no bairro Cidade de Deus, na Zona Leste de Manaus – comunidade de fala dos Tikuna.

O histórico do conceito de comunidade de fala remonta aos anos 1960. Segundo Patrick (2004), esse conceito marca o início da sociolinguística moderna, pois destaca a importância de analisar a linguagem dentro do contexto social, político e cultural. Para

Gumperz (1972), a comunidade de fala deve ser o ponto inicial da análise, e não apenas as línguas ou os dialetos em si.

Guy (2000) argumenta que algumas características das comunidades de fala são recorrentes, apresentando aspectos comuns a essas:

[...] as características linguísticas compartilhadas e usadas na comunidade, mas não fora dela (palavras, sons ou construções gramaticais); a densidade de comunicação interna relativamente alta (entre os indivíduos da comunidade); e as normas compartilhadas (atitudes comuns sobre o uso da língua, a direção da variação estilística e avaliações sociais a respeito das variáveis linguísticas) (Guy, 2000, p. 17–32).

Para Gumperz (1962, 1971), a língua dos integrantes da comunidade não precisa ser necessariamente a mesma, mas deve haver semelhanças e diferenças linguísticas que os distingam de outros grupos. Ele afirma: “Um agrupamento humano pode ser caracterizado por interação frequente e regular, efetivada através de um mesmo sistema de signos verbais, e separado de agrupamentos similares por significantes diferenças no uso da linguagem” (Gumperz, 1971, p. 114).

Segundo Labov (2008), as línguas não são entidades estáticas ou isoladas, mas sim sistemas dinâmicos moldados por seus falantes, que vivem em contextos sociais complexos. Assim, as mudanças linguísticas decorrem inevitavelmente das transformações sociais, sendo impossível desvincular os fatos da linguagem dos fatos sociais. Defensor da ideia de que nenhuma língua é homogênea, Labov considera a língua um organismo vivo em constante transformação, de acordo com as necessidades de seus falantes.

A existência de variação e de estruturas ‘heterogêneas’ nas comunidades de fala está solidamente fundamentada. Deve-se, isso sim, questionar a existência de qualquer outro tipo de comunidade de fala. Há um mito entre linguistas de que existia um grupo homogêneo, de estilo único, que realmente falava a língua. (Labov, 2008, p. 238).

Assim, para pensarmos acerca de uma comunidade de fala, é essencial adotar um conceito como base nas condições de variação e mudança linguística, que orientam a seleção da amostra e mantem o foco numa análise sociolinguística.

## **2.4 Demografia nas comunidades urbanas**

A capital amazonense possui um total de 66 bairros, conforme dados do IBGE (2022), e em praticamente todos é possível constatar a presença da etnia Tikuna, seja por meio de

indivíduos, núcleos familiares ou mesmo comunidades organizadas. Os Tikuna encontram-se dispersos em unidades familiares denominadas “isoladas”, como complementa Jimenes:

Quanto à distribuição territorial, os indígenas, em Manaus, se organizam tanto em unidades residenciais ‘isoladas’, como também compõem inúmeros pequenos núcleos comunitários e pelo menos duas grandes comunidades, sendo uma com aproximadamente 320 famílias e outra com aproximadamente 700. Essas comunidades encontram-se pulverizadas em todas as zonas da cidade, sob as mais diversas condições geográficas: em espaços intensamente urbanizados e/ou populosos, com relativa infraestrutura constituída; em locais mais isolados, periféricos à malha mais urbanizada da cidade. (Jimenes, 2021, p. 82):

Ao abordarmos a presença da etnia Tikuna na cidade de Manaus, é imprescindível considerar o contexto migratório proveniente da região do Alto Solimões, especialmente da cidade de Tabatinga, no Estado do Amazonas. Segundo Catachunga, Schwartz e Silva (2021), as aldeias Tikuna, atualmente em número de 250, estão distribuídas em sete municípios: Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins e Coari. Nos últimos 25 anos, diversas famílias migraram dessas localidades, percorrendo mais de 1.000 km ao longo do rio Solimões até a capital do estado, onde hoje há uma aldeia urbana localizada no bairro Cidade de Deus, em Manaus.

Quando se busca compreender a demografia da etnia Tikuna na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, torna-se fundamental contextualizar a realidade da população indígena em âmbito nacional. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população indígena residente no Brasil corresponde a 1.693.535 pessoas, o que representa 0,83% do total da população recenseada no Censo Demográfico de 2022.

**Tabela 1:** População indígena no Estado do Amazonas

| Código do município | Município                     | População residente | Pessoas indígenas | Proporção de pessoas indígenas na população residente no município |
|---------------------|-------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------------------------------------------------------|
| 1302603             | Manaus (AM)                   | 2 063 547           | 71 713            | 3,48%                                                              |
| 1303809             | São Gabriel da Cachoeira (AM) | 51 795              | 48 256            | 93,17%                                                             |
| 1304062             | Tabatinga (AM)                | 66 764              | 34 497            | 51,67%                                                             |
| 2927408             | Salvador (BA)                 | 2 418 005           | 27 740            | 1,15%                                                              |
| 1303908             | São Paulo de Olivença (AM)    | 32 967              | 26 619            | 80,74%                                                             |
| 2610905             | Pesqueira (PE)                | 62 722              | 22 728            | 36,24%                                                             |
| 1300300             | Autazes (AM)                  | 41 582              | 20 442            | 49,16%                                                             |
| 1400100             | Boa Vista (RR)                | 413 486             | 20 410            | 4,94%                                                              |
| 1304203             | Tefé (AM)                     | 73 669              | 20 394            | 27,68%                                                             |
| 3550308             | São Paulo (SP)                | 11 451 245          | 19 777            | 0,17%                                                              |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Fonte: Censo Demográfico, (2022, p. 97).

Com base nos dados do IBGE (2022), observa-se que o Estado do Amazonas, com 490.854 pessoas indígenas distribuídas entre diversas etnias, possui a maior população indígena do Brasil. Na capital, Manaus, residem 71.713 indígenas, número que evidencia a presença significativa desses povos também em contextos urbanos. A população de Manaus, estimada em 2.279.686 habitantes (IBGE, 2024), distribui-se em seis zonas administrativas (Centro-Oeste, Centro-Sul, Leste, Norte, Oeste e Sul), com sessenta e seis bairros oficialmente reconhecidos. Os Tikuna estão presentes em muitos desses bairros, como Alvorada, Armando Mendes, Compensa, Cidade Nova, Cidade de Deus, Santa Etelvina, Nova Cidade e Tarumã (IBGE, 2022).

No bairro Cidade de Deus, zone Leste de Manaus, a Associação Wotchimaïcũ é a principal referência para a manutenção dessa vivacidade cultural. Jimenes explica:

Todos esses movimentos são parte da dinâmica responsável por alavancar a criação da Associação Comunidade Wotchimaïcũ – ACW, no ano de 2002. [...] A caracterização da entidade Tikuna contou com apoio fundamental da Pastoral Indigenista da arquidiocese de Manaus – Piama, e de parceiros estrangeiros, na construção da sede comunitária. (Jimenes, 2021, p. 125).

Os Tikuna residentes em Manaus demonstram uma atuação cada vez mais ativa, participativa e estratégica nas esferas institucionais e comunitárias. A atuação da Associação Wotchimaïcũ, nesse sentido, é emblemática: constitui não apenas um ponto de referência territorial, mas também um espaço de elaboração coletiva, de construção de agendas políticas e de fortalecimento da identidade étnica no contexto urbano. Esse espaço consolidou-se como centro de resistência e reivindicação por uma educação diferenciada, conforme prevista na Constituição de 1988, e como lugar de manutenção da língua e das práticas culturais Tikuna.

Associação Comunitária Wotchimaïcũ conta com 223<sup>7</sup> indígenas cadastrados, dos quais cerca de 150 residem nos arredores da sede, localizada na Rua São Salvador, n.º 1106, bairro Cidade de Deus, CEP 69099-243, registrada sob o CNPJ 06.070.272/0001-44. Segundo Jimenes:

No início dos anos 2000, o cenário indigenista em Manaus testemunhou o que já se observava em outras partes da Amazônia e do país: a verdadeira explosão da organização indígena. A comunidade Tikuna foi uma das que, como outras, passaram a disputar espaço político na mesma época, dando um passo importante na defesa de seus interesses na cidade. A situação precária ganhou uma alternativa em 1994,

---

<sup>7</sup> Informação cedida pelo Presidente da Associação, Sr. Bernardino Alexandre Pereira, em dezembro de 2024.

quando Reginaldo Luciano Marcolino, um dos primeiros Tikuna a migrar para Manaus, tomou conhecimento de uma ocupação recém-iniciada em um local afastado da cidade. Ele integrou-se ao movimento, assegurou seu lote e comunicou o fato a parentes e conhecidos Tikuna que, assim como ele, viviam na capital. Estes seguiram seu conselho, estabelecendo-se na área, juntamente com outras famílias não indígenas que participaram da ocupação (Jimenes, 2021, p. 122-123).

A Associação Comunitária Wotchimaüçü, localizada no bairro Cidade de Deus, em Manaus, constitui uma referência para a etnia Tikuna, tendo sido criada em 2002. Desde sua fundação, os associados têm discutido a implementação de políticas públicas não apenas para sua etnia, mas para os povos tradicionais em geral. Ao longo dos anos, a associação tem recebido a visita e o apoio de diversos intelectuais que a consideram um importante centro de referência para pesquisas e intercâmbio de saberes.

Ao concluir este capítulo, que abordou as múltiplas dimensões do pertencimento Tikuna, desde suas raízes ancestrais nas margens do rio Solimões até sua presença afirmativa nos espaços urbanos da cidade de Manaus, evocamos os sentimentos de saudade, resistência e ancestralidade que marcam essa travessia histórica e simbólica. Retomamos os versos de Gonçalves Dias (1843), em sua célebre *Canção do Exílio*, que reverberam como um eco poético do desejo coletivo de reconexão com a terra, a memória e a identidade:

Não permita Deus que eu morra,  
Sem que eu volte para lá;  
Sem que veja as palmeiras,  
Onde canta o sabiá.  
(Gonçalves Dias, 1843)

Essas palavras, embora escritas no contexto de um exílio individual, assumem aqui uma dimensão coletiva e profunda ao simbolizarem o sentimento dos povos originários que, mesmo em situação de deslocamento e migração para os centros urbanos, mantêm vivo o vínculo com seus territórios ancestrais. No caso dos Tikuna, esse vínculo não se restringe ao espaço físico da terra, mas se amplia para uma cosmologia que compreende a língua, os saberes, os modos de vida e as formas de resistência cultural como expressões legítimas de pertencimento.

### 3 OS TIKUNA EM MANAUS: LÍNGUA, ENSINO E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

*“Não há liberdade possível sem o direito à palavra.”*  
IDIL: International Decade of Indigenous Languages,  
(UNESCO, 2022–2032)

Este capítulo apresenta os aspectos estruturais da língua tikuna, contextualizando seu uso em ambiente urbano, suas interações com outras línguas e o papel das políticas educacionais bilíngues na manutenção ou enfraquecimento da língua. Parte-se do registro de aspectos gramaticais da língua para, em seguida, abordar acerca da presença das línguas indígenas, como a Tikuna, nos espaços urbanos, não é apenas uma questão de identidade cultural, mas de cidadania plena, uma vez que valorizar essas línguas é garantir a continuidade de histórias, saberes e modos de vida que compõem a riqueza sociolinguística brasileira, por fim, tratar da importância do reconhecimento e a efetivação dos direitos linguísticos constituem pilares fundamentais para a construção de uma justiça social verdadeiramente inclusiva.

#### 3.1 Síntese dos principais aspectos gramaticais tikuna (isolada)

A língua tikuna, falada pelo povo Magüta ['magita] (ou tikuna), apresenta variações em sua forma de nomeação e grafia na literatura linguística e na etno-história, entre as denominações registradas, encontram-se: tikúna (ou ticuna), tecuna, tokuna, tucuna e, em alguns casos, tipunas. Segundo Montes:

Los etnohistoriadores afirman que hay registros tempranos del grupo étnico, particularmente en la crónica de Cristóbal de Acuña de 1693, citada por Goulard como fuente de la mayoría de los etnónimos (1994, p. 12). Tovar (1961), citado por Goulard (1994) usa «tokuna». Nimuendajú (1952) habla de los «tukuna». En los mapas antiguos de G. de l'Ille de 1705 (1971), aparecen los «tecunas» en la margen izquierda del Amazonas y los «tipunas» en la margen derecha. En el mapa del jesuita Fritz de 1707 (1971), aparecen los «ticunas» en la margen izquierda en la zona interfluvial Amazonas-Putumayo. (Montes, 2019 p. 193).

Geneticamente, ou ainda, de um ponto de vista histórico-comparativo, a língua tikuna ainda é considerada como um tipo isolada. Embora, de forma não unânime entre os pesquisadores, essa língua também tem sido considerada como pertencente à família linguística yuri-tikuna. Conforme Carvalho (2010):

Embora a língua Tikúna seja considerada geneticamente isolada, já foi suposto que pertencesse à família Aruak (Rivet 1912) e, mais recentemente, a um grupo putativo chamado "Macro-Tucano" em que formaria um subgrupo com a língua Yuri (já extinta) em associação com o Aikaná, Huari, Kapixaná (Kanoê), Puinave e a as famílias Nambikwara, Makú e Tukano (cf. Greenberg 1987). Todas as propostas desta natureza têm falhado em prover evidências convincentes de um relacionamento genético de outras línguas ou famílias com o Tikúna, a única exceção sendo provavelmente a hipótese de que há um nexo genético com a língua Yuri (cf. Carvalho 2009). Uma proposta recente e aparentemente promissora (Jolkesky 2009) aponta para a possibilidade de relacionamento genético distante do Tikúna com algumas línguas faladas na Colômbia e na Venezuela, entre elas Andoke, o Hoti, o Mako e o grupo Sáliba-Piaroa. Entretanto, uma coleta mais ampla de dados lexicais das línguas em questão, além de um trabalho mais aprofundado de análise que estabeleça correspondências fonológicas regulares e proto-formas são necessários para que se dê maior crédito a tal hipótese. (Carvalho, 2010 p. 11).

Importa salientar que o presente subtópico passa a reunir os aspectos da gramática da língua tikuna a partir do exame de sua literatura linguística disponível, seguindo as pesquisas realizadas por Soares (1984, 1992, 2000), Montes (2019), Bertet (2020), Carvalho (2009 e 2010), Bonifácio (2022) e Dantas (2022).

A língua tikuna apresenta um sistema fonológico considerado complexo, especialmente em relação à tonalidade, que desempenha papel central na distinção de significados. Trata-se de uma língua tonogênica, em que o tom é fonêmico — isto é, variações de altura na emissão vocal produzem distinções tanto lexicais quanto gramaticais.

A fonologia da língua tikuna é amplamente estudada por seu caráter tonal altamente complexo. Conforme Anderson (1959), a língua apresenta cinco níveis fonêmicos de altura tonal, sendo esse o primeiro sistema de tons com tamanha sofisticação documentado na América do Sul. Esse traço tornou-se central nas descrições linguísticas subsequentes da língua. No entanto, não há evidências para as análises que propuseram os cinco tons para a língua, conforme Carvalho: “difícilmente fornecem qualquer evidência que sustente tal afirmação” (Carvalho, 2009 p.82). Conforme também revela Soares (ISA, 2021):

Nos dias de hoje, as análises até o momento efetuadas alcançaram reduzir o número de tons subjacentes/ fonológicos propostos para o Ticuna – língua na qual são materialmente encontrados os seguintes níveis fonéticos de altura (pitch): alto, meio-alto, médio, meio-baixo, baixo e extrabaixo. Os tons fonológicos podem ser maximamente reduzido a dois – os tons alto e baixo (Soares, 1995b; 1996; 1998) – ou ter a sua redução limitada a três – os tons alto, médio e baixo (Montes, 1987; 1995). O tom médio foi considerado como não-especificado na representação fonológica subjacente por Soares em 1994 (ver Soares, 1995a). (ISA, (2021, s/n)

Quanto à fonologia segmental consonantal, em suma, Carvalho (2009) expõe que no tikuna há três posições para oclusivas: bilabial, coronal e dorsovelar, uma oposição vocal sem lacunas, bem como africadas alveopalatais sonoras e surdas, além de uma continuante coronal

/ɾ/ e uma aproximante labiovelar /w/. O *status* das três consoantes nasais fonéticas que correspondem às oclusivas é mais incerto, havendo fatores dialetais que podem reavaliá-las enquanto constituintes fonológicos.

Consideramos aqui o relevante Quadro Síntese dos Segmentos Consonantais do tikuna elaborado por Dantas (2022), no qual há correspondências entre a ortografia utilizada em Anderson e Anderson (2016) e os fonemas propostos nas análises de Soares (1986), Montes (1994) entre outros.

**Quadro 2-** Grafemas consonantais tikuna e seus valores fonéticos (Dantas, 2022)

| Quadro - Grafemas consonantais Tikuna e seus valores fonéticos, segundo os autores |                                        |                          |                         |                                    |
|------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|--------------------------|-------------------------|------------------------------------|
| GRAFEMA                                                                            | SOARES (1986)                          | MONTES (1994, 2004)      | SKILTON (2017)          | BERTET (2020)                      |
| <p>                                                                                | /p/<br>[p]                             | /p/<br>[p, pʷ, pʳ]       | /p/<br>[p]              | /p/<br>[p, m]                      |
| <b>                                                                                | /b/<br>[b]                             | /b/<br>[b, bʷ, ʱb, m]    | /b/<br>[b, v]           | /b/<br>[b, m]                      |
| <m>                                                                                | /m/<br>[m]                             |                          | /m/<br>[m]              |                                    |
| <t>                                                                                | /t/<br>[t]                             | /t/<br>[t, tʷ, tʳ]       | /t/<br>[t]              | /t/<br>[t]                         |
| <d>                                                                                | /d/<br>[d]                             | /d/<br>[d, dʷ, ʱd, n]    | /d/<br>[d]              | /d/<br>[d, n, ɾ,]                  |
| <n>                                                                                | /n/<br>[n, ɲ]                          |                          | /n/<br>[n]              |                                    |
| <ɾ>                                                                                | /ɾ/<br>[ɾ]                             |                          | /ɾ/<br>[ɾ]              |                                    |
| <c>                                                                                | /k/ e /kʷ/<br>[k, q, kʰ] e [kʷ, ɸ, ɸʷ] | /k/<br>[k, kʳ]           | /k/<br>[k, kʷ, f, ɸ, ʌ] | /k/ e /kʷ/<br>[k] e [kʷ, ɸʷ, ɸ, w] |
| <q>                                                                                |                                        |                          |                         |                                    |
| <g>                                                                                | /g/<br>[g, gʷ, βʷ]                     | /g/<br>[g, ʷg, ɲ, ʏ]     | /g/<br>[g]              | /g/<br>[g, ʏ]                      |
| <ng>                                                                               | /ŋ/<br>[ŋ]                             |                          | /ŋ/<br>[ŋ, ʌ]           | /ŋ/<br>[ŋ, ɲ]                      |
| <x>                                                                                | /ʔ/<br>[ʔ]                             | /ʔ/<br>[ʔ]               | /ʔ/<br>[ʔ]              | /ʔ/<br>[ʔ]                         |
| <ch>                                                                               | /tʃ/<br>[tʃ, ʃ]                        | /c/<br>[c, ʃ]            | /tʃ/<br>[tʃ]            | /tʃ/<br>[tʃ, ɲ, ɛ]                 |
| <y>                                                                                | /dʒ/<br>[dʒ, ʒ]                        | /j/<br>[j, j, dʒ, ʲj, ɲ] | /j/<br>[j, j, ʒ]        | /dʒ/<br>[dʒ, j, ɲ]                 |
| <n>                                                                                | /ɲ/<br>[ɲ]                             |                          | /ɲ/<br>[ɲ]              | /ŋ/<br>[ɲ]                         |
| <w>                                                                                | /w/<br>[w, β]                          | /w/<br>[w, β]            | /w/<br>[w]              | /w/<br>[w, ʷ]                      |

(Dantas, 2022, pp.54-55)

No que diz respeito ao inventário vocálico, segundo Carvalho (2009), há seis qualidades vocálicas para vogais orais (/i e a u o i/) com um conjunto fonêmico correspondente e pareado para as vogais nasais. Além disso, persiste alguma incerteza quanto à existência de vogais

laringealizadas e, simultaneamente, de vogais naso-laringealizadas, também com diferenças dialetais.

Novamente, consideramos aqui o relevante Quadro Síntese de Segmentos tikuna, por ora, os segmentos vocálicos, elaborado por Dantas (2022), no qual há correspondências entre a ortografia de Anderson e Anderson (2016) e os fonemas propostos por Soares (1986), Montes (1994), entre outros.

**Quadro 3-** Grafemas vocálicos tikuna e seus valores fonéticos (Dantas, 2022)

| <b>Quadro - Grafemas vocálicos Tikuna e seus valores fonéticos, segundo os autores<sup>65</sup></b> |                                |                            |                       |                      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|----------------------------|-----------------------|----------------------|
| <b>GRAFEMA</b>                                                                                      | <b>SOARES (1986)</b>           | <b>MONTES (1994, 2004)</b> | <b>SKILTON (2017)</b> | <b>BERTET (2020)</b> |
| <a>                                                                                                 | /a/                            | /a/                        | /a/<br>[a, a, â, â]   | /a/<br>[a, a, â, â]  |
| <a> e <ax>                                                                                          | [a, ɜ̃, â, a]                  | [a, a, aɣ]                 |                       |                      |
| <â>                                                                                                 | /ã/                            | /ã/                        |                       |                      |
| <â> e <âx>                                                                                          | [ã]                            | [ã, ɑ]                     |                       |                      |
| <e>                                                                                                 | /e/<br>[ɛ, ɛ, ẽ, ẽ]            | /e/                        | /e/<br>[e, ɛ, ẽ]      | /e/<br>[e, ɛ, ẽ]     |
| <e> e <ex>                                                                                          |                                | [e, ɛ, ɛɣ]                 |                       |                      |
| <ẽ>                                                                                                 |                                | /ẽ/<br>[ẽ]                 |                       |                      |
| <ẽ> e <ẽx>                                                                                          |                                | --                         |                       |                      |
| <i>                                                                                                 | /i/<br>[i, i, i]               | /i/                        | /i/<br>[i, j, i, i]   | /i/<br>[i, i, i]     |
| <i> e <ix>                                                                                          |                                | --                         |                       | --                   |
| <ɨ>                                                                                                 | /i/<br>[i, i]                  | /i/<br>[i]                 |                       | --                   |
| <ɨ> e <ix>                                                                                          |                                | --                         |                       | --                   |
| <o>                                                                                                 | /o/                            | /o/                        | /o/<br>[o, o, ô]      | /o/<br>[o, o, ô]     |
| <o> e <ox>                                                                                          | [ɔ, ɔ]                         | [o, ɔ, ɔɣ]                 |                       |                      |
| <ô>                                                                                                 | /ô/                            | /ô/                        |                       |                      |
| <ô> e <ôx>                                                                                          | [ɔ̃, ô]                        | [ɔ̃]                       |                       |                      |
| <u>                                                                                                 | /u/                            | /u/                        | /u/                   | /u/                  |
| <u> e <ux>                                                                                          | [u, ʊ, o, o, u, u, ʊ, ʊ, ô, ô] | [u, ʊ, w, uɣ]              | [u, w, u, u]          | [u, u, u, u]         |
| <u>                                                                                                 |                                | /u/<br>[ʊ]                 |                       |                      |
| <ũ> e <ũx>                                                                                          |                                | --                         |                       |                      |
| <ɨ>                                                                                                 | /i/<br>[i, ɛ, i, ẽ, i]         | /ɨ/                        | /i/<br>[i, i, i]      | /ɨ/<br>[ɨ, ɨ, N]     |
| <ɨ> e <ɨx>                                                                                          |                                | [ɨ, i, ɨ, ɨɣ]              |                       | --                   |
| <ɨ>                                                                                                 | /i/                            | /ɨ/                        |                       | --                   |
| <ɨ> e <ɨx>                                                                                          | [i]                            | [i]                        |                       | --                   |

(Dantas, 2022, pp.55-56)

Com relação à estrutura silábica, Rodriguez (1987) afirma que “A sílaba Tikuna tem as seguintes configurações: possui uma rima que não se ramifica e um núcleo que se ramifica

com vogais longas e ditongos pesados; a posição da coda é resultado de um processo epentético entre uma vogal nasal e uma consoante oclusiva surda.”

De acordo com Carvalho (2009), o tikuna apresenta características tipológicas que permitem classificá-lo, de forma geral, como uma língua aglutinativa, na qual os processos de fusão interna (*sandhi*) e as alternâncias morfológicas são pouco frequentes, tornando as fronteiras entre os morfemas, na maior parte dos casos, claramente perceptíveis, com tendências polissintéticas que podem ser observadas por meio de processos de incorporação, e alguns elementos, como modalizadores e certas partículas, bem como, apresentam propriedades semelhantes às línguas isolantes, uma vez que morfemas monossilábicos frequentemente coincidem com palavras fonológicas, com a maior parte de seu vocabulário monomorfêmico, composto por palavras de uma ou duas sílabas.

Ainda segundo o autor, no plano morfossintático, o tikuna se caracteriza pela marcação de núcleo e dependente, adotando a ordem SOV como principal estrutura de constituintes. O verbo apresenta marcadores de sujeito e objeto, enquanto os substantivos recebem marcação de caso. A morfologia da língua tende a ser aglutinativa, com poucos casos de fusão interna, apresentando de duas a três posições prefixadas no verbo, cuja classificação depende do status de certos elementos como clíticos ou afixos, sendo, predominantemente, sufixal, a língua também permite processos de incorporação de substantivos, reforçando tendências polissintéticas (Rodríguez, 2014; Soares, 1992). A língua tikuna apresenta estrutura predominantemente aglutinante, com traços de polissintetismo, pois “é comum a formação de palavras longas, compostas por diversos morfemas que expressam informações sobre tempo, aspecto, modo, pessoa, número e objeto”. (Bonifácio, 2019, p. 163)

No que respeita a morfologia verbal da tikuna, a autora entende ser especialmente densa. Os verbos podem incorporar diversos elementos gramaticais, permitindo que uma única forma verbal represente informações complexas. Os prefixos referenciais indicam a pessoa do sujeito, enquanto os objetos e operadores gramaticais adicionais podem surgir como enclíticos ou sufixos. E quanto à estrutura das palavras, essa obedece a um padrão regular, com afixos posicionais bem definidos, em que “A marca de sujeito é prefixada ao verbo, enquanto outras marcas — como evidencialidade e aspecto — podem surgir em sufixos ou enclíticos”. (Bonifácio, 2019, p. 163).

(1) Forma verbal tikuna:

*ri-paka-ñu*

(Bonifácio, 2019, p. 163)

Tradução: “Eu comi” ou “eu estou comendo”, a depender do contexto enunciativo.

Onde-se adiciona: {ri-} (prefixo de 1ª pessoa do singular) + {paka} (“comer”) + {-ñu} (sufixo de aspecto)

Bonifácio (2019) propõe cinco classes principais de verbos transitivos, baseadas na presença ou ausência do objeto externo e nas variações dos prefixos referenciais. Essa complexidade morfológica evidencia o potencial expressivo da língua e sua riqueza interna.

Segundo Bonifácio (2019, p. 164), “a ordem básica dos constituintes é Sujeito–Objeto–Verbo, embora haja flexibilidade pragmática em função do foco ou da topicalização”.

### (2) Ordem SVO tikuna:

S O V

*Ami weki ripa*

(Bonifácio, 2019, p. 164)

*ami* = “eu”; *weki* = “peixe”; *ripa* = “comer”

Tradução aproximada: “Eu como peixe.”

A ordem dos constituintes pode ser modificada conforme o foco enunciativo. A topicalização, por exemplo, pode colocar o objeto em posição inicial para enfatizá-lo (*Weki ami ripa*). Além disso, conforme Bonifácio (2019, p. 165), a negação é marcada pela partícula {*ma*}, colocada antes do verbo:

### (3) Negação verbal tikuna:

*Ami ma ripa*

(Bonifácio, 2019, p. 165)

Tradução aproximada: “Eu não como.”

A tikuna não apresenta distinção de gênero gramatical, mas distingue número (singular/plural), geralmente de forma morfológica. A presença de partículas enclíticas que indicam evidencialidade, modalização e modalidade epistêmica demonstra um sistema sintático-pragmático refinado. Em suma, Bonifácio (2022) expõe que:

A língua Tikuna é, tipologicamente, nominativo-acusativa. A ordem dos constituintes maiores de uma sentença é flexível, e a ordem Sujeito Objeto Verbo (SOV) permite que se fale em vinculações em Tikuna e, especificamente, de vinculações e ordem SVO (Cf. SOARES, 1992a; 2000). Devido à flexibilidade em relação à ordem de palavras em Tikuna, um modo de se chegar a uma variação de posicionamento entre os constituintes maiores de uma sentença é o seguinte: na língua Tikuna, os constituintes são ordenados segundo um parâmetro estrutural ou segundo uma variada manifestação casual. No que diz respeito ao parâmetro estrutural básico, este é núcleo final e se manifesta com predicação, atribuição de papéis temáticos e casos estruturais à esquerda. Já a manifestação casual inclui os casos estruturais (nominativo e

acusativo), os casos morfológicos, casos via cadeia com clíticos e casos via modificação do verbo. Quanto aos casos estruturais, o nominativo se manifesta via concordância. (Bonifácio, 2022, p. 53727).

Consideramos, por fim, Soares (2021), para ressaltar que a língua tikuna é amplamente utilizada no cotidiano por crianças, jovens e adultos, inclusive em aldeias situadas próximas a centros urbanos. A vasta área de sua distribuição oferece um campo promissor e ainda pouco explorado para estudos de variação linguística. Como língua isolada e única, o tikuna desempenha papel significativo tanto para a compreensão das línguas naturais quanto para o estudo da história dos povos indígenas e de suas línguas no Brasil.

### **3.2 Políticas linguísticas e o tikuna no contexto urbano de Manaus**

A promulgação da Constituição Federal de 1988 marca um ponto de inflexão importante nas lutas educacionais indígenas, ao afirmar, em seu artigo 210:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (Brasil, 1988).

A base organizacional apresentada na Constituição Federal de 1988 representou um marco de intensas discussões e, sobretudo, de conquistas para os povos indígenas do Brasil, que finalmente passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos. Esse momento histórico sinalizou avanços significativos no que se refere à valorização das culturas e línguas indígenas, configurando-se como ponto de partida para a construção de uma política de educação escolar indígena.

A partir desse marco legal, reforça-se a ideia de que a educação deve atender a todos os cidadãos brasileiros, sem distinções, valorizando os saberes culturais e as línguas originárias dos povos indígenas. Com base na Constituição, as Secretarias Estaduais de Educação passaram a estruturar seus departamentos de Educação Escolar Indígena, promovendo a valorização das culturas tradicionais e reconhecendo a língua indígena como primeira língua de instrução, relegando à língua portuguesa o papel de segunda língua. Além do artigo 210, outros dispositivos constitucionais consolidaram os direitos dos povos indígenas, contribuindo para a

formulação de políticas públicas que reconhecem e respeitam a diversidade étnica, cultural e linguística do Brasil.

Entretanto, a efetivação dessa política não ocorreu de forma automática. Foi necessária a articulação entre diferentes atores sociais e institucionais, como a Operação Anchieta (OPAN), que desempenhou um papel fundamental na mediação entre os povos indígenas e o Estado. Por meio de encontros, oficinas e rodas de diálogo, a OPAN colaborou na construção coletiva de propostas educacionais específicas, refletindo sobre os desafios e as possibilidades de uma educação escolar indígena que respeitasse os saberes tradicionais, a organização social e as línguas originárias.

Essas lutas, iniciadas com vigor no período constituinte, permanecem em curso. Não se pode afirmar que tudo estagnou no tempo e no espaço, pois houve avanços consideráveis. Passou-se a discutir com mais profundidade os direitos indígenas à educação, especialmente no que diz respeito à estruturação de escolas em que a língua indígena pudesse ser reconhecida como primeira ou segunda língua de instrução, conforme o contexto sociolinguístico de cada povo.

Mesmo com a promulgação da Resolução nº 3/99 do Conselho Nacional de Educação, com os Referenciais para a Formação de Professores Indígenas (Brasil, 2002), e com a ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1989), que garante a participação dos povos indígenas em todas as decisões e políticas que lhes dizem respeito, a presença efetiva de representantes indígenas nas comissões governamentais e espaços decisórios ainda é limitada. A ausência desses sujeitos nos processos deliberativos reforça a necessidade de ampliar os mecanismos de escuta, consulta e protagonismo indígena.

A Resolução nº 3/99 e os Referenciais para a Formação de Professores Indígenas além de consolidar avanços no marco legal, também estabelece diretrizes importantes, como: i) o reconhecimento das línguas indígenas como patrimônio linguístico e cultural dos povos originários; ii) a valorização dos conhecimentos tradicionais no currículo escolar; iii) a formação de professores indígenas a partir das realidades e demandas das próprias comunidades, e iv) o respeito aos processos próprios de aprendizagem, conforme previsto no artigo 210, §2º da Constituição Federal de 1988.

Nesse percurso, evidencia-se que a luta é contínua. No estado do Amazonas, por exemplo, mesmo com a existência de um Departamento de Línguas Indígenas vinculado à Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (SEDUC-AM), e com a criação da Escola da Floresta, as ações ainda precisam ser ampliadas, fortalecidas e efetivamente implementadas.

Discutir a educação bilíngue voltada à língua tikuna em Manaus exige ultrapassar os limites dos documentos normativos e adentrar o terreno das lutas sociais pela efetivação dos direitos linguísticos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, já previa em seu artigo 78 a obrigatoriedade da valorização das línguas e culturas dos povos indígenas, assegurando o ensino bilíngue e intercultural. No entanto, a implementação dessa política no contexto urbano, especialmente em cidades como Manaus, ainda é marcada por fragilidades estruturais e institucionais.

O bilinguismo, enquanto prática social e pedagógica, tem raízes históricas nos múltiplos contextos de contato entre povos, línguas e culturas. Desde tempos remotos, sujeitos em trânsito, como mercadores, intérpretes, escravizados e guerreiros, desenvolveram formas plurilíngues de comunicação. No entanto, a educação bilíngue contemporânea, sobretudo em ambientes urbanos brasileiros, muitas vezes se afasta dessa perspectiva dinâmica. Programas escolares que se dizem bilíngues operam frequentemente em regime de submersão, em que o português predomina como língua de instrução, enquanto as línguas indígenas são tratadas como objeto folclórico, residual ou opcional.

Apesar da existência de resoluções e normativas que estruturam legalmente a educação escolar indígena, ainda se observa grande fragilidade em sua efetiva execução e consolidação. Mindlin destaca essa limitação ao afirmar: “[...] as secretarias são legalmente responsáveis por executar o programa de educação escolar indígena, sob orientação do MEC; no entanto, ainda não têm o preparo para essas atribuições”. (2003, p. 149).

Compreendidos os marcos legais e os avanços na política educacional indígena em nível nacional, passa-se agora a analisar como essas diretrizes se materializam, ou deixam de se materializar, no contexto urbano de Manaus, especialmente em relação à etnia Tikuna.

Na cidade de Manaus, ainda estamos em processo de efetivação da Lei Municipal nº 2.781/2021, a qual trata da criação de escolas indígenas municipais, da regulamentação de cargos de professores indígenas e da valorização das línguas maternas e dos conhecimentos tradicionais nas práticas escolares. Atualmente, existem escolas indígenas na zona rural-ribeirinha da capital, sob a gestão da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), como indicam Cordeiro et al. (2024), que citam quatro unidades escolares não-mistas, localizadas nas comunidades Terra Preta, São Tomé, Três Unidos e Nova Esperança, às margens do Rio Negro e do Rio Cuieiras.

No entanto, mesmo com a expressiva presença da etnia Tikuna na cidade, ainda não existe uma escola bilíngue que atenda especificamente a esse grupo linguístico, sendo frequente

que os estudantes Tikuna sejam inseridos em escolas regulares sem adaptações linguísticas e culturais significativas.

A criação de grupos de trabalho voltados à implementação da lei municipal tem sido debatida em articulações recentes, como as promovidas pela Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (Copime), em conjunto com o Ministério Público Federal, conforme registrado pela Revista Cenarium (2024). De forma complementar, a página oficial da Prefeitura de Manaus aponta a existência de três escolas indígenas: o Centro de Educação Escolar Indígena Wakenai Anumareith e o Centro Municipal de Educação Escolar Indígena Nossa Senhora de Fátima, ambos localizados no bairro Tarumã, e a Escola Indígena Municipal Puranga Pisasu, na zona rural da cidade.

No estado do Amazonas, destaca-se a criação da Escola da Floresta, inaugurada em 16 de julho de 2024. A instituição está localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Uatumã, situada a aproximadamente 330 km ao nordeste de Manaus, abrangendo os municípios de São Sebastião do Uatumã e Itapiranga (IBGE, 2022). Contudo, ao consultar a página oficial da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Amazonas (SEDUC-AM), observa-se que as informações disponibilizadas ainda são limitadas, o que dificulta a avaliação precisa da proposta pedagógica, do corpo docente envolvido e das estratégias efetivas de valorização das línguas e culturas indígenas. Essa lacuna informacional revela um dos principais desafios enfrentados: a transparência e o acompanhamento público das políticas educacionais voltadas aos povos tradicionais.

De grande importância nesse cenário são os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), que, embora não configurem oficialmente escolas indígenas, acabam assumindo, de forma improvisada, a função de atender à demanda educacional das crianças Tikuna. Os CMEIs funcionam, assim, como espaços de mediação cultural e linguística, mas sem respaldo institucional que lhes permita exercer plenamente esse papel. Faltam recursos, formação adequada de docentes, reconhecimento legal como instituições voltadas a populações indígenas e, sobretudo, políticas públicas que fortaleçam sua atuação.

Contudo, faz-se necessário escolas que atendam povos indígenas e que valorizem as línguas originárias como meios legítimos de instrução. Isso inclui não apenas o ensino da língua, mas também a sua presença como veículo de conhecimento e organização curricular, com materiais didáticos contextualizados e gestão compartilhada com a comunidade. Em Manaus, esse ideal ainda está distante da realidade cotidiana das famílias Tikuna.

Como aponta UNESCO (2022), a preservação das línguas indígenas é um compromisso coletivo e uma responsabilidade compartilhada entre Estado, sociedade civil e as próprias

comunidades. No caso dos Tikuna, reconhecer e fortalecer sua língua é um passo essencial para a construção de uma sociedade verdadeiramente plural e justa.

Portanto, ao analisar a atuação da comunidade Tikuna em Manaus, especialmente por meio da Associação Wotchimaücü, reconhecemos um exemplo concreto da articulação entre território, língua, educação e identidade, demonstrando como os direitos linguísticos e culturais se realizam — ou ainda enfrentam obstáculos — no contexto urbano. A luta pela preservação da língua tikuna, nesse sentido, é também uma luta por reconhecimento, cidadania e justiça histórica.

### 3.3 Sobre o ensino Tikuna na Cidade de Deus

Considerando que o processo de deslocamento linguístico é ainda mais acentuado em contextos em que a presença de falantes da língua tikuna é minoritária, como ocorre em diversos bairros da cidade de Manaus. Nessas circunstâncias, os jovens tendem a incorporar o português como principal língua de socialização, o que gradualmente redefine o repertório linguístico da comunidade. Por outro lado, a presença de organizações comunitárias, como a Associação Wotchimaücü, tem desempenhado papel fundamental na manutenção e valorização da língua tikuna, por meio de atividades culturais, rodas de conversa, alfabetização bilíngue e registro de saberes tradicionais.

Dados registrados por Jimenes (2014) mostram que a estrutura organizativa da comunidade Tikuna no bairro Cidade de Deus envolvia nove casas, lideradas por representantes dos respectivos clãs e com um total aproximado de 68 pessoas (cf. tabela 2).

**Tabela 2** - Demonstrativo de residentes da etnia Tikuna (bairro Cidade de Deus) -2014

| Casa                     | Chefe (a)                    | Clã             | Total |
|--------------------------|------------------------------|-----------------|-------|
| 1                        | Aguinilson Araújo Peres      | <i>Onça</i>     | 8     |
| 2                        | Deniziu Araújo Peres         | <i>Onça</i>     | 5     |
| 3                        | Bernardino Alexandre Pereira | <i>Manguari</i> | 15    |
| 4                        | Isaac Ponciano               | <i>Manguari</i> | 3     |
| 5                        | Teodino Cândido da Silva     | <i>Manguari</i> | 8     |
| 6                        | Martins Dica Ponciano        | <i>Saúva</i>    | 10    |
| 7                        | Zenaide                      | <i>Manguari</i> | 8     |
| 8                        | Domingos Ricardo Florentino  | <i>Galinha</i>  | 7     |
| 9                        | Aldenor Bastos Félix         | <i>Mutum</i>    | 4     |
| <b>Total Aprox. Hab.</b> |                              |                 | 68    |

Fonte: Jimenes, (2014, p. 71).

Essa tabela, com dados de 2014, permite algumas observações relevantes quanto à diversidade clânica: há registro de pelo menos cinco clãs distintos (Onça, Manguari, Saúva, Galinha e Mutum), o que demonstra a continuidade das estruturas socioculturais tradicionais no contexto urbano; a predominância do clã Manguari, com presença em quatro das nove casas e total de 34 habitantes, representando cerca de 50% da amostra, indicando possível maior mobilização ou migração de seus membros; composição familiar variada, entre três e quinze pessoas, refletindo tanto práticas tradicionais de residência ampliada quanto estratégias adaptativas frente à realidade urbana; a centralidade da associação, que se constitui como espaço organizativo e político fundamental, mediando o acesso a direitos e a visibilidade da comunidade.

Após dez anos, a presente pesquisa pode constatar que a Associação Wotchimaücü possui 223 associados tikunas que compartilham o objetivo de manter viva sua língua e cultura, discutindo-as entre si. Nessa comunidade, há uma iniciativa de educação bilíngue, por meio de uma escola com professor de língua tikuna. As crianças da comunidade frequentam escolas regulares nos turnos matutino ou vespertino e, no contraturno, participam de atividades educativas na associação, onde discutem conteúdos escolares e, sobretudo, aprofundam seus conhecimentos na língua tikuna, reafirmando a importância da língua materna no processo formativo.

Na comunidade Tikuna da Cidade de Deus, tem um CMEI que oferece atividades no contraturno escolar: as crianças que estudam no turno matutino frequentam a associação no turno vespertino e vice-versa. Esse arranjo contribui para que as crianças se tornem bilíngues, tendo como primeira língua a língua tikuna, sua língua materna. A comunidade também mantém uma igreja evangélica, e em uma área nos fundos da igreja preservam-se tradições culturais, que são transmitidas dos membros mais experientes para os mais jovens. Nesse espaço, também são discutidas diversas temáticas culturais e sociais. Muitos associados residentes nas proximidades mantêm sua cultura viva por meio da produção artesanal, que é comercializada diariamente em um espaço cultural na orla da praia da Ponta Negra, em Manaus.

Nesse sentido, a permanência da língua tikuna nas práticas cotidianas da comunidade urbana, nas interações familiares, nas ações da Associação Wotchimaücü e nos espaços educativos não formais, revela o exercício dos direitos linguísticos como parte inseparável dos direitos indígenas. A língua materna, nesse contexto, é mais do que um meio de comunicação: ela é território simbólico, é patrimônio imaterial, é ato de resistência frente à invisibilização histórica e às tentativas de assimilação forçada.

Esse cenário evidencia que, apesar dos avanços legais, os desafios para a efetivação de uma educação bilíngue para os Tikuna em Manaus ainda são expressivos, exigindo políticas públicas mais consistentes e alinhadas às necessidades reais dessas comunidades.

Os direitos linguísticos dos povos indígenas estão garantidos por instrumentos nacionais e internacionais, como a Convenção 169 da OIT, o Estatuto do Índio e a própria Constituição Federal de 1988, que reconhece a organização social, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições indígenas como direitos originários. No entanto, a efetivação desses direitos nas cidades ainda enfrenta inúmeros desafios, seja pela ausência de políticas públicas específicas, pela falta de reconhecimento institucional da diversidade linguística ou pelo preconceito linguístico enfrentado cotidianamente por essas populações.

A urbanização introduz novas exigências comunicativas à população Tikuna, especialmente no que se refere à inserção no mercado de trabalho, no sistema educacional e nas instâncias burocráticas da cidade. Isso leva ao fortalecimento do português como língua de prestígio e acesso a direitos, frequentemente em detrimento da língua indígena.

Segundo Ferguson (1959), uma comunidade linguística é composta por indivíduos que compartilham normas semelhantes relacionadas ao uso da língua. Na concepção de Calvet (2007), uma comunidade linguística constitui-se por pessoas que se compreendem mutuamente por meio de uma mesma língua. Com base nessas contribuições, podemos afirmar que os associados da Associação Comunitária Wotchimaücü, ao se reunirem em um espaço comum e utilizarem sua língua materna, o Tikuna, compõem uma comunidade linguística.

Conforme destaca Bonifácio (2019), o processo de substituição linguística está diretamente relacionado à ausência de políticas públicas de fortalecimento e valorização das línguas indígenas no meio urbano. A escolarização exclusivamente em português, aliada ao preconceito linguístico e à invisibilização da diversidade linguística nas instituições, contribui para a diminuição do uso efetivo do Tikuna em ambientes urbanos.

Portanto, ao visibilizar a presença Tikuna em Manaus, reafirma-se que o direito à moradia adequada, à educação, à saúde e à dignidade passa, necessariamente, pelo reconhecimento e valorização de suas línguas e culturas. A cidade, neste caso, não é apenas o lugar de chegada, mas torna-se espaço de reconstrução identitária, onde o exílio se transforma em reinvenção, e o território ancestral é reelaborado no corpo, na fala e na memória de cada sujeito Tikuna.

Encerramos este subcapítulo reafirmando que o reconhecimento e a efetivação dos direitos linguísticos constituem pilares fundamentais para a construção de uma justiça social verdadeiramente inclusiva. A presença das línguas indígenas, como a tikuna, nos espaços

urbanos não é apenas uma questão de identidade cultural, mas de cidadania plena. Políticas linguísticas que valorizem essas línguas são necessárias para garantir a continuidade de suas histórias, saberes e modos de vida que compõem a riqueza sociolinguística brasileira.

#### 4 DIAGNÓSTICO SOCIOLINGÜÍSTICO DOS TIKUNA EM MANAUS

*“Sem língua, não há memória coletiva, não há transmissão cultural,  
não há comunidade que resista.”  
(Máxima recorrente nas discussões sobre diversidade linguística e  
revitalização cultural  
UNESCO, IDIL 2022–2032)*

Essa afirmação “Sem língua, não há memória coletiva, não há transmissão cultural, não há comunidade que resista”, nos conduz à importância de compreender os contextos urbanos onde se travam as lutas pelo direito de existir em língua própria. Refletir sobre o diagnóstico sociolinguístico da etnia Tikuna na cidade de Manaus é, portanto, encarar um cenário complexo, marcado por pressões de assimilação, apagamentos e resistências.

As pesquisas sociolinguísticas, neste cenário, tornam-se fundamentais. A Sociolinguística investiga a língua falada em uso, em sua dimensão concreta e situada, partindo da comunidade linguística como espaço de observação e análise. No caso dos Tikuna, é necessário compreender como a língua materna resiste (ou não) nas interações cotidianas, nas práticas comunitárias e na relação com o português enquanto língua hegemônica.

Diante disso, o presente capítulo propõe um diagnóstico sociolinguístico da etnia Tikuna em Manaus, buscando articular aspectos da vitalidade linguística com elementos da vida urbana, da territorialidade, da etnopolítica e dos direitos linguísticos assegurados, entre outros, pela Década Internacional das Línguas Indígenas (IDIL 2022–2032). Considera-se, aqui, que a língua tikuna é herança e projeto, memória e resistência. Sua preservação depende do equilíbrio entre transmissão intergeracional, ações institucionais e mobilização política comunitária.

A pesquisa está ancorada na perspectiva da sociolinguística crítica, que entende a linguagem como prática social historicamente situada, atravessada por relações de poder, ideologia e identidade (Moita Lopes, 2006; Bagno, 2013). Ao investigar a vitalidade da língua tikuna em Manaus, buscamos compreender os modos pelos quais os usos linguísticos são afetados por processos de urbanização, escolarização, políticas públicas e deslocamentos forçados, conforme propõe também Bortoni-Ricardo (2004) ao tratar da urbanização indígena e de seus impactos no repertório linguístico.

Tal abordagem permite observar que a língua tikuna, mesmo deslocada de seus territórios tradicionais, continua funcionando como marcador de identidade e de resistência simbólica, especialmente nas redes de sociabilidade comunitária. A pesquisa considera, portanto, tanto os aspectos estruturais da língua quanto os efeitos socioculturais e políticos

sobre sua transmissão intergeracional, seus domínios de uso e o valor simbólico atribuído por seus falantes.

Essa perspectiva dialoga com as contribuições de Martins (2005), ao tratar da educação linguística crítica voltada aos povos indígenas, e reforça a ideia de que as línguas indígenas não estão apenas ameaçadas, mas em constante reinvenção e negociação em novos espaços de enunciação, como o urbano. Assim, o presente diagnóstico não se propõe a registrar uma “perda linguística” inevitável, mas a evidenciar os processos de resistência, adaptação e agência das comunidades Tikuna frente às pressões homogeneizadoras do espaço urbano.

A seguir, analisaremos os dados levantados junto às famílias Tikuna residentes na capital amazonense, buscando compreender como se dá a convivência entre a tradição e os desafios da contemporaneidade urbana.

A realização de um diagnóstico sociolinguístico da língua tikuna na cidade de Manaus implica mergulhar em um contexto urbano singular: trata-se da capital brasileira com a maior população indígena do país, totalizando 71.713 pessoas segundo estimativas de organizações indígenas e dados complementares ao Censo (IBGE, 2022). Essa cidade abriga uma população total de 2.063.547 habitantes, distribuída em 63 bairros oficialmente reconhecidos e uma extensão territorial superior a 11 mil km<sup>2</sup>.

As atividades econômicas de Manaus estão fortemente ancoradas na indústria, em razão da Zona Franca, além de se destacarem os setores de comércio, serviços e turismo internacional. No entanto, o que se sobressai de forma contundente é a pluralidade étnico-linguística presente na metrópole. O Censo de 2022 identificou 4.020 indígenas autodeclarados, pertencentes a 92 etnias diferentes e falantes de 36 línguas, dispersos por 62 bairros. Ainda assim, esse número contrasta com os dados das organizações indígenas, que apontam um contingente superior a 71 mil indígenas somente na capital, refletindo a complexidade dos métodos de quantificação e autodeclaração censitária. Municípios como São Gabriel da Cachoeira (48.300 indígenas) e Tabatinga (34.500 indígenas) reforçam esse panorama ampliado de diversidade no estado do Amazonas.

Convém salientar que muitos bairros de Manaus ainda se encontram em processo de consolidação identitária, o que impacta diretamente nas estratégias de mapeamento e reconhecimento territorial das populações indígenas urbanas. Nesse contexto, as pesquisas sociolinguísticas se tornam ferramentas fundamentais para compreender as dinâmicas de uso, preservação e deslocamento das línguas indígenas. O foco recai sobre a língua falada em seu uso efetivo, em interações reais, sendo a comunidade linguística o ponto de partida, isto é, um conjunto de falantes que compartilham normas sociais sobre os usos linguísticos.

Diante desse cenário, torna-se premente a elaboração de um diagnóstico sociolinguístico da etnia Tikuna em Manaus. As línguas, entendidas como heranças transmitidas intergeracionalmente, revelam transformações históricas contínuas. No plano sincrônico, as variações linguísticas são influenciadas por fatores como faixa etária, gênero, origem geográfica e grau de escolarização, configurando uma complexa tessitura de usos e representações da língua.

Para os sujeitos Tikuna entrevistados nesta pesquisa, a revitalização da língua exige um equilíbrio entre esses diversos elementos sociais e linguísticos. A vivacidade do Tikuna depende não apenas da manutenção estrutural da língua, mas também da sua legitimação no espaço público urbano. A questão central reside em como encontrar esse ponto de equilíbrio entre pertencimento cultural e os condicionantes sociais vivenciados pelos Tikuna residentes em Manaus.

A territorialidade indígena, ainda que deslocada do espaço rural tradicional, permanece como um eixo de luta e reivindicação. As lideranças e caciques Tikuna articulam-se com instituições estatais em múltiplas esferas (federal, estadual e municipal), reconhecendo nesses agentes a responsabilidade legal e ética pela promoção e proteção dos direitos linguísticos e culturais dos povos indígenas. As reivindicações encaminhadas por essas lideranças apontam para a urgência de políticas públicas que enfrentem os desafios vivenciados nas comunidades, tanto urbanas quanto rurais.

Portanto, que a etnopolítica Tikuna atual demanda estratégias de articulação que transcendam os limites da comunidade indígena e se estendam aos órgãos do Estado. Em um contexto marcado por tensões interétnicas, deslocamentos forçados e apagamentos simbólicos, a reconstrução da identidade linguística Tikuna em meio urbano é também um gesto político de resistência. Esse processo deve dialogar com as diretrizes internacionais, como o Plano de Ação da Década Internacional das Línguas Indígenas (IDIL 2022–2032), reafirmando o compromisso ético e coletivo com o direito à língua como fundamento da dignidade, da memória e da existência de um povo.

#### **4.1 Contextualização da pesquisa Sociolinguística**

Esta pesquisa parte do entendimento de que os contextos urbanos, tradicionalmente associados à homogeneização linguística e cultural, também podem constituir-se como espaços de resistência, reconstrução identitária e emergência de novos arranjos sociolinguísticos. Ao contrário da ideia de apagamento das diferenças, as cidades têm sido, cada vez mais, o palco de

práticas multilinguísticas e de articulações discursivas que tensionam a hegemonia do monolingüismo nacional (Calvet, 2007 e Moita Lopes, 2006).

No caso específico de Manaus, capital do estado do Amazonas, observa-se um crescimento expressivo de populações indígenas residentes em bairros periféricos, motivado por deslocamentos econômicos, sociais e educacionais. Entre esses grupos, destaca-se a etnia Tikuna, cuja trajetória histórica de mobilidade e resistência revela-se nas formas de reterritorialização urbana, nas práticas de sociabilidade comunitária e na manutenção de elementos culturais e linguísticos próprios, mesmo diante de pressões assimilacionistas.

A abordagem adotada nesta investigação fundamenta-se em uma perspectiva sociolinguística crítica, conforme delineada por Bortoni-Ricardo (2004) e Bortoni-Ricardo e Freitas (2009), ao considerar que a linguagem é atravessada por relações de poder e desigualdade, e que os sujeitos constroem seus repertórios em meio a processos históricos, sociais e culturais diversos. Assim, não se trata apenas de descrever usos linguísticos, mas de compreender os sentidos que os próprios sujeitos atribuem às suas línguas, às suas práticas e aos contextos de enunciação em que estão inseridos.

A escolha pelo estudo da comunidade Tikuna residente no bairro Cidade de Deus, em Manaus, responde a uma demanda urgente de visibilização das formas pelas quais povos indígenas, em situação de migração urbana, articulam a continuidade de sua língua e cultura frente aos desafios impostos pela cidade. Como lembra Bonifácio (2019), a análise do contato de línguas em contextos urbanos exige considerar tanto os processos macroestruturais de política linguística quanto os microssistemas locais de resistência e negociação identitária.

Nesse sentido, a investigação aqui proposta insere-se no esforço de compreender os modos de vida e os discursos dos Tikuna em Manaus, tomando a língua como índice de pertencimento, memória e agência social. A análise baseia-se, portanto, em um recorte empírico situado, atento às condições concretas de produção dos dados, às dinâmicas comunitárias e às formas de enfrentamento linguístico mobilizadas pelos próprios falantes.

Diante disso, o presente subcapítulo tem por objetivo situar o campo empírico da pesquisa, apresentando a associação comunitária Wotchimaücü e o bairro Cidade de Deus como *locus* da investigação, além de refletir sobre os processos de inserção dos Tikuna em Manaus e os fatores que motivaram a realização do presente estudo.

#### **4.1.1 A Associação Comunitária Wotchimaücü e no Cidade de Deus**

A pesquisa sociolinguística que embasa esta tese foi conduzida no bairro Cidade de Deus, localizado na zona Leste de Manaus, onde se encontra a Associação Comunitária Wotchimaïcũ, reconhecida como um dos principais núcleos de articulação étnico-cultural da comunidade Tikuna na capital amazonense. Fundada no início dos anos 2000, a Wotchimaïcũ configura-se como espaço de resistência simbólica e ação política, promovendo iniciativas voltadas à valorização da cultura originária, à defesa de direitos territoriais e, sobretudo, à preservação e transmissão da língua tikuna.

O bairro Cidade de Deus caracteriza-se por ser um território de urbanização periférica, marcado por intensa mobilidade populacional e ocupações resultantes de processos migratórios recentes. Nesse cenário, a presença indígena, especialmente de povos oriundos do Alto Solimões, vem assumindo papel central na recomposição da paisagem sociocultural local. Conforme argumenta Bortoni-Ricardo (2004), os espaços urbanos não são homogêneos, mas sim redes complexas de significação e práticas linguísticas, nas quais diferentes grupos sociais produzem formas de pertencimento e resistência. A associação Tikuna, nesse contexto, emerge como uma instância coletiva que reorganiza saberes e práticas comunitárias no território urbano, funcionando como *locus* de transmissão cultural, memória coletiva e coesão linguística.

Além de sua função institucional, a Wotchimaïcũ abriga celebrações tradicionais, reuniões comunitárias e oficinas de fortalecimento da identidade indígena, sendo o principal ponto de encontro da comunidade Tikuna em Manaus. Sua atuação transcende o assistencialismo, ao articular uma agenda própria que reivindica políticas públicas específicas, visibilidade social e reconhecimento linguístico. Por esse motivo, a maior parte da coleta empírica desta pesquisa foi realizada nesse espaço, em interlocução direta com seus membros, respeitando os princípios da pesquisa colaborativa e da escuta ética (Moita Lopes, 2006).

#### **4.1.2 Inserção dos Tikuna em Manaus e motivações do estudo**

Esse processo de inserção não pode ser compreendido apenas em termos geográficos, mas como fenômeno enunciativo que envolve deslocamentos linguísticos, recomposições culturais e disputas por visibilidade. Como lembra Calvet (2007), o contato entre línguas e culturas em ambientes urbanos não ocorre em pé de igualdade, sendo atravessado por hierarquizações simbólicas que afetam o prestígio e a funcionalidade das línguas minoritárias. A língua tikuna, nesse contexto, sofre pressões de apagamento diante da hegemonia do português urbano, ao mesmo tempo em que é mobilizada como índice de resistência e pertencimento.

As motivações para a realização desta pesquisa decorrem, portanto, da necessidade de compreender como a comunidade Tikuna reorganiza seus repertórios linguísticos no espaço urbano, enfrentando as assimetrias sociolinguísticas impostas pelo contexto. O estudo busca também contribuir com os debates sobre políticas públicas linguísticas no meio urbano, reconhecendo a importância de se construir modelos educacionais e culturais que acolham a diversidade de línguas indígenas fora dos territórios tradicionais.

Além disso, a escolha pelo enfoque na comunidade Tikuna em Manaus se justifica pelo seu protagonismo organizativo e pela expressiva presença numérica na capital, sendo uma das etnias indígenas urbanas mais ativas na formulação de demandas por direitos linguísticos. Trata-se, portanto, de uma pesquisa que alia diagnóstico e escuta crítica, buscando articular os saberes locais aos marcos teóricos da Sociolinguística crítica e dos estudos do contato de línguas.

Ao nos propormos a elaborar um diagnóstico sociolinguístico e buscarmos compreender uma comunidade indígena em contexto urbano, reconhecemos a importância desses povos nesses espaços, considerando que ambos se encontram em uma luta contínua pela conquista de maior visibilidade e por políticas públicas que promovam o crescimento e o fortalecimento comunitário. Conforme afirmam Nascimento e Vieira:

Os estudos sobre os povos indígenas em contexto urbano circulam por um campo com uma temática escorregadia, em movimento, onde os desafios, as incertezas e as surpresas sempre se fazem presentes. Como estamos diante de uma temática complexa, as produções sobre o assunto não apresentam um consenso com relação a que termo empregar: índios urbanos, índios na cidade, índios da cidade, índios citadinos, índios em área urbana e índios em contexto urbano. (Nascimento e Vieira, 2015, p. 3):

Na cidade de Manaus, não poderia ser diferente. A cada artigo, a cada trabalho publicado ou mesmo nas apresentações em congressos científicos, os depoimentos e os relatos de pesquisa nos fazem refletir sobre o constante movimento de ida e volta dos povos tradicionais. Trata-se de uma luta incansável, tanto nos espaços urbanos quanto nas terras de origem. Por essa perspectiva, optamos pela aplicação de questionários, uma vez que essa técnica oferece um recorte mais abrangente e representativo. Segundo Gil:

Questionário é a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, além das situações vivenciadas pelo próprio grupo investigado. (Gil, 2002, p. 121)

Ao observarmos a cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, torna-se evidente a presença de diversos povos tradicionais, oriundos de distintas localidades do estado. Em diálogo com esses grupos, emergem histórias marcadas por resistência e deslocamentos: muitos foram expulsos de suas terras; outros migraram em busca de melhores oportunidades na capital.

Na cidade de Manaus, encontramos diversas comunidades formadas por povos tradicionais, não apenas da etnia Tikuna, mas também de várias outras etnias, o que confirma a pluralidade étnica e linguística que caracteriza esse território urbano. Vejamos a tabela abaixo:

**Tabela 03** - Comunidades e Associações Indígenas presentes na cidade de Manaus

| <b>Zona</b>       | <b>Comunidade / Associação:</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <b>Total</b> |
|-------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Zona Norte        | Associação de artes e cultura Indígena do Amazonas (Aaciam), Associação de Expressão Natural do Grupo Bayaroá (Aengbá). Sol Nascente, Comunidade Indígena Vale do Sinai.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 4            |
| Zona Leste        | Associação Comunidade Wotchimaücü (ACW), Associação Kokama dos Indígenas de Manaus (AKIM), Comunidade Indígena do Povo Deni, Comunidade Iuri “estrela” dos Aripuanã do Val Paraíso, Organização dos Povo Indígenas Kambeba (Opik), Comunidade Ini Manatã Apurinã, Comunidade dos Indígenas Apurinã do Mauzinho, Comunidade Indígena dos Maraguá, Associação Comunidade Indígena Wanano Kotiria (ACIWK), Comunidade Yorek, Comunidade Machadinho. Comunidade Nova Esperança.                | 12           |
| Zona Sul          | Associação das Mulheres Indígenas do Ato Rio Negro (AMARN), Waikuru Comunidade Indígena, Aldeia Y’ Apurehy, Organização das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (Omism), Associação dos Artesões Indígenas Residentes em Manaus (Asirm). Associação Social Indígena dos Povos Tradicionais do Amazonas (Asipteam), Associação Pá Miri-Masã, Associação das artesãs Indígenas Poterikharã-Numiã (APN), Comunidade Indígenas da Rua 24 de Maio, Associação dos índios Munduruku de Manaus (Aimm). | 9            |
| Zona Centro Sul   | Não foram encontradas;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 0            |
| Zona Centro Oeste | Não foram encontradas;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 0            |
| Zona Oeste        | Associação do Bairro das Nações Indígenas (Abnis), Associação das Mulheres Indígenas Sateré Mawé (Amism), Associação da Mulheres Indígenas Kambeba (Amik), Comunidade Indígena Inhaã-Bé, Comunidade Mawé, Comunidade Maria de Lourdes.                                                                                                                                                                                                                                                     | 6            |
| Sem Localização   | Associação Artesãos Indígenas de Manaus. Amazônia Viva (Aaimav) Associação Indígena Unindo as Etnias (Aiue), Central Intercultural de Etnodesenvolvimento do Amazonas – Futuro Verde (Rapu).                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 3            |
| Total             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 35           |

Fonte: Santos; Cruz e Silva, 2015

A Tabela 03, intitulada *Comunidades e Associações Indígenas presentes na cidade de Manaus*, mostra a expressiva diversidade étnica e organizacional dos povos indígenas em contexto urbano na capital amazonense. Com um total de 35 comunidades e associações indígenas distribuídas pelas diferentes zonas da cidade, a tabela revela uma complexa rede de articulações sociopolíticas e culturais em espaços urbanos. Essa tabela evidencia a amplitude e complexidade da organização indígena em contexto urbano, somando 35 associações e comunidades distribuídas por diversas zonas da capital amazonense. A Zona Leste destaca-se como o principal polo de articulação indígena, com 12 agrupamentos, seguida da Zona Sul, com 9, e da Zona Oeste, com 6. A presença dessas organizações, muitas delas lideradas por mulheres, como a Associação das Mulheres Indígenas Sateré Mawé (AMISM), reflete o protagonismo sociopolítico desses sujeitos na construção de redes de apoio e na defesa de direitos coletivos. A ausência de registros nas zonas Centro Sul e Centro Oeste, bem como a classificação de três organizações como “sem localização”, indica a necessidade de maior reconhecimento territorial e visibilidade institucional dessas presenças. Esses dados revelam uma Manaus plural, marcada por dinâmicas de deslocamento, resistência e reterritorialização dos povos indígenas, que se organizam para garantir suas línguas, identidades e direitos em meio ao contexto urbano. Essa realidade dialoga diretamente com os princípios dos direitos linguísticos e culturais consagrados na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e reforçados pela Década Internacional das Línguas Indígenas (IDIL 2022–2032), que preconiza ações concretas para a valorização das línguas e saberes originários, inclusive em espaços urbanos.

A escolha da comunidade Tikuna residente em Manaus como foco deste diagnóstico sociolinguístico justifica-se por diversos fatores. Em primeiro lugar, trata-se de uma das maiores etnias indígenas do Brasil, com significativa presença na região do Alto Solimões e crescente mobilidade em direção à capital amazonense, motivada por razões como busca por educação, saúde, trabalho, ou expulsão dos territórios de origem.

A presença Tikuna em Manaus é parte de um movimento mais amplo de urbanização indígena, que tem reconfigurado as fronteiras entre campo e cidade, entre o tradicional e o moderno. Essas dinâmicas desafiam modelos fixos de identidade e territorialidade, convocando olhares mais sensíveis às práticas de resistência cultural em meio urbano.

A realização deste estudo, portanto, parte da compreensão de que a cidade de Manaus abriga uma pluralidade étnica e linguística frequentemente invisibilizada pelas políticas urbanas e pelas narrativas hegemônicas de desenvolvimento. A tabela 3 revelou a existência de pelo

menos 35 comunidades e associações indígenas distribuídas por diferentes zonas da cidade, com destaque para a Zona Leste, que concentra o maior número dessas organizações.

Ao focalizar a comunidade Tikuna na cidade de Manaus, buscamos compreender como se configuram as práticas linguísticas e os processos de transmissão intergeracional da língua em um cenário marcado por deslocamentos, vulnerabilidades, mas também por estratégias de resistência e afirmação identitária.

Além disso, a pesquisa se alinha aos princípios da Década Internacional das Línguas Indígenas (IDIL 2022–2032) e aos marcos internacionais de defesa dos direitos linguísticos, reconhecendo que a preservação das línguas originárias deve incluir também os contextos urbanos, onde muitas dessas línguas continuam a ser faladas, reinventadas e transmitidas.

A contextualização da Associação Wotchimaücü, bem como a análise da distribuição das comunidades indígenas na cidade de Manaus, evidencia a complexidade sociocultural dos povos indígenas em contexto urbano. Ao situar a presença Tikuna nesse cenário, compreende-se que a cidade não representa apenas um ponto de chegada, mas um espaço de negociação contínua de sentidos, práticas e pertencimentos. Essa realidade reforça a relevância de um diagnóstico sociolinguístico atento às especificidades dessa coletividade, possibilitando reconhecer como se estruturam os usos da língua tikuna, suas formas de transmissão e os desafios enfrentados diante das dinâmicas urbanas. Com base nessa inserção territorial e sociocultural, a pesquisa avança para a apresentação dos sujeitos envolvidos e retomamos os procedimentos metodológicos adotados na condução da pesquisa de base sociolinguística realizada junto aos falantes da etnia Tikuna vinculados à Associação Comunitária Wotchimaücü, situada na zona Leste da cidade de Manaus, AM, cujo objetivo central desta etapa foi compreender, a partir da escuta dos próprios sujeitos, como se configuram os usos linguísticos, as representações e as atitudes frente à língua tikuna e à língua portuguesa no contexto urbano.

O diagnóstico foi elaborado considerando a complexidade dos repertórios multilíngues vivenciados pelos Tikuna em espaços de migração e reterritorialização, como é o caso da capital amazonense. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, centrada na observação das práticas sociolinguísticas cotidianas e no diálogo com os sujeitos da pesquisa. A proposta metodológica sustenta-se na valorização do conhecimento local e na escuta ativa, comprometida com a perspectiva ético-política dos estudos colaborativos com povos indígenas.

## **4.2 Abordagem sociolinguística crítica**

A pesquisa foi conduzida com base em uma abordagem sociolinguística qualitativa e descritiva, ancorada na concepção de linguagem como prática social situada (Moita Lopes, 2006). Inspirada nos fundamentos da Sociolinguística interacional e crítica, esta abordagem compreende o fenômeno linguístico como indissociável dos contextos históricos, culturais e políticos que o atravessam. Mais do que descrever variações, busca-se compreender os usos linguísticos como manifestações de trajetórias identitárias e formas de resistência.

Pensar a presença da etnia Tikuna em Manaus sob a perspectiva sociolinguística é compreender que, para além da migração física, há um deslocamento de práticas discursivas, de saberes e de estratégias de resistência. As famílias Tikuna, ao chegarem aos centros urbanos, não abandonam sua língua e suas formas de vida; ao contrário, recriam e preservam seu modo de ser por meio da linguagem, inclusive enfrentando os desafios do preconceito linguístico e da invisibilidade social.

Nesse sentido, a sociolinguística crítica tem um papel importante ao colocar em pauta a relação entre língua, poder e direitos. A permanência da língua tikuna em contextos urbanos como o de Manaus é também um gesto político, que afirma a existência e a dignidade desse povo. O direito de falar a própria língua, de ser ouvido e respeitado, está diretamente ligado à cidadania plena e à garantia dos direitos humanos e linguísticos.

Ainda que se reconheça a relevância da tradição estrutural-variacionista proposta por Labov (2008 [1972]) para a consolidação da Sociolinguística como campo empírico de investigação, esta pesquisa se afasta dos modelos quantitativos clássicos e aproxima-se dos pressupostos de autores como Bortoni-Ricardo (2004) e Bortoni-Ricardo e Freitas (2009), que valorizam a heterogeneidade, a mobilidade e o contato entre línguas em contextos plurilíngues.

A escuta linguística realizada neste estudo considera, ainda, os apontamentos de Bagno (2013), para quem a investigação sociolinguística deve ser também um instrumento de enfrentamento das desigualdades linguísticas e de promoção da justiça social. Com base nisso, a análise dos dados buscou evidenciar não apenas os padrões de uso, mas as formas pelas quais os sujeitos Tikuna constroem significações sobre sua língua ancestral em um espaço de constante negociação cultural.

Assim, a sociolinguística, aqui, é entendida como campo teórico-metodológico que permite problematizar a invisibilidade das línguas indígenas nos grandes centros urbanos e evidenciar os modos pelos quais comunidades originárias, como a Tikuna, afirmam seus repertórios linguísticos em meio à hegemonia do português.

#### 4.2.1 Instrumentos de coleta de dados

Como principal instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário estruturado com perguntas fechadas e semiabertas, aplicado por meio de entrevistas presenciais. A realização das entrevistas contou com o apoio de membros da própria comunidade Tikuna, o que contribuiu para o acolhimento dos participantes e para a mediação linguística necessária diante da diversidade de proficiência bilingue observada entre os sujeitos.

Os questionários foram adaptados de acordo com a faixa etária dos respondentes, sendo organizados em cinco grupos: crianças (Tipo 1), jovens (Tipo 2), adultos I (Tipo 3), adultos II (Tipo 4) e idosos (Tipo 5). Cada versão contemplou aspectos como: repertório linguístico cotidiano, domínios de uso da língua tikuna, práticas de bilinguismo, letramento, contato intergeracional e representações sobre a língua e a identidade.

A estruturação dos questionários foi baseada no modelo proposto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2014; 2016), com as devidas adaptações metodológicas para o contexto urbano manauara e para a realidade específica da comunidade investigada.

Além das entrevistas, a observação participante e as conversas informais realizadas nos encontros da Associação Wotchimaücü forneceram subsídios valiosos para a contextualização dos dados coletados, permitindo compreender as dinâmicas linguísticas no cotidiano comunitário.

#### 4.2.2 Guia de pesquisa e adaptação dos questionários (IPHAN 2014/2016)

A elaboração dos questionários aplicados nesta pesquisa foi fundamentada nas diretrizes do *Guia de Pesquisa e Documentação para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística* (INDL), publicado pelo IPHAN nas versões de 2014 e 2016. Esse guia constitui uma referência técnica e metodológica fundamental para a identificação, o registro e a salvaguarda de línguas faladas no território nacional, especialmente aquelas pertencentes a povos e comunidades tradicionais.

O documento oferece orientações específicas sobre a construção de instrumentos padronizados, voltados para o mapeamento linguístico das comunidades, abordando aspectos como: grau de vitalidade da língua, transmissão intergeracional, repertórios linguísticos, domínios de uso e identificação de agentes de referência. Esses elementos foram considerados criteriosamente na formulação dos questionários desta pesquisa, com especial atenção à realidade urbana da comunidade Tikuna residente em Manaus.

Dado o contexto específico da cidade e das condições sociolinguísticas dos sujeitos investigados, o questionário original foi adaptado para atender às necessidades da população urbana, mantendo-se, contudo, a fidelidade aos parâmetros estabelecidos pelo guia. Como destacam Carvalho, Rezende e Gomes (2019), instrumentos técnicos como guias e protocolos de pesquisa são “artefatos construídos por seres humanos que agenciam uma série de elementos informacionais sobre determinado recorte/especialidade da existência cotidiana” (p. 175). Essa concepção ressalta o papel mediador desses documentos na sistematização e organização do conhecimento produzido.

A adaptação metodológica empreendida nesta pesquisa considerou ainda a importância de tornar os questionários acessíveis aos sujeitos, respeitando suas formas de comunicação e saberes locais. A escuta atenta e a sensibilidade aos modos próprios de expressão da comunidade foram fundamentais para que o instrumento se configurasse como mais do que um meio de coleta: como um dispositivo de reconhecimento e valorização da diversidade linguística em contexto urbano.

#### **4.2.3 Limitações e desafios da pesquisa em campo**

Apesar da consistência metodológica adotada e da receptividade demonstrada pela comunidade Tikuna residente em Manaus, a realização da pesquisa enfrentou alguns desafios e limitações que merecem ser explicitados, tanto para a compreensão do percurso investigativo quanto para subsidiar futuras pesquisas semelhantes. Dentre os principais pontos, destacam-se: i) dificuldade de acesso contínuo à comunidade e aos participantes, especialmente durante períodos de festividades, mobilizações coletivas ou ausências sazonais da comunidade. Tais fatores exigiram reorganizações nos cronogramas de visitas, entrevistas e observações, demandando maior flexibilidade e tempo por parte do pesquisador; ii) sensibilidade cultural na formulação de perguntas que abordavam aspectos identitários, afetivos e de memória coletiva.

Algumas questões exigiram reformulação *in loco*, adaptando a linguagem e o enfoque para garantir respeito aos modos próprios de expressão e de compreensão da comunidade; iii) observações durante as entrevistas, sobretudo entre gerações e entre Tikuna oriundos de diferentes localidades do Alto Solimões; iv) limitações técnicas, como a ausência de equipamentos digitais para registro e sistematização imediata das entrevistas, o que tornou necessária a posterior transcrição e organização manual dos dados, aumentando o tempo de processamento e análise e, por fim, vale registrar em: v) o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade sob o número do Parecer: 7.232.740

(em anexo), com submissão em julho de 2023. O aceite foi formalizado em 13/10/2024, sob o mesmo número. O período entre a submissão e a aprovação, maior que o inicialmente previsto, impactou o cronograma da coleta de dados.

Apesar dessas limitações, a colaboração ativa dos interlocutores e a construção de uma relação de confiança com a comunidade possibilitaram o êxito da pesquisa. O respeito às práticas culturais e linguísticas dos Tikuna foi mantido como princípio ético central, garantindo uma escuta sensível, contextualizada e comprometida com os saberes locais.

### **4.3 Sujeitos tikuna no universo da pesquisa**

A definição dos sujeitos de uma pesquisa sociolinguística exige sensibilidade metodológica, escuta ética e atenção às dinâmicas internas do grupo investigado. Este subcapítulo apresenta os critérios de seleção, os perfis dos participantes e o contexto sociolinguístico em que se insere a comunidade Tikuna investigada.

Os sujeitos da pesquisa pertencem à etnia Tikuna e estão vinculados à Associação Comunitária Wotchimaücü, localizada no bairro Cidade de Deus, zona leste da cidade de Manaus. Essa associação atua como núcleo de articulação social, política e cultural dos Tikuna residentes na capital amazonense, promovendo ações voltadas à valorização da língua, da cultura e dos direitos coletivos.

A escolha da comunidade se deu com base em três fatores principais: i) a relevância sociocultural da associação Wotchimaücü, que representa uma das principais formas de organização e resistência dos Tikuna em contexto urbano; ii) a acessibilidade para o trabalho de campo, viabilizada pelo vínculo estabelecido com as lideranças e o acolhimento dos membros da comunidade, e iii) o interesse da própria comunidade na pesquisa, demonstrado desde os primeiros contatos, com destaque para a participação ativa dos interlocutores na elaboração dos questionários e na condução das entrevistas.

Os participantes foram organizados em cinco faixas etárias: crianças, jovens, adultos I (26 a 40 anos), adultos II (41 a 60 anos) e idosos (acima de 60 anos), respeitando critérios de diversidade de gênero, tempo de permanência na cidade e histórico de escolarização. Essa segmentação permitiu captar diferentes perspectivas sobre a língua tikuna, o bilinguismo e as práticas socioculturais no espaço urbano, compondo assim um retrato heterogêneo e plural da realidade linguística da comunidade.

A pesquisa contou com a participação de dez sujeitos da etnia Tikuna, organizados em cinco duplas intergeracionais, formadas por um adulto e um jovem ou criança. Essa composição

visou permitir a observação comparativa entre práticas e atitudes linguísticas de diferentes gerações, considerando os processos de transmissão, manutenção e transformação da língua tikuna em contexto urbano.

A seleção dos participantes foi orientada pelos seguintes critérios: i) pertencimento étnico: todos os sujeitos se autodeclararam Tikuna e são reconhecidos como membros da comunidade pela Associação Wotchimaücü; ii) residência em Manaus: os participantes vivem no bairro Cidade de Deus há, no mínimo, dois anos, o que permite a construção de um ponto de vista enunciativo sobre a experiência linguística em meio urbano; iii) vínculo comunitário e disponibilidade: os entrevistados foram indicados pelas lideranças locais da associação, com base em sua participação ativa nas atividades coletivas e disponibilidade para colaborar com a pesquisa, e iv) diversidade etária: a amostra buscou contemplar sujeitos com idades entre 10 e 65 anos, de ambos os gêneros, assegurando representatividade intergeracional e diversidade de vivências linguísticas.

Além desses critérios, todos os participantes consentiram de forma livre e esclarecida em participar do estudo, conforme os princípios éticos estabelecidos para pesquisas com seres humanos, resguardando os saberes linguísticos e culturais da comunidade Tikuna e respeitando sua autonomia.

O perfil sociolinguístico dos entrevistados pertencentes à etnia Tikuna, residentes na cidade de Manaus e vinculados à Associação Comunitária Wotchimaücü. Os sujeitos da pesquisa foram organizados em cinco grupos etários, conforme a segmentação metodológica definida previamente:

**Tabela 4** - Grupos geracionais

|               |            |                  |
|---------------|------------|------------------|
| Tipo 1 - (T1) | crianças   | até 12 anos      |
| Tipo 2 - (T2) | jovens     | 13 a 25 anos     |
| Tipo 3 - (T3) | adultos I  | 26 a 40 anos     |
| Tipo 4 - (T4) | adultos II | 41 a 60 anos     |
| Tipo 5 - (T5) | idosos     | acima de 60 anos |

Elaborada pelo autor (2025)

Essa segmentação permitiu observar como se manifestam os usos, valores, representações e atitudes frente às línguas Tikuna e portuguesa ao longo das diferentes etapas da vida. Com base nessa proposta, foram explorados aspectos como aquisição da língua,

competência comunicativa, bilinguismo, letramento, circulação e vitalidade linguística, em contextos diversos como o ambiente familiar, escolar, comunitário e urbano.

A coleta dos dados foi realizada por meio de questionários sociolinguísticos estruturados e adaptados com base nos parâmetros metodológicos do IPHAN (2014, 2016), respeitando a faixa etária e o contexto sociocultural dos participantes. Os dados obtidos foram analisados à luz da fundamentação teórica em sociolinguística crítica, permitindo traçar um panorama das práticas linguísticas dos Tikuna em Manaus, bem como compreender os sentidos atribuídos à língua materna e à convivência com a língua portuguesa.

Na sequência deste subtópico, apresentam-se a análise dos resultados referentes aos grupos geracionais da comunidade Tikuna residentes no bairro Cidade de Deus. A análise busca compreender as práticas de aquisição, uso e circulação da língua tikuna em suas experiências cotidianas, com ênfase no papel da língua materna na construção da identidade e nas interações sociais iniciais.

#### **4.4 Análise sociolinguística geracional**

##### **4.4.1 Tipo 1 – Crianças**

A perspectiva epistemológica que fundamenta esta tese tem, nas relações de alteridade construídas na linguagem, o cerne dos processos de produção de conhecimento. Tais relações se estabelecem a partir dos diferentes lugares que os sujeitos ocupam na sociedade, em momentos diversos de sua trajetória pessoal e profissional, e de onde proferem seus enunciados. Esses lugares determinam um ângulo específico de visão, a partir do qual o sujeito produz seu excedente de visão, complementando e dando acabamento à visão do outro.

Os sujeitos investigados nesta pesquisa totalizam dez participantes, organizados em cinco grupos. O primeiro grupo é composto por duas crianças pertencentes à comunidade Tikuna, vinculadas à Associação Wotchimaücü. Autoras como: Leena Alanen (2001), Jucirema Quinteiro (2002), Sônia Kramer (2008) e Rita Ribes Pereira (2015) destacam a relevância das metodologias que valorizam as falas e atitudes das crianças, reconhecendo-as como sujeitos sociais capazes de elaborar ideias e significados a partir de suas experiências cotidianas, independentemente do território em que vivem.

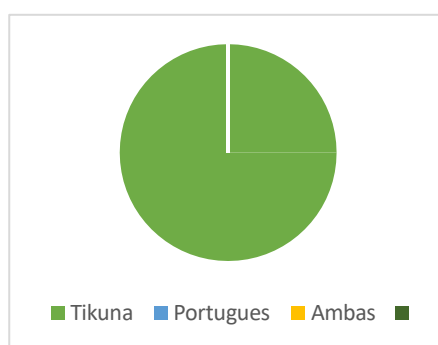
O espaço de escuta dessas crianças precisa ser cuidadosamente pensado e organizado de modo a permitir que elas possam explorar suas potencialidades, criatividade e formas de expressão. Nesse sentido, Schutz (2020, p. 34) afirma que é necessário garantir às crianças a

possibilidade de expressão por meio de múltiplas linguagens, promovendo a construção de sentidos por meio de brincadeiras, narrativas e interações.

Durante a realização da pesquisa, tornou-se evidente que a escuta ativa dessas crianças exigia atenção às linguagens verbais e não verbais que lhes são próprias, conforme destaca Pimenta (2016, p. 49). Elas foram, portanto, consideradas participantes centrais do processo investigativo, atuando como protagonistas em sua relação com a língua e com a comunidade.

A partir da aplicação do questionário, uma das primeiras questões apresentadas foi: “Qual a primeira língua que você aprendeu quando criança?” Ambas as crianças investigadas responderam que a primeira língua aprendida foi a língua tikuna, como ilustra a figura (7), a seguir:

**Figura 7 - T1: Qual a primeira língua que você aprendeu quando criança?**



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

Esse resultado evidencia que, no contexto da comunidade Tikuna investigada, a língua materna permanece como principal referência linguística desde a infância. Ainda que essas crianças frequentem instituições educacionais regulares em português, é com a língua tikuna que elas estabelecem os primeiros vínculos afetivos e comunicativos. Esse dado é especialmente relevante para compreender os mecanismos de manutenção da língua em contextos urbanos, nos quais as pressões para o abandono da língua originária são intensas e constantes.

Após a aplicação dos questionários, observou-se que todas as crianças investigadas responderam afirmativamente à pergunta sobre qual foi a primeira língua que aprenderam. Isso indica que as crianças do grupo em análise iniciaram seu processo de letramento por meio da própria língua materna, a língua tikuna. Tal constatação permite afirmar que estamos diante de um saber linguístico significativo, que se configura como um elemento central das abordagens linguísticas que compreendem a linguagem como ação social. Essas teorias enfocam os recursos

necessários ao desenvolvimento da competência comunicativa em toda a sua complexidade (Palma *et al.*, 2008).

Partindo dessa realidade linguística expressa pelas crianças, foi proposta a segunda pergunta: “Que língua você usa mais frequentemente em casa para falar com adultos?”. Os participantes responderam que utilizam predominantemente a língua tikuna, confirmando o uso contínuo da língua materna no ambiente doméstico e familiar.

Ao inserir a perspectiva da Sociolinguística nessa análise, torna-se necessário considerar que a língua se realiza socialmente, ou seja, é no seio das interações cotidianas que ela se atualiza e adquire sentido. A esse respeito, a explicação proposta por Labov se revela fundamental:

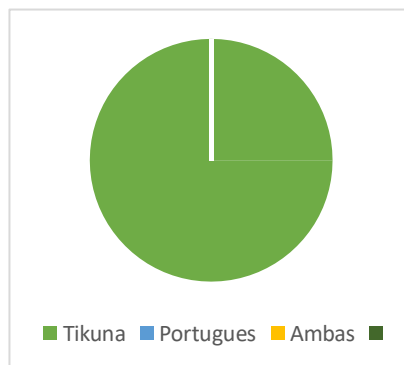
Crianças mantidas em isolamento não usam a língua; ela é usada por seres humanos num contexto social, comunicando suas necessidades, ideias e emoções uns aos outros. Os monólogos egocêntricos das crianças revelam ser desenvolvimentos secundários derivados do uso social da língua (Vygotsky 1962:19) e pouquíssimas pessoas passam muito tempo falando consigo mesmas. É inquestionável se frases que nada comunicam a ninguém façam parte da língua (Labov, 2008 [1972], p. 215).

No contexto urbano em que vivem os investigados, a permanência do uso da língua tikuna em casa revela não apenas resistência cultural, mas também um esforço de reterritorialização da identidade linguística dentro de uma lógica de deslocamentos e transformações sociais. Ainda que vivenciem a urbanidade e a crescente complexidade das relações sociais, marcadas pela mobilidade populacional, pelo anonimato urbano e pela fragmentação dos vínculos tradicionais, essas crianças mantêm viva a língua tikuna como principal meio de comunicação familiar. Isso reforça a ideia de que, mesmo em ambientes urbanos, os sujeitos indígenas reafirmam seus pertencimentos étnico-linguísticos como forma de resistência e continuidade cultural.

Com o desenvolvimento dessas crianças nos espaços urbanos e a intensificação da diferenciação social, seja por meio da divisão do trabalho, do anonimato característico da vida urbana ou da crescente mobilidade populacional, o ambiente social torna-se cada vez mais amplo e complexo. Essa realidade resulta em transformações nas práticas linguísticas, inclusive no âmbito familiar.

Nesse contexto, retomamos a segunda pergunta da pesquisa: “Que língua você usa mais frequentemente em casa para falar com adultos?”

**Figura 8 - T1:** Que língua você usa mais frequentemente em casa para falar com adultos?



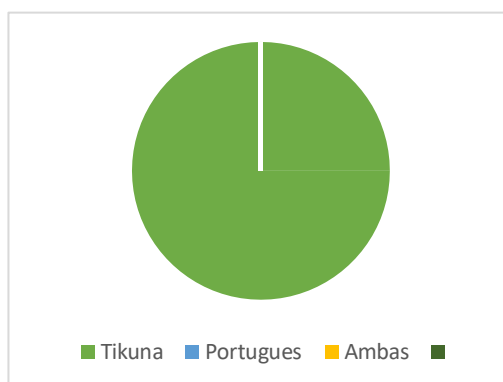
Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

Os resultados indicam que, desde a infância e no convívio familiar, os investigados mantêm o uso da língua tikuna como principal forma de comunicação. Além do ambiente doméstico, essa prática se estende à participação em festas populares e atividades religiosas, tanto na comunidade quanto na escola e na igreja. Esses eventos reforçam os laços intergeracionais e promovem o uso da língua materna em diferentes domínios sociais, consolidando a continuidade da tradição oral e o fortalecimento da identidade coletiva.

Essas práticas linguísticas, inseridas no cotidiano da Associação Watchimaücü, revelam a centralidade da língua tikuna não apenas como instrumento de comunicação, mas como eixo estruturante da vida comunitária. Trabalhar a língua tikuna nesse contexto significa reconhecer sua diversidade e particularidade — dimensões que devem nortear a construção das propostas pedagógicas voltadas ao ensino de línguas indígenas.

No decorrer da pesquisa, foi possível perceber que o grupo de participantes descrito apresenta maior facilidade para se comunicar em língua tikuna. No entanto, entre seus próprios familiares e no convívio com outras crianças não pertencentes à mesma etnia, eles também fazem uso do português como segunda língua. Diante disso, formulou-se a terceira pergunta: “Que língua você fala com mais facilidade?” Os resultados foram unânicos em apontar a língua tikuna como prioridade, reafirmando seu papel como língua materna, conforme representado na figura abaixo:

**Figura 9** - T1: A terceira pergunta foi: Que língua você fala com mais facilidades?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

Os investigados afirmaram que, mesmo convivendo com duas línguas, é com a tikuna que se sentem mais confortáveis para se expressar — não apenas com parentes, mas também com integrantes de outras comunidades. Nesse sentido, a seguinte reflexão de Bagno (2011) é particularmente pertinente:

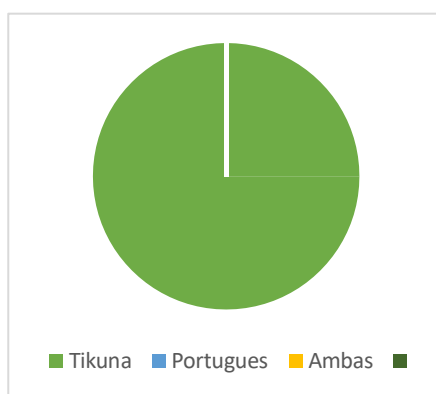
A língua materna é precisamente a língua mãe, a língua que cada pessoa começa a adquirir tão logo que nasce e cria o vínculo afetivo-linguístico com a mãe (ou na falta dela, com a pessoa que venha preencher esse papel). É uma língua puramente oral – falada e ouvida –, mesmo quando provém da voz de uma pessoa altamente letrada. Língua de afeto, do desejo, do íntimo, do sonho, vive à margem dos ditames da norma canonizada. A língua materna é intrinsecamente variável, doméstica, familiar, idioma particular daquilo que em inglês se chama *household*, um termo que inclui a casa, seus habitantes, e todas as atividades ali desenvolvidas por eles (Bagno, 2011, p. 100).

Essa definição de língua materna apresentada por Bagno (2011) é particularmente pertinente para compreender a relação afetiva e identitária que os participantes da pesquisa mantêm com a língua tikuna. Ao ser descrita como “língua de afeto, do desejo, do íntimo, do sonho”, a língua materna é colocada num lugar de centralidade na constituição subjetiva e cultural do falante. Isso se manifesta, no caso dos sujeitos Tikuna, pela escolha quase unânime da língua indígena como meio preferencial de comunicação no espaço doméstico, comunitário e escolar. A observação de Bagno sobre o uso eminentemente oral da língua materna também encontra eco na realidade dos participantes: embora convivam com o português como língua de instrução e de escrita, a tikuna permanece como veículo essencial para a comunicação cotidiana e intergeracional. O vínculo afetivo-linguístico construído no ambiente familiar se projeta para outras esferas da vida social, como a associação comunitária, as celebrações culturais e as relações entre pares.

Dessa forma, a língua tikuna não se limita a um instrumento funcional de comunicação, mas representa um território simbólico de pertencimento, memória e resistência. Ao resistir aos ditames da norma canonizada e permanecer como língua viva, a língua tikuna expressa, como propõe Bagno, uma “variabilidade intrínseca” que carrega consigo modos próprios de ser, viver e significar o mundo. Isso reforça a importância de políticas linguísticas e educacionais que valorizem e promovam as línguas indígenas não apenas como conteúdo, mas como prática viva e constitutiva da identidade de seus falantes.

A partir dessas contribuições, formulou-se a quarta pergunta: “Que língua você usa mais frequentemente em casa para falar com outras crianças?”.

**Figura 10 – T1:** Que língua você usa mais frequentemente em casa para falar com outras crianças?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

Nesta questão, todos os participantes indicaram usar prioritariamente a língua tikuna, tanto no espaço doméstico quanto nas atividades realizadas na associação, especialmente nos encontros culturais aos finais de semana e nas celebrações tradicionais. Ressalte-se que o professor de língua materna da própria comunidade atua como principal mediador no ensino do português (língua padrão) e no fortalecimento da sequência interacional na língua tikuna.

Nesse cenário, o educador indígena assume papel essencial, sendo necessário que seja flexível e pesquisador, explorando metodologias que valorizem a diversidade linguística trazida pelos alunos. Essa diversidade precisa ser compreendida e organizada adequadamente para favorecer a comunicação social de forma ampla.

A língua tikuna na oralidade e o português predominantemente para a escrita. Esse uso combinado reflete a estrutura educacional vivida pelas crianças: no turno matutino, frequentam uma escola de educação básica regular e, no contraturno, participam das atividades da Associação Wotchimaücü, onde a língua tikuna é central.

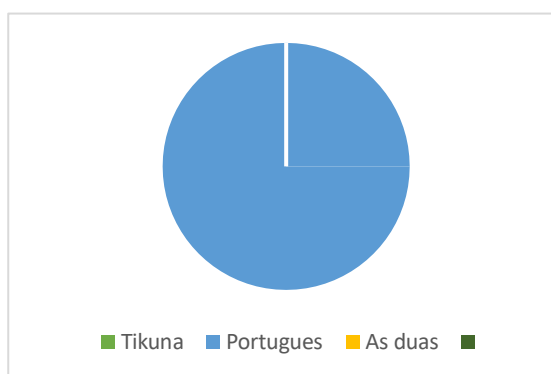
Entende-se que o papel da compreensão histórica e contextual na apropriação de saberes científicos contribui para reforçar a relevância da língua materna nos processos de aprendizagem e desenvolvimento intelectual dos sujeitos indígenas. Quando os participantes da pesquisa manifestam preferência e maior facilidade no uso da língua tikuna para interações orais cotidianas, mesmo em um contexto urbano e bilíngue, evidencia-se que essa língua constitui não apenas um instrumento comunicativo, mas também uma base epistemológica e afetiva para a construção de conhecimentos.

A língua materna, nesse caso, é o ponto de partida para a elaboração de sentidos, para o engajamento com saberes escolares e para o desenvolvimento de um pensamento crítico-cultural enraizado nas experiências e referências próprias do grupo. Ao partir da familiaridade com os próprios modos de significar o mundo, expressos pela tikuna, os sujeitos ganham um "chão mais concreto" para dialogar com os conteúdos escolares e científicos, estabelecendo pontes entre os saberes tradicionais e os saberes formalizados pela escola.

Esse entendimento também reforça a importância de práticas pedagógicas interculturais e bilíngues, que respeitem os tempos e as formas de aprendizagem próprias de cada grupo, ao invés de impor uma ruptura abrupta com os universos simbólicos e linguísticos que estruturam sua visão de mundo. Valorizar a língua tikuna no contexto educativo é, portanto, um caminho para a construção de uma educação mais inclusiva, situada e transformadora.

Dando continuidade à investigação, formulou-se a quinta pergunta: “Que língua você usa mais frequentemente em casa para escrever?”.

**Figura 11 - T1:** Que língua você usa mais frequentemente em casa para escrever?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

Ao adotarem a língua portuguesa prioritariamente para a escrita e para contextos escolares formais, esses sujeitos demonstram uma competência comunicativa ampliada, que se

adapta às exigências externas sem, contudo, abdicar da centralidade afetiva e identitária da língua tikuna. A escolha do português como segunda língua, portanto, confirma o princípio da utilidade social destacado pela autora, evidenciando que o bilinguismo vivido pelos participantes é orientado por necessidades práticas e relações socioculturais específicas. É possível inferir que o grupo pratica o uso das duas línguas em diferentes domínios funcionais. Essa convivência entre Tikuna e português evidencia uma situação de bilinguismo funcional. Conforme observa Myers-Scotton:

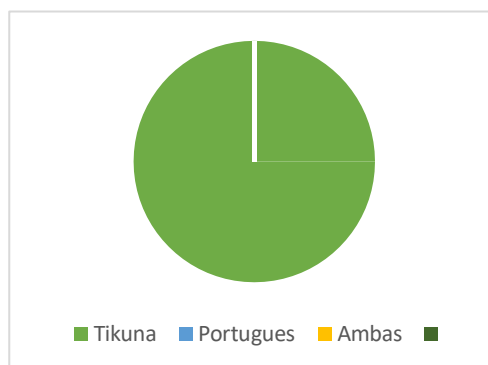
Quando os falantes adicionam uma outra língua aos seus repertórios, eles quase sempre o fazem por uma razão – porque aquela língua será útil a eles em suas comunidades, ou em uma outra comunidade à qual eles pretendem se juntar. Quer dizer, não são muitas as pessoas que adquirem uma outra língua só pelo “prazer” de fazê-lo. (Myers-Scotton, 2006, p. 37).

Essa observação de Myers-Scotton (2006) revela com precisão a natureza funcional e estratégica da aquisição de línguas adicionais em contextos de bilinguismo. No caso dos sujeitos Tikuna investigados, a presença da língua portuguesa em seus repertórios linguísticos não surge por mero acaso ou escolha desinteressada, mas como resposta a demandas concretas de convivência, escolarização e circulação nos espaços urbanos da cidade de Manaus.

Essa perspectiva também ajuda a desconstruir visões romantizadas do bilinguismo, mostrando que a adição de uma nova língua se dá muitas vezes em situações de assimetria de poder, como no caso de povos indígenas em contexto urbano, que precisam transitar entre códigos para garantir sua sobrevivência, reconhecimento e acesso a direitos. A análise reforça, assim, a importância de políticas linguísticas que valorizem e promovam o bilinguismo equilibrado e crítico, garantindo à língua indígena condições reais de continuidade, uso e prestígio.

A seguir, investigou-se a sexta questão: “Que língua você usa na escola para falar com seus colegas?”.

**Figura 12 - T1: Que língua você usa na escola para falar com seus colegas?**

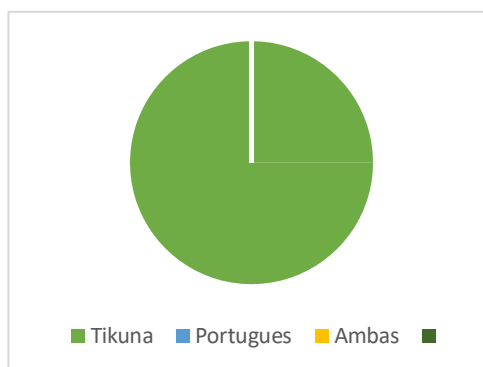


Esse dado revela que, mesmo em uma escola de tempo regular, os alunos se comunicam prioritariamente em tikuna. Isso pode estar relacionado ao fato de que boa parte dos colegas também pertence à mesma etnia e participa das atividades da associação no contraturno. Assim, a língua portuguesa parece ocupar um espaço mais restrito, sobretudo à escrita e ao contato com instituições não indígenas.

Essa realidade confirma que o uso da língua tikuna entre os colegas de escola não é apenas uma escolha espontânea, mas uma prática comunicativa naturalizada em espaços de sociabilidade partilhada. Tal uso cotidiano da língua indígena fortalece a coesão interna do grupo e assegura a continuidade cultural, mesmo em ambientes institucionais não específicos à sua etnia.

Partindo destes resultados, seguimos para a sétima pergunta que foi: “Que língua você fala com pessoas da mesma idade na vizinhança?”.

**Figura 13 – T1:** Que língua você fala com pessoas da mesma idade na vizinhança?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

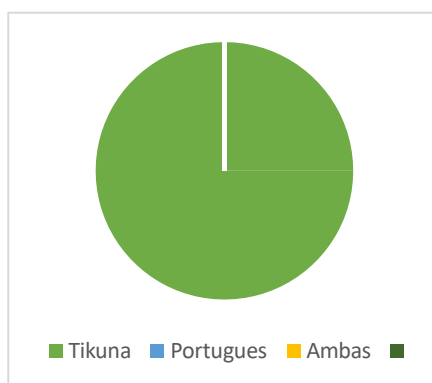
Os resultados mostram que a língua tikuna também é predominante nas interações com pessoas da mesma faixa etária na vizinhança. Essa constatação reforça a força da língua materna como código principal de pertencimento e de identidade compartilhada, estendendo-se para além da família e da escola e alcançando os espaços informais do convívio cotidiano.

Diante desse cenário, é possível refletir sobre o bilinguismo vivido pelos sujeitos investigados. Ainda que esses indivíduos estejam em contato constante com a língua portuguesa, ela não parece substituir a tikuna em seus contextos cotidianos de fala. O bilinguismo, portanto, manifesta-se de forma assimétrica, com usos específicos e funções distintas atribuídas a cada língua. Como define o *Dicionário Oxford* (2000) “ser capaz de falar

duas línguas igualmente bem porque as utiliza desde muito jovem” (p.117). No entanto, como ressaltado no texto, não se trata aqui de um bilinguismo plenamente equilibrado, mas sim de um repertório em construção, com ênfase funcional e afetiva distinta.

Partindo destes resultados, seguimos com a presente pesquisa e partimos para a oitava pergunta foi: Que língua você usa durante uma cerimônia de sua etnia? Os investigados responderam: tikuna: 100,00%; português: 0,00%; As duas: 0,00%. Os resultados foram demonstrados na figura (14):

**Figura 14- T1:** A oitava pergunta foi: Que língua você usa durante uma cerimônia de sua etnia?



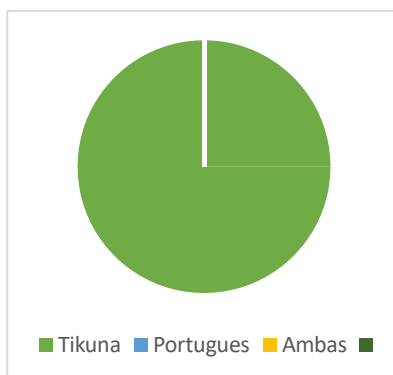
Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

A resposta unânime em favor da língua tikuna nas cerimônias evidencia o papel central da língua materna como elemento estruturante das práticas culturais e rituais. A língua atua, aqui, como meio de perpetuação da memória coletiva e da cosmovisão Tikuna. Como observa Pereira (2023), essas cerimônias estão organizadas em torno de uma lógica clânica associada a nomes de animais e plantas, revelando uma cosmologia profundamente enraizada na oralidade e nas práticas comunitárias: “A origem dos clãs segue a mesma lógica da diferenciação entre os povos de cor de pele diferente, animais de caça e predadores” (Matarezio, 2019).

Esses dados reforçam a ideia de que a língua materna não é apenas um meio de comunicação, mas também um instrumento de continuidade simbólica e ontológica da cultura Tikuna. Seu uso nas cerimônias fortalece os laços intergeracionais e possibilita a atualização constante dos saberes ancestrais.

Em continuidade aos questionamentos, partimos para a nona pergunta: “Que língua as crianças falam mais frequentemente?”.

**Figura 15 - T1:** Que língua as crianças falam mais frequentemente?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

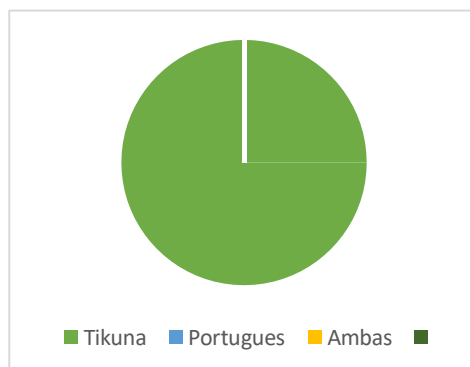
Mesmo nas brincadeiras e interações informais, a língua tikuna permanece como a língua de uso majoritário. Essa constatação demonstra que a língua materna está desde cedo presente nas práticas afetivas e lúdicas das crianças, consolidando-se como linguagem do cotidiano e não apenas como herança cultural. Essa vitalidade linguística encontra-se diretamente associada à permanência das tradições culturais, como explicita Pereira (2024):

Entretanto, “Tradição” pode ser entendida como uma prática fixa, normalmente formalizada, que se impõe pela repetição de qualquer hábito social, transmitido de geração em geração ou registros históricos. Enquanto “costume” seria a transmissão de hábitos históricos e a variabilidade do direito fundado ao longo do uso. Nossa herança cultural é construída através dos nossos costumes e tradições. (Pereira, 2024, p. 53)

Dessa forma, percebe-se que as crianças convivem com os rituais e hábitos tradicionais da etnia desde muito cedo, independentemente do local em que estão inseridas. Esse enraizamento cultural se reflete nas respostas obtidas durante as entrevistas, evidenciando uma continuidade entre língua, tradição e espaço comunitário Tikuna.

Com base nesses dados, avançamos para a décima pergunta da pesquisa: “Que língua os mais velhos falam mais frequentemente com você?”.

**Figura 16 - T1:** Que língua os mais velhos falam mais frequentemente com você?



A predominância absoluta da tikuna nas interações com os mais velhos revela o papel ativo da geração mais antiga na manutenção e transmissão da língua materna. Os anciãos da comunidade funcionam como verdadeiros guardiões da memória linguística e cultural, assegurando a continuidade da tradição por meio da oralidade. Nesse sentido, a língua não apenas comunica, mas também constitui um modo de ser Tikuna — reafirmado cotidianamente nas relações intergeracionais.

Partindo desses resultados, compreendemos que a língua tikuna, mesmo inserida em um território urbano, consegue manter vivas suas tradições e costumes. Essa constatação nos remete à seguinte reflexão:

É importante consignar que todas as culturas possuem contribuições positivas para a humanidade, “todas as culturas, a seu modo e nas próprias circunstâncias, são iguais, expressões equivalentes da maravilha da diversidade humana”<sup>69</sup>. Por outro lado, a dificuldade em reconhecer e valorizar a diversidade intercultural é uma das resultantes do colonialismo, que naturaliza as relações de dominação e subordinação, com base em diferenças étnicas ou raciais. Consequentemente, reconhece-se que as instituições estatais advêm de uma norma que é eurocêntrica e intentou o apagamento da diversidade (Pereira, 2024, p. 69).

Essa citação ilumina a resistência dos povos indígenas frente aos processos históricos de silenciamento e apagamento cultural. No caso da comunidade investigada, observamos que as tradições culturais funcionam como pontos de referência identitária, sendo reforçadas especialmente pela presença e atuação dos mais velhos, figuras essenciais na preservação da memória coletiva e dos valores culturais da etnia.

Ainda segundo Pereira (2024, p. 71):

Estudar os papéis executados nas Comunidades a partir da concepção dos Tikuna é importante para a compreensão da dinâmica por eles exercida durante os rituais. No mais, busca-se também estudar sobre o mito, o rito e a ritualística desse povo, bem como a relevância do corpo, sua simbologia e expressão dentro das práticas ritualísticas (Pereira, 2024, p. 71).

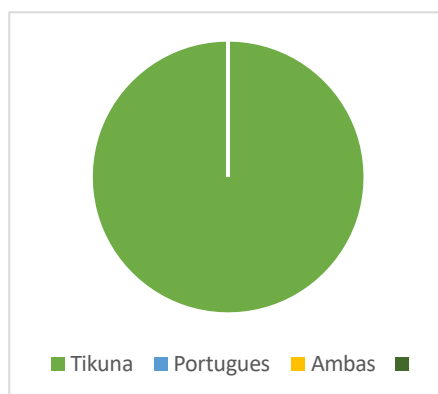
Essa perspectiva revela que as práticas linguísticas estão profundamente entrelaçadas às práticas culturais e espirituais. Portanto, o ensino da língua, seja na escola ou na associação, não pode ser dissociado das tradições que a sustentam. As línguas indígenas, nesse contexto, não são apenas veículos de comunicação, mas expressões de cosmovisões singulares.

Ainda que o ensino de línguas no Brasil, em sua maioria, tenha sido historicamente centrado em métodos tradutórios ou voltado ao desenvolvimento da comunicação instrumental,

os dados deste grupo revelam que, para os Tikuna, a tradição é elemento fundante da vitalidade e da continuidade da língua.

Para concluir o conjunto de questões aplicadas ao primeiro grupo da pesquisa, formulou-se a seguinte pergunta: “Qual é a língua mais bonita para você? Por quê?”.

**Figura 17- T1:** Qual é a língua mais bonita para você? Por quê?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

O grupo de participantes investigados neste primeiro conjunto de dados demonstrou uso cotidiano das línguas tikuna e portuguesa. No entanto, ao serem questionados sobre qual consideravam a língua mais bonita, todos responderam prontamente que era a sua língua materna. Compreender o que torna uma língua "bonita", entretanto, depende da concepção e da sensibilidade de quem fala. Nesse aspecto reside uma das belezas singulares da língua tikuna — sua complexidade morfológica e sua densidade semântica, que permitem uma expressividade condensada e altamente significativa. A valorização dessa característica pelas crianças investigadas reforça o vínculo entre forma linguística, identidade e afetividade.

Quando consideramos a forma como as crianças Tikuna diferenciam o uso da língua oral, para comunicação cotidiana, do uso do português, principalmente na modalidade escrita. Como reforça Labov (2008 [1972]), as atitudes linguísticas podem ser compreendidas a partir de abordagens diversas: “Há dois tipos de abordagens possíveis para este problema: uma direta e outra mais indireta. A primeira concentra-se na correlação entre atitudes e desejos e o comportamento linguístico do informante.”

Dessa forma, fica evidente que as preferências e práticas linguísticas das crianças refletem tanto aspectos afetivos quanto funcionais. A tikuna é a língua da intimidade, da convivência, da etnicidade; o português, por outro lado, aparece mais vinculado à normatividade escolar e à escrita.

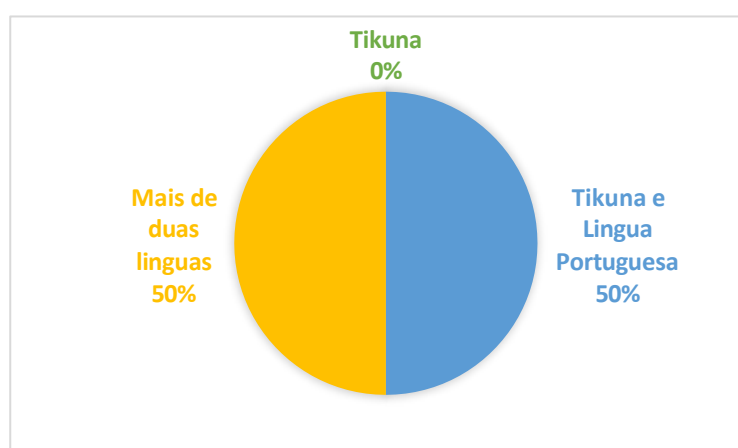
Dando continuidade à pesquisa, passamos à análise do segundo grupo de investigados, denominado “tipo 2”, composto por indivíduos com idades entre 13 e 25 anos, caracterizados como jovens, conforme a classificação do *Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL* (IPHAN, 2014, p. 65). Este grupo é formado por dois associados da etnia Tikuna vinculados à Associação Wotchimaücü.

#### 4.4.2 Tipo 2 – Jovens

Neste segundo grupo, denominado tipo 2, estão os participantes com idades entre 13 e 25 anos, aos quais nos referimos como juventude. A esses jovens, vinculados à Associação Wotchimaücü, foram aplicadas as mesmas perguntas formuladas ao grupo anterior, com o intuito de observar possíveis variações nas práticas e percepções linguísticas em função da faixa etária. A primeira pergunta apresentada foi: “Quantas línguas são faladas na sua comunidade?”.

Esse resultado revela um cenário de bilinguismo percebido pela juventude Tikuna: nenhum dos jovens apontou a exclusividade da língua tikuna, e metade reconhece a presença de mais de duas línguas em circulação no contexto comunitário. Isso aponta para uma realidade linguística mais dinâmica e plural entre os mais jovens, marcando a coexistência de repertórios variados — possivelmente com a presença do espanhol, do português brasileiro e de outras línguas indígenas em circulação nas áreas urbanas de Manaus.

**Figura 18 – T2:** Quantas Línguas são faladas na sua comunidade?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

Em *locus* foi possível observar que os participantes deste grupo, embora dominem sua língua materna tikuna, optam pelo uso da língua portuguesa no cotidiano. Essa escolha evidencia uma prática de bilinguismo em que os falantes dispõem de diferentes formas

linguísticas para expressar seus pensamentos. Assim, podemos considerar que ocorre um fenômeno de variação linguística, caracterizado pela possibilidade de expressar o mesmo conteúdo por meio de diferentes línguas, sem alteração de sentido imediato.

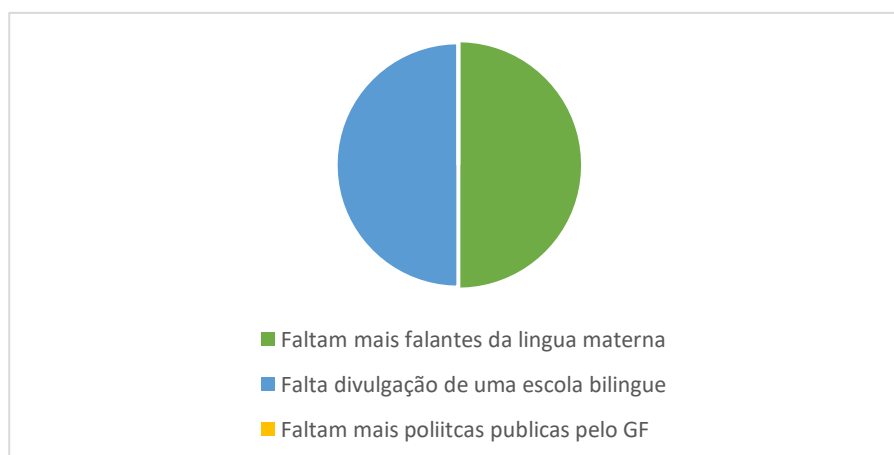
O uso simultâneo da língua tikuna e do português nos permite refletir sobre questões de pertencimento e identidade: Por que, mesmo tendo domínio da língua originária, os jovens a utilizam com menor frequência? Estariam se afastando de sua própria referência linguística e cultural? Essas perguntas orientam uma leitura crítica do processo de enfraquecimento do uso da língua materna em contextos urbanos.

Esses resultados apontam para a necessidade de políticas públicas e educacionais que valorizem e promovam a alfabetização em línguas indígenas, reconhecendo a importância do bilinguismo para a preservação cultural e para o direito dos povos originários à educação em sua língua materna, conforme recomendações da UNESCO e legislações brasileiras (Lei nº 14.216/2021). Implicações que Políticas Públicas devem se orientar basicamente são: i) a criação de programas educacionais específicos para ensino do tikuna como primeira língua; ii) a inclusão de tradutores e intérpretes em órgãos públicos; iii) o apoio a iniciativas comunitárias como a Associação Wotchimaücü na promoção cultural e linguística e iv) a elaboração de materiais didáticos bilíngues com base nas realidades das famílias/clãs.

Dando continuidade à investigação, foi apresentada a segunda pergunta ao grupo: “Quais os principais fatores de ameaça à sua língua materna?”

Esses dados indicam que os próprios jovens reconhecem duas dimensões críticas para a vitalidade da língua tikuna: a diminuição do número de falantes e a ausência de uma política educacional que valorize o ensino da língua tikuna de forma efetiva. A menção à falta de políticas públicas não aparece como prioritária entre os entrevistados, o que pode indicar uma percepção mais imediata e local dos desafios, concentrando-se nas esferas familiar e escolar.

**Figura 19 – T2:** Quais os principais fatores de ameaça à sua língua materna?



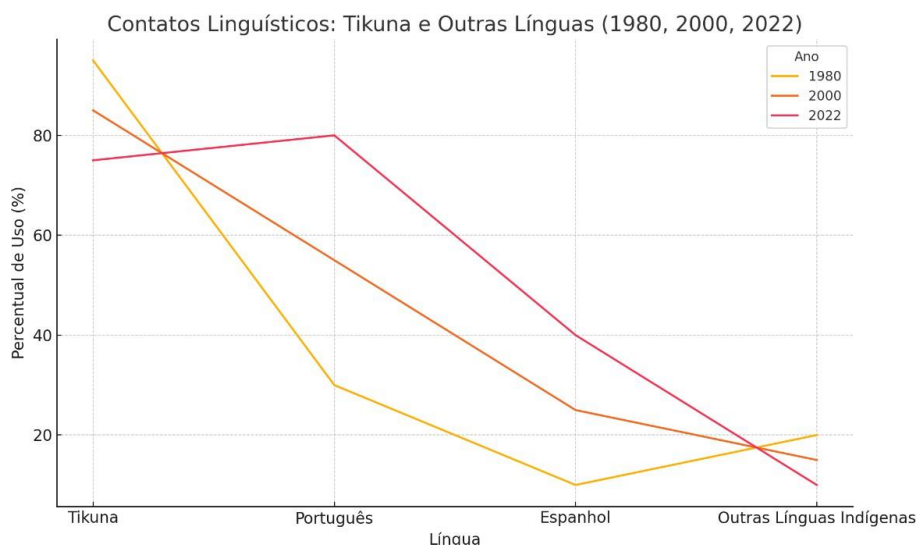
A análise da figura (19), fatores de ameaça à língua tikuna revela que os jovens Tikuna investigados reconhecem dois principais fatores que comprometem a vitalidade de sua língua originária: a escassez de falantes e a ausência de escolas bilíngues que valorizem o uso cotidiano da língua tikuna em contextos formais de ensino. Ambos os fatores foram apontados por 50% dos entrevistados, evidenciando uma percepção clara sobre os riscos de enfraquecimento da língua materna e sobre a urgência de ações voltadas à sua valorização e preservação.

O cenário apresentado revela que, embora a população Tikuna em Manaus mantenha laços identitários com sua língua ancestral, o risco de perda linguística é real e crescente. O contato desigual com o português e outras línguas majoritárias, somado à ausência de políticas públicas eficazes, tem provocado um processo silencioso de substituição linguística.

Nesse contexto, defender os direitos linguísticos dos povos indígenas implica garantir o direito à diferença, à memória e à continuidade dos saberes tradicionais. A língua materna é um instrumento de cidadania e pertencimento, e sua invisibilização representa não apenas um empobrecimento cultural, mas também uma forma de violência simbólica.

A manutenção da língua tikuna em Manaus deve ser pensada à luz da Década Internacional das Línguas Indígenas (IDIL 2022–2032), proclamada pela ONU e coordenada pela UNESCO. Essa iniciativa internacional destaca a urgência de ações de valorização, transmissão e uso das línguas indígenas em todos os contextos sociais. No caso da comunidade Wotchimaücü, as seguintes diretrizes são especialmente pertinentes: i) garantir a transmissão intergeracional da língua; ii) incentivar o uso da língua tikuna em espaços públicos urbanos (escolas, postos de saúde, serviços sociais); iii) promover educação bilíngue e intercultural, com professores indígenas formados, e iv) desenvolver materiais didáticos em tikuna contextualizados nas práticas e valores da comunidade.

Vale aqui apresentar a figura (20), elaborada com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1980, 2000, 2022), que apresenta a evolução do contato linguístico entre os Tikuna e outras línguas em três décadas, junto a tríplice fronteira. Foram considerados os usos da língua tikuna, do português, do espanhol e de outras línguas indígenas, em uma perspectiva quantitativa e comparativa.

**Figura 20**– Contatos linguísticos tikuna.

Fonte: Elaboração própria.

A partir da figura (20), observa-se uma diminuição progressiva no uso exclusivo da língua tikuna, embora esta ainda permaneça como principal idioma em determinados contextos rituais e familiares; um aumento expressivo do uso do português, refletindo o avanço da escolarização, da urbanização e da necessidade de interação com serviços públicos; um crescimento do uso do espanhol, especialmente nas áreas próximas à fronteira com a Colômbia e o Peru, onde o contato com falantes hispânicos é frequente, e uma redução no uso de outras línguas indígenas, o que pode indicar perda de diversidade linguística regional, mas também uma convergência para línguas de maior utilidade funcional ou prestígio social.

Esses dados reforçam a necessidade de políticas linguísticas efetivas e territorialmente sensíveis, que reconheçam o direito das populações indígenas urbanas à manutenção e ao uso de sua língua materna nos diferentes âmbitos da vida pública. Uma vez que, abordar a perda de uma língua é, sem dúvida, enfrentar um dos temas mais delicados no campo da sociolinguística e dos direitos linguísticos. Como adverte Lima (2018), em seus estudos sobre o contexto urbano de Manaus, todas as línguas indígenas presentes nesse território estão em risco de desaparecer, incluindo a tikuna, foco desta pesquisa. Essa advertência se torna ainda mais preocupante quando se observa a pressão crescente das línguas hegemônicas, como o português, sobre os espaços e práticas linguísticas dos povos originários em ambientes urbanos.

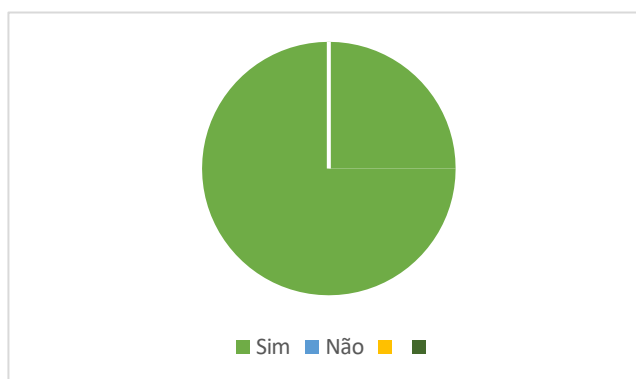
Para compreender a complexidade desse fenômeno, é fundamental considerar os múltiplos fatores que contribuem para a perda de línguas indígenas. Paula e Tapirapé (2017) elencam diversas causas históricas e estruturais que agravam esse cenário:

[...] resultam de vários fatores tais como: relações com outros grupos étnicos marcadas por assimetrias sociopolíticas, econômicas e culturais; extermínio de povos; diminuição drástica da população de grupos minoritários por epidemias; escravização de grupos humanos e proibição das línguas originárias; escolarização compulsória feita na língua dos dominadores ou programas de educação bilíngue que têm como perspectiva um bilinguismo subtrativo; perda dos territórios ou deslocamentos territoriais que desenraizam os povos de seus locais tradicionais de moradia, distanciando-os de seus referenciais mitológicos estreitamente ligados aos ambientes em que viviam (Paula e Tapirapé, 2017, p. 216).

Essas contribuições reforçam a ideia de que a perda de uma língua está intrinsecamente ligada a processos de deslocamento, dominação e apagamento cultural. No entanto, os próprios membros da comunidade Tikuna, conforme demonstram os dados da pesquisa, reconhecem a necessidade de resistência e propõem como solução a expansão de escolas bilíngues e a divulgação mais ampla da própria língua.

Partindo dessas inquietações, seguimos para a terceira pergunta do grupo: “A sua primeira língua sempre foi a língua tikuna?”.

**Figura 21 – T2:** A sua primeira Língua sempre foi a língua tikuna?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

Todos os investigados afirmaram que a primeira língua que aprenderam foi a tikuna, o que reforça sua centralidade identitária e linguística. Essa constatação é reveladora da diversidade e, ao mesmo tempo, da particularidade linguística que devem orientar a construção das propostas pedagógicas voltadas ao ensino de línguas indígenas, como destaca Gomes (2019).

Partindo dessa realidade, compreende-se que é pela prática da língua que a comunidade Tikuna expressa seu pensamento, sua visão de mundo e a experiência coletiva que compartilha. Quando uma língua é utilizada em conformidade com a tradição que lhe foi transmitida, isto é, por meio da oralidade intergeracional, ela se perpetua como ferramenta de

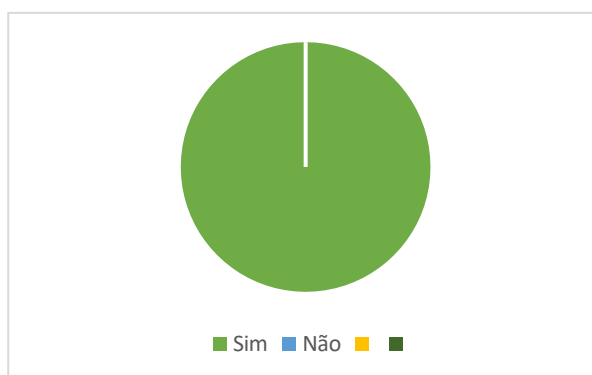
inovação e de preservação cultural. Essa continuidade contribui não apenas para a manutenção da linguagem no seio da própria comunidade, mas também para o fortalecimento de seu reconhecimento diante de outras línguas e culturas.

A transmissão ativa da tikuna entre gerações revela, assim, a vitalidade dessa língua e o comprometimento da comunidade com sua permanência. Os investigados deste estudo representam um exemplo concreto dessa vivacidade linguística, pois continuam utilizando a língua, independentemente dos contextos e grupos sociais em que estão inseridos — seja na escola, na associação, na vizinhança ou em casa.

Diante dessa constatação, passamos à quarta pergunta, que buscou verificar se os investigados dominam outras línguas além da tikuna: “Você fala outras línguas?”

As respostas foram unânimes: Sim: 100% | Não: 0%.

**Figura 22 – T2: Você fala outras línguas?**



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

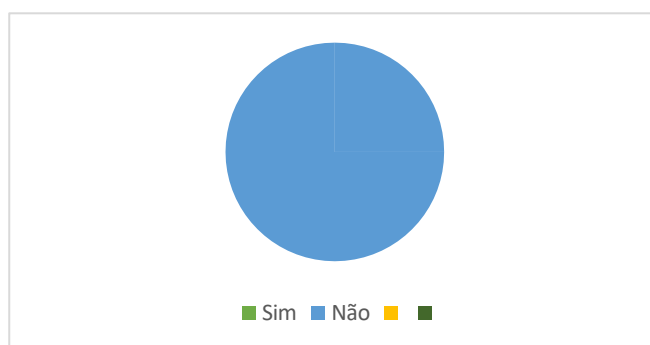
Partindo dos resultados da pesquisa, todos os investigados responderam que sim, ou seja, falam mais de uma língua. Isso indica que, embora utilizem duas ou mais línguas, reconhecem perfeitamente a tikuna como sua língua materna, o que permite considerá-los bilíngues em potencial. Vale lembrar que não há uma língua uniforme; toda língua é um sistema de sinais acústico-orais que funciona na intercomunicação de uma coletividade e constitui-se como resultado de um processo histórico e evolutivo.

Mesmo vivendo em contexto urbano, esse grupo demonstra conhecer profundamente a tikuna e mantê-la em uso cotidiano, o que reforça a vitalidade da língua e sua resistência simbólica. A prática constante da língua materna também aponta para o papel estratégico da educação indígena como política de resistência e preservação cultural, especialmente quando vinculada ao reconhecimento da pluralidade linguística do Brasil.

Em continuidade à pesquisa, a quinta pergunta foi: “Há outros nomes para a sua língua?”.

Mesmo residindo no território urbano, este grupo não só conhece muito bem a sua língua, mas também pratica por onde andam. Se esta etnia domina a sua língua materna, entendemos que a educação indígena apresenta uma marca do estado em nível de Brasil, considerando que, quanto mais pessoas praticarem uma determinada língua, mais pessoas poderão conhecer, respeitá-la e divulgar em outros locais. Em continuidade a pesquisa, partimos para a quinta pergunta que foi: Há outros nomes para a sua língua?

**Figura 23 - T2:** Há outros nomes para a sua língua?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

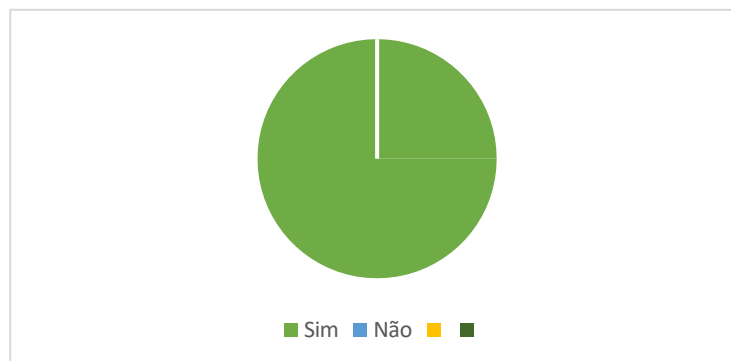
Os dados mostram que os entrevistados reconhecem tikuna como o único nome da sua língua materna, o que reforça sua centralidade identitária. Sobre isso, Cunha (2008) destaca que o trabalho descritivo das línguas indígenas é essencial para a manutenção dessas línguas, pois contribui para o debate crítico sobre os padrões e hegemonias linguísticas estabelecidas nos contatos interétnicos.

Portanto, se não há outro nome atribuído à tikuna, compreende-se que sua nomeação única é também uma forma de afirmação e preservação cultural. Os falantes da tikuna, mesmo em território urbano, mobilizam estratégias cotidianas para manter viva a língua, num esforço contínuo de resistência frente às pressões homogeneizantes da sociedade majoritária.

Retomamos aqui o fato de que a língua tikuna, falada pelo povo Magüta ['magita] (ou tikuna), apresenta variações em sua forma de nomeação e grafia na literatura linguística e na etno-história, entre as denominações registradas, encontram-se: tikúna (ou ticuna), tecuna, tokuna, tucuna e, em alguns casos, tipunas (Montes, 2019). E que a designação “tikuna” teria origem tupi e significaria “nariz preto”, em referência ao uso de pintura de jenipapo no rosto para indicar a pertença clânica. (Sousa, 2013).

A sexta pergunta da pesquisa foi: “Você fala a língua portuguesa?”.

**Figura 24 - T2: Você fala a língua portuguesa?**



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

Esses resultados confirmam que os participantes falam tanto tikuna quanto português, compondo, portanto, uma realidade bilíngue, com diferentes graus de proficiência e uso. Tal condição apresenta implicações importantes para o planejamento de políticas linguísticas, para o ensino bilíngue e para a valorização das línguas originárias em contexto urbano.

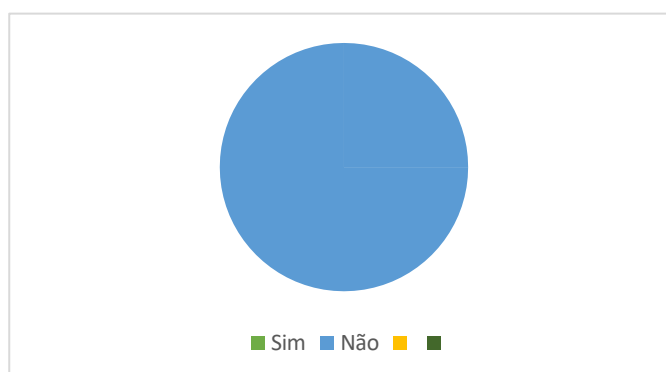
Os entrevistados, após confirmarem que falam a língua portuguesa, demonstram que utilizam duas línguas em sua vida cotidiana. Diante disso, podemos considerar que estão inseridos em um contexto de bilinguismo, ou bilingualidade, conceito fundamental tanto para a Linguística de Contato quanto para as teorias de ensino-aprendizagem de línguas. Como destaca Myers-Scotton:

Quando os falantes adicionam uma outra língua aos seus repertórios, eles quase sempre o fazem por uma razão, porque aquela língua será útil a eles em suas comunidades, ou em uma outra comunidade à qual eles pretendem se juntar. Quer dizer, não são muitas as pessoas que adquirem uma outra língua só pelo “prazer” de fazê-lo. (Myers-Scotton, 2006, p. 37).

Ao utilizar duas línguas em diferentes contextos — escolar, familiar, institucional e comunitário, compreende-se que o bilinguismo vivenciado por comunidades indígenas em contextos urbanos, como no caso dos Tikuna, pode constituir uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento de políticas linguísticas inclusivas e específicas — voltadas tanto à preservação da língua materna quanto à ampliação das competências em língua portuguesa.

A próxima pergunta formulada foi: “Você sente dificuldades em falar as duas línguas, a tikuna e o português?”.

**Figura 25 - T2:** Você sente dificuldades em falar as duas línguas, a tikuna e o português?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

Esses dados revelam que os participantes não enfrentam dificuldades para se expressar em ambas as línguas, embora reafirmem a tikuna como língua materna e principal veículo de pertencimento identitário. Isso indica um cenário favorável à consolidação de práticas bilíngues, desde que respeitadas as especificidades culturais e linguísticas da comunidade.

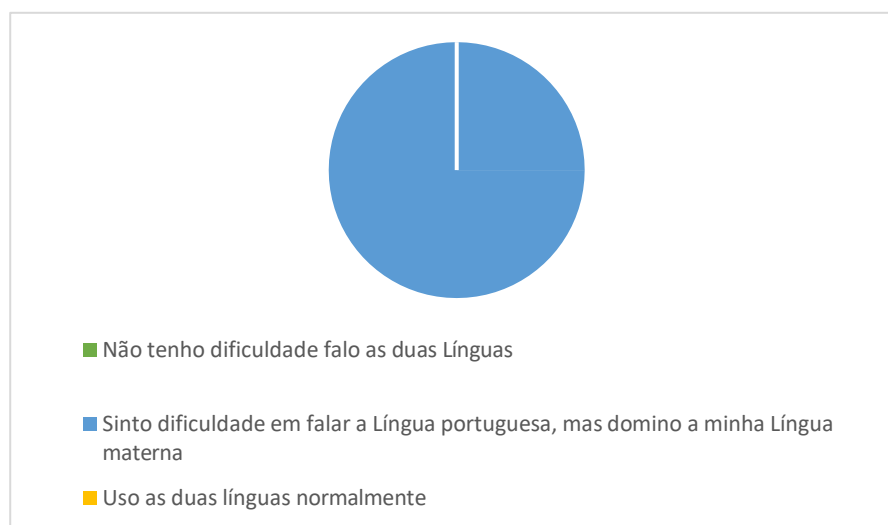
É fundamental ressaltar que criar um ambiente bilíngue não significa, necessariamente, limitar o uso da língua materna em favor da segunda língua. Ao contrário, a convivência linguística pode enriquecer as práticas educativas, comunicativas e culturais, desde que garantido o espaço de valorização e fortalecimento da língua originária.

Importante destacar que os participantes da presente pesquisa não nasceram no espaço urbano em que hoje residem (Manaus, em 2025), mas já dominavam a língua tikuna antes de sua chegada à cidade. Isso indica que o contato com o português não apagou o domínio da língua originária, embora imponha desafios no que diz respeito ao uso em ambientes formais, como a escola, o comércio e os serviços públicos. O uso de duas línguas em uma mesma comunidade de fala requer análises cuidadosas, levando em conta os contextos de aquisição, as funções atribuídas a cada língua, os domínios de uso e as representações socioculturais associadas. Como destacam Gonçalves e Andrade (2007): “Desenvolver a competência plurilíngue é valorizar a construção da identidade através do contato com outras línguas e culturas, pela promoção de uma educação para a cidadania de abertura e respeito pela diferença linguística.” (p. 64).

A pergunta seguinte foi: “Sendo a língua tikuna sua língua materna, quando você usa a língua portuguesa, quais os maiores obstáculos enfrentados em espaços urbanos?”. Os entrevistados responderam: i) não tenho dificuldade, falo as duas línguas: 0,00%; ii) sinto dificuldade em falar a língua portuguesa, mas domino a minha língua materna: 100,00% e iii) uso as duas línguas normalmente: 0,00%.

Essa resposta indica que, embora o domínio da língua tikuna seja pleno entre os jovens investigados, o uso do português ainda representa um desafio. Tal resultado reforça a urgência de políticas públicas que promovam a inclusão linguística, respeitando o bilinguismo e ampliando as possibilidades de acesso a direitos, educação e cidadania plena para os povos indígenas em contextos urbanos.

**Figura 26 - T2:** Sendo a tikuna, sua língua materna, quando você usa a língua portuguesa, quais os maiores obstáculos em usá-la nos espaços urbanos?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

A partir dos resultados obtidos com os participantes da pesquisa, compreende-se que, ao residirem em contexto urbano, os investigados compartilham uma experiência de contato entre diferentes culturas e línguas. Como destacam Lima e Silvana (2018) no artigo *A situação das línguas indígenas no município de Manaus*, a cidade é caracterizada por uma multiplicidade de encontros linguísticos e culturais. Essa realidade complexa demanda atenção à pluralidade de línguas presentes, muitas das quais ainda não documentadas ou suficientemente estudadas.

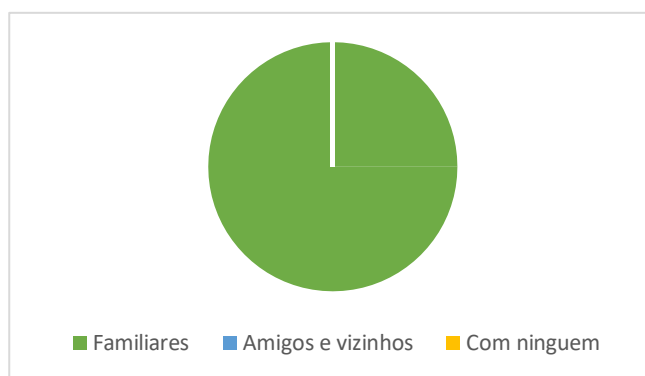
De acordo com a experiência linguística relatada pelos sujeitos investigados, é possível afirmar que as línguas indígenas representam não apenas ferramentas de comunicação, mas também componentes essenciais da diversidade linguística brasileira. Embora muitas dessas línguas estejam em situação de vulnerabilidade, os avanços em pesquisas e diagnósticos vêm possibilitando a construção de acervos linguísticos e o desenvolvimento de estratégias de revitalização, inclusão e fortalecimento dessas línguas.

Elia (2000) enfatiza que uma comunidade linguística é formada por pessoas que interagem por meio da linguagem. Já Rosenstock-Huessy (2002, p. 37) observa que:

[...] é questão tão legítima quanto qualquer outra questão de “origem”. Isso quer dizer que ela possui aquela limitação que é central a qualquer dessas questões: é preciso saber o que queremos dizer por “origem” o que queremos dizer por “origem” da linguagem. (Rosenstock-Huessey, 2002, p. 37).

A nona pergunta formulada aos participantes foi: “Com quem você costuma falar a sua língua materna?”

**Figura 27 - T2:** Com quem você costuma falar a sua língua materna?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

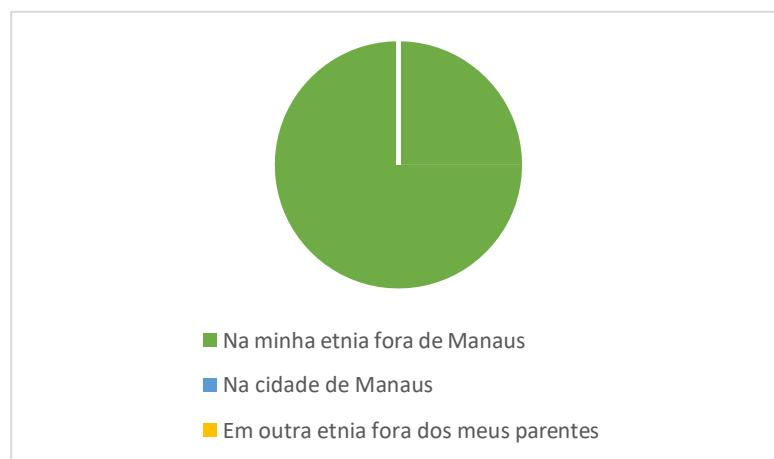
A partir dos resultados, observa-se que a língua tikuna é utilizada majoritariamente no âmbito familiar. Essa prática contribui significativamente para a manutenção da língua e da cultura no espaço urbano. O uso contínuo da língua entre membros da comunidade fortalece a identidade e garante a transmissão geracional dos saberes tradicionais, que muitas vezes são marginalizados nas representações oficiais da história nacional.

É importante destacar que, diante da narrativa histórica construída por e para os povos indígenas, muitas memórias e práticas culturais resistem ao apagamento promovido pelos sistemas formais de ensino e pelas representações hegemônicas nos livros didáticos. Nesse sentido, o uso da língua materna dentro da própria comunidade atua como forma de resistência e afirmação cultural.

O fortalecimento da língua por meio do uso cotidiano, especialmente entre familiares, reforça a concepção de que educação e tradição são indissociáveis no contexto da Educação Escolar Indígena. Nesse modelo, comunidade e escola compartilham o mesmo espaço simbólico e social, diferentemente da separação convencional existente nas escolas voltadas à população não indígena. A língua materna, nesse contexto, deve ser entendida como eixo de organização e prática educativa.

A décima pergunta foi: “Qual o seu local de nascimento?”

**Figura 28 T2:** Qual o seu local de nascimento?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

De acordo com os dados, todos os participantes nasceram fora da cidade de Manaus, principalmente em comunidades do Alto Solimões, especialmente na cidade de Tabatinga (AM). A migração para a capital decorreu da busca por novas oportunidades de estudo, trabalho e melhores condições de vida. Apesar da mudança de território, os participantes mantêm sua língua materna como base de comunicação e identidade.

A etnia Tikuna, segundo os relatos, carrega um saber que transcende os limites da linguagem e da geografia. Muitas palavras de uso cotidiano no português brasileiro têm origem indígena, o que evidencia a permanência simbólica dessas culturas no território nacional. Como observa o RCNEI (Brasil, 1998, p. 118):

Se a comunidade tiver claro que cada língua tem o seu território, o seu domínio, e se ela mantiver cada língua em seu lugar específico, então a tendência é que seus membros permaneçam bilíngues. O problema, no entanto, é que devido à pressão social contra o uso das línguas indígenas, seus falantes passam a utilizar a língua portuguesa em ambientes que tradicionalmente não lhe pertencem (Brasil, 1998, p.118).

É nesse cenário de enfrentamento simbólico que as línguas originárias continuam a ser preservadas. A Constituição Federal de 1988 reconhece o direito dos povos indígenas à educação diferenciada e ao uso da língua materna no ambiente escolar. Essa política visa romper com o modelo monocultural eurocêntrico herdado do período colonial e valorizar os modos próprios de produção de conhecimento.

A décima primeira pergunta foi: “Quais os locais de residência anteriores, antes de chegar em Manaus?” Todos os participantes relataram ter vindo de comunidades do Alto Solimões, principalmente da cidade de Tabatinga (AM). Esse deslocamento revela um fluxo migratório comum entre os Tikuna, mantendo laços afetivos, culturais e comunitários entre suas localidades de origem e os novos territórios ocupados. Sobre isso, Santos (2014) contribui com a seguinte reflexão:

Basicamente, [...] os indígenas referem-se a duas categorias temporais básicas distintas: as histórias de hoje e as histórias de antigamente. As histórias de hoje representam o esforço em retratar a História do Brasil sob o ponto de vista indígena, a partir do contato com os povos não-índios, bem como a vida cotidiana dos participantes da comunidade (testemunhos sobre o contato com os brancos, histórias do cotidiano, conhecimentos a respeito de animais, alimentos, plantas e do seu ambiente/território, as preocupações com o habitat, histórias do povo e da cultura local). As histórias de antigamente (mitos e lendas), em sua maioria, retratam a mitologia própria de cada povo, constituindo um esforço no sentido de representar-se a si próprio: o que fazem, como vivem, como estabelecem sua moral, os rituais e a mentalidade. O mito, além de uma função literária e recreativa, figura com uma função social (Santos, 2014, p. 49-50).

Essa distinção evidencia como a memória coletiva atua na preservação da cultura e da identidade. Os Tikuna continuam a se reconhecer enquanto povo originário, mesmo inseridos em um novo território, e essa resiliência linguística e simbólica é garantida, sobretudo, pela prática cotidiana da língua e pelas redes comunitárias.

A décima segunda pergunta foi: “Qual a importância da sua língua para você?” Todos os investigados afirmaram que a língua tikuna representa a própria essência da etnia, um marcador identitário que expressa suas origens, tradições e visão de mundo. Mesmo após a migração, os participantes relataram a manutenção de seus costumes e práticas sociais, conciliando sua inserção no espaço urbano com o compromisso de preservar suas raízes.

A partir dessa análise, observa-se que os sujeitos pesquisados ressignificam o território urbano como espaço de afirmação identitária e resistência cultural. A língua tikuna, nesse processo, torna-se o principal veículo de continuidade histórica e de mediação entre tradição e transformação.

Em continuidade a pesquisa, partimos para o terceiro grupo, que são pessoas de 26-40 anos, onde intitulamos de adulto I, tipo 3, onde realizamos uma coletânea de dez perguntas que são as seguintes:

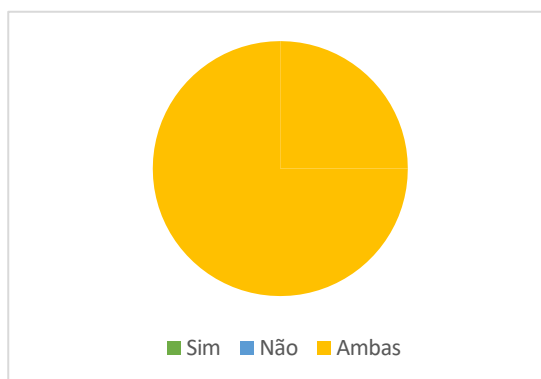
#### 4.4.3 Tipo 3 – Adultos I

Na sequência da pesquisa, inicia-se o terceiro grupo de investigados — denominado “adulto I” ou Tipo 3 — composto por participantes da etnia Tikuna com idades entre 26 e 40 anos, todos vinculados à Associação Watchimaücü e residentes no bairro Cidade de Deus, em Manaus. Este grupo representa um segmento estratégico da comunidade: trata-se de adultos jovens e em idade produtiva, que atuam ativamente na vida familiar, comunitária e laboral, sendo também os principais responsáveis pela mediação entre as gerações mais velhas e as mais novas no que diz respeito à transmissão de saberes e práticas culturais e linguísticas.

O levantamento sociolinguístico com esse grupo buscou compreender como se dá o uso, a valorização e a percepção da língua tikuna em meio às exigências da vida urbana, à convivência com a língua portuguesa e às dinâmicas próprias da juventude-adulta em contexto intercultural. Foram aplicadas dez perguntas abordando aspectos de uso linguístico em diferentes domínios, práticas cotidianas, variação linguística, sentimentos de pertencimento e percepções sobre o valor e a manutenção da língua materna.

A primeira pergunta foi: Quantas línguas são faladas na Associação Watchimaücü? Os entrevistados responderam: tikuna: 0,00%; português: 0,00%; ambas: 100,00%, conforme demonstração na figura (28):

**Figura 28- T3:** Quantas Línguas são faladas na Associação Watchimaücü?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

Partindo dos resultados obtidos, que indicam o uso cotidiano das línguas tikuna e português por parte do grupo investigado, compreendemos que esses participantes demonstram domínio funcional de ambas as línguas, sendo a tikuna reconhecida como sua língua materna e o português como língua de circulação ampliada, utilizada especialmente em contextos urbanos e institucionais. Essa realidade bilíngue evidencia práticas linguísticas dinâmicas que

respondem às demandas de pertencimento étnico-cultural e, simultaneamente, às exigências da inserção na sociedade urbana.

Do ponto de vista teórico, cabe observar que a Sociolinguística oferece um arcabouço robusto para compreender essas práticas plurilíngues. Conforme afirmam Alves, Carvalho e Barbosa (2024):

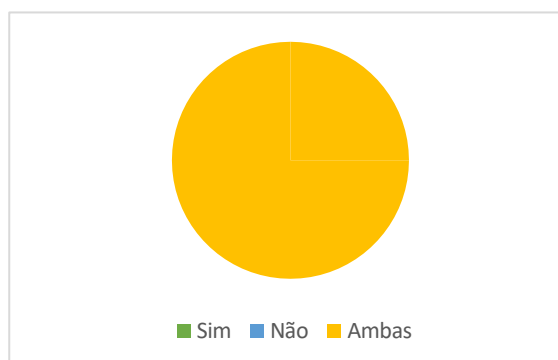
Os estudos do bilinguismo costumam ser realizados no contexto da sociolinguística a fim de identificar como crianças e adultos adquirem tanto a competência linguística quanto social. A esse respeito, é importante ressaltar que, para a uma investigação dessa natureza, não se deve considerar apenas a construção do domínio gramatical, nos termos pretendidos pela Gramática Gerativa, faz-se necessário abarcar como as sentenças são usadas pelos aprendizes das línguas, seja da língua materna ou adicional (Alves; Carvalho; Barbosa, 2024, p.15).

A partir dessas contribuições, é possível afirmar que o grupo investigado opera com competência bilíngue, ainda que marcada por assimetrias de função entre as línguas. Nesse contexto multicultural, Mendes (2008) destaca que o papel do educador é fundamental, sendo necessário que ele fundamente sua prática nos princípios norteadores da educação intercultural, entre os quais se destacam a contextualização, a problematização e a transdisciplinaridade. Esses princípios são centrais para uma pedagogia que reconheça e valorize o uso das duas línguas no cotidiano dos estudantes indígenas.

Dessa forma, este grupo de adultos jovens (Tipo 3) se configura como elo fundamental na articulação entre a tradição linguística da etnia Tikuna e os desafios contemporâneos de comunicação e cidadania. Eles assumem uma posição de destaque na comunidade, sendo reconhecidos como agentes ativos de transformação e resistência cultural — tanto nos espaços escolares quanto na esfera comunitária.

Em continuidade à pesquisa, partimos para a segunda pergunta aplicada a esse grupo: “Quais línguas você fala?”

**Figura 29 - T3:** Quais línguas que você fala?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

A partir dos resultados obtidos, observa-se que os investigados deste grupo demonstram domínio de duas línguas: tikuna, como língua materna e português, utilizado como meio de comunicação com o espaço urbano. Tal realidade confirma a inserção desses participantes em práticas bilíngues funcionais, sendo essas línguas mobilizadas em diferentes esferas de atuação social. Dentro dessa perspectiva, é importante destacar que a Sociolinguística oferece fundamentos teóricos relevantes para compreender a articulação entre língua e sociedade, principalmente quando o foco recai sobre grupos étnicos que se movimentam entre contextos tradicionais e urbanos. Como destacam Alves, Carvalho e Barbosa:

A Sociolinguística abrange uma área ampla de estudos, cuja base é a relação entre língua e sociedade, em um diálogo no qual se identificam as estruturas sociais nas quais a língua se manifesta. Não apenas o bilinguismo, mas também o multilinguismo, é uma temática bastante produtiva no campo dos estudos sociolinguísticos. (Alves, Carvalho e Barbosa, 2024, p. 15)

Ainda segundo os autores, a Sociolinguística deve ser entendida como um campo científico de múltiplas possibilidades, com vertentes que abordam a relação entre língua e sociedade a partir de diferentes enfoques. No caso da presente pesquisa, os participantes evidenciam essa complexidade ao utilizar tikuna e português em suas práticas cotidianas.

Com base nesses apontamentos, seguimos para a terceira pergunta aplicada ao grupo: “Como se chama a sua língua?” Todos os entrevistados responderam, de forma unânime, que sua língua é a tikuna. O objetivo dessa pergunta foi verificar se, em razão da mobilidade territorial e do contato com diferentes regiões e comunidades, os participantes utilizavam algum outro nome, variação ou neologismo para se referir à sua língua.

O reconhecimento da tikuna como única designação legítima e amplamente aceita reforça a força simbólica que a língua carrega como marcador de identidade. Vale lembrar que muitos falantes da tikuna migraram por diversas localidades até chegarem a Manaus e, mesmo assim, mantêm a firmeza de seus vínculos linguísticos. Alviano (1945) já observava a diversidade interna da língua tikuna, marcada por variações de pronúncia:

A tudo isto devemos acrescentar o fato que, vivendo os Tikuna espalhados em vários igarapés e paranás, longe uns dos outros, varia muito entre eles a maneira de pronunciar. De forma que não se pode estabelecer uma regra geral e invariável acerca da colocação do acento tônico de cada palavra. (Alviano, 1945, p. 15)

A diversidade linguística entre os Tikuna não os impede de reconhecerem a unidade da sua língua como parte de uma resistência histórica. Como relatam Catachunga, Schwartz e Silva (2021), a destruição das ocas clânicas pelas ações dos "patrões" e "coronéis do barranco" representou uma tentativa de desarticulação do modo de vida tradicional dos Tikuna:

O tipo de moradia dos Tikunas, as ocas clânicas, foram um dos pilares que foram destruídos e extintos pelos colonizadores que por aqui chegaram, mais conhecidos popularmente como os “patrões” ou “coronéis do barranco”. Eles obrigaram os Tikunas a abandonar a maloca, pois julgavam que pelo fato de viverem em grande número de pessoas na mesma casa eram preguiçosos, além de serem um eventual risco, no caso da organização de uma rebelião (Catachunga; Schwartz; Silva, 2021 p.23).

A luta pelo território e pela manutenção da língua íntegra, portanto, uma resistência mais ampla que envolve ideologias, identidades coletivas e relações de alteridade. Como lembra Silva (2001), outros povos indígenas brasileiros, como Potiguara, Pankararu e Pataxó, perderam suas línguas maternas e hoje falam apenas o português, realidade da qual os Tikuna resistem. Nesse contexto, partimos para a quarta pergunta: Há outros nomes para a sua língua?

Mais uma vez, os participantes foram unânimes: não há outro nome para a sua língua além de tikuna. Esse dado é significativo para a consolidação da tese, pois demonstra um forte grau de coesão cultural e valorização linguística, mesmo em ambiente urbano.

A Associação Wotchimaücü, localizada no bairro Cidade de Deus em Manaus, é a principal referência para a manutenção dessa vivacidade cultural. Jimenes explica:

Todos esses movimentos são parte da dinâmica responsável por alavancar a criação da Associação Comunidade Wotchimaücü – ACW, no ano de 2002. [...] A caracterização da entidade Tikuna contou com apoio fundamental da Pastoral Indigenista da arquidiocese de Manaus – Piama, e de parceiros estrangeiros, na construção da sede comunitária. (Jimenes, 2021, p. 125)

Esse espaço consolidou-se como centro de resistência e reivindicação por uma educação diferenciada, conforme prevista na Constituição de 1988, e também como lugar de manutenção da língua e das práticas culturais Tikuna.

A quinta pergunta foi: “O que a sua comunidade tem realizado para manter a denominação e o reconhecimento da língua?”. Os entrevistados destacaram a realização de festas culturais, feiras de artesanato e atividades comemorativas. Essas ações fortalecem o sentimento de pertencimento e visibilidade étnico-linguística. Silva (2001) reforça:

[...] as reivindicações indígenas pelo reconhecimento de seus direitos à manutenção de suas formas específicas de viver e de pensar [...] abriram caminho para a oficialização de escolas indígenas diferenciadas e para a formulação de políticas públicas [...] voltadas à autodeterminação de seus povos. (Silva, 2001, p. 10)

Essas ações culturais promovidas pela associação demonstram o papel ativo da comunidade na preservação da identidade linguística.

A sexta pergunta foi: Como é trabalhada a história oral na comunidade?

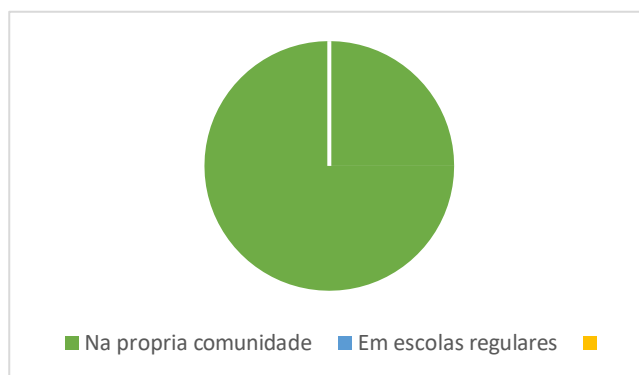
As respostas indicam que essa história é transmitida durante festas, encontros, reuniões da associação e em articulações com órgãos públicos. A história oral é tratada como parte do processo formativo e educativo, sendo um importante instrumento de fortalecimento cultural. Segundo Erthal (2006), a década de 1970 foi determinante para a articulação dos povos Tikuna, tendo como marco a criação do Centro Magüta, em 1986.

A sétima pergunta foi: “Quais situações de uso da língua na associação?”. Os participantes indicaram múltiplos contextos: reuniões, eventos públicos, assembleias, atividades religiosas e rituais. Ser Tikuna, como afirmam, é sinônimo de resistência e participação ativa em diferentes esferas da vida social e política.

A oitava pergunta foi: “Quais são as atitudes e representações da comunidade?”. As respostas destacam o papel de diferentes lideranças — o cacique, o professor, o pastor — como referências simbólicas e políticas. A organização da vida comunitária é, portanto, polifônica e articulada em torno de um projeto coletivo de continuidade étnica. Sousa (2017) enfatiza: “O povo Tikuna tem seu próprio modo de organização [...] articulada em torno de um patriarca ou matriarca por meio de relações de parentesco, afinidade política ou econômica.” (p. 44).

A nona pergunta foi: “Como é trabalhada a educação escolar na Associação Watchimaücü?”. Todos os investigados responderam que a educação ocorre na própria comunidade (100%). Essa resposta demonstra o compromisso da associação com a oferta de uma educação escolar indígena diferenciada, com ênfase na língua materna e nas práticas culturais da etnia.

**Figura 30 - T3:** Como é trabalhada a educação escolar na Associação Watchimaücü?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

A Associação Watchimaücü constitui um espaço privilegiado não apenas para a organização social e política do povo Tikuna em Manaus, mas também como centro de fortalecimento e ensino da língua tikuna. A educação escolar indígena é ofertada nesse espaço especialmente no contraturno e, por vezes, aos finais de semana, de acordo com as necessidades da comunidade. Vale destacar que os alunos que frequentam a associação são, em sua maioria, filhos ou parentes dos associados, residentes no território onde ela está localizada.

Para fundamentar essa prática comunitária, recuperamos as contribuições de Silva (2001):

[...] as reivindicações indígenas pelo reconhecimento de seus direitos à manutenção de suas formas específicas de viver e de pensar, de suas línguas e culturas, de seus modos próprios de produção, reelaboração e transmissão de conhecimentos, uma vez acolhidos pela Constituição de 1988, abriram caminho para a oficialização de escolas indígenas diferenciadas e para a formulação de políticas públicas que respondessem aos direitos educacionais dos indígenas a uma educação intercultural, bi ou multilíngue, comunitária e voltada à autodeterminação de seus povos. (Silva, 2001, p. 10).

A trajetória de luta do povo Tikuna pela educação é marcada por deslocamentos significativos, como as migrações das terras do Alto Solimões para a capital amazonense. Landa e Herbetta destacam que: “Nas comunidades indígenas, atualmente, vêm sendo implantadas políticas educacionais de princípio intercultural que têm como proposta o reconhecimento da diversidade étnica e cultural de cada grupo.” (2017, p. 271).

De grande importância nesse cenário são os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), que, embora não configurem oficialmente escolas indígenas, acabam assumindo, de forma improvisada, a função de atender à demanda educacional das crianças Tikuna. Também denominado de Centros Culturais Municipais de Educação Infantil (CCMEIs), os CMEIs funcionam como espaços de mediação cultural e linguística, mas sem respaldo institucional que

lhes permita exercer plenamente esse papel. Faltam recursos, formação adequada de docentes, reconhecimento legal como instituições voltadas a populações indígenas e, sobretudo, políticas públicas que fortaleçam sua atuação.

Dando continuidade à pesquisa, foi realizada a décima pergunta do grupo tipo 3: “Quais as demandas para salvaguarda da língua tikuna diante da comunidade urbana na cidade de Manaus?” As opções de resposta foram: encontros com os associados 00,00%; congressos na própria comunidade 00,00%; e ciclo de conversas entre os associados 100%. Todos os investigados (100%) indicaram o ciclo de conversas entre os associados como a principal estratégia de salvaguarda linguística, conforme demonstrado na figura (31) abaixo:

**Figura 31- T3:** Quais as demandas para salvaguarda da língua tikuna diante da comunidade urbana na cidade de Manaus?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

Esse resultado revela que as assembleias e rodas de conversa desempenham um papel crucial na preservação da língua. Nesses momentos de escuta e fala coletiva, a língua tikuna é mobilizada como ferramenta de coesão, memória e resistência cultural. A prática da oralidade, especialmente em um contexto urbano, assume valor simbólico e político, pois reafirma a presença indígena e sua autonomia linguística em um território marcado pela hegemonia do português.

Apesar da organização comunitária, os Tikuna ainda enfrentam desafios, como aponta Silva: “A luta pela legalização da terra ainda continua, muitos indígenas acabam retornando para o interior devido à situação de ilegalidade e medo de despejo a qualquer momento.” (2022, p. 32).

A adoção de questionários como instrumento metodológico nesta pesquisa permitiu captar aspectos sociolinguísticos com maior amplitude. Autores como Oliveira et al. (2016),

Batista et al. (2021), Santos e Henriques (2021), Chaer et al. (2012) e Mutepfa e Tapera (2019) reconhecem a eficácia dessa técnica, tanto em termos de representatividade quanto de sistematização dos dados.

Concluído o grupo “adulto I” (Tipo 3), a pesquisa avançou para o grupo tipo 4, denominado “adulto II”, composto por participantes com idades entre 41 e 60 anos.

#### **4.4.4 Tipo 4 – Adultos II**

A pesquisa avançou para o quarto grupo de investigados, identificado como Tipo 4, denominado “adulto II”, formado por participantes com idades entre 41 e 60 anos. Neste grupo, foram aplicadas dez perguntas com o intuito de investigar as práticas linguísticas, os usos da língua tikuna em contextos urbanos e as estratégias de preservação da identidade cultural.

A primeira pergunta aplicada foi: “Quantas línguas são faladas na Associação Wotchimaücü?”.

A totalidade das respostas confirma a presença do bilinguismo entre os adultos da faixa etária de 41 a 60 anos, reforçando a importância do espaço associativo como território linguístico de convivência entre as línguas tikuna e portuguesa. A presença simultânea das duas línguas no cotidiano da associação é reflexo da organização comunitária e da resistência cultural frente aos desafios impostos pelo contexto urbano.

Silva (2022) expõe que em relação aos tikuna que residem nas cidades da tríplice fronteira, o caso mais frequente é a valorização da língua tikuna pelos pais no uso com seus filhos e, em casos raros, cedem lugar ao português. Já em relação aos indígenas tikuna que se deslocam para a capital do estado, vivem mais dramaticamente a imposição da língua dominante, a língua portuguesa, embora, para manterem vivas sua língua e sua cultura, se reúnem por meio de projetos.

A importância da língua materna é fundamental para o desenvolvimento de um grupo. O Artigo 8º da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, datado de 1996, reforça esse entendimento ao afirmar que: "Todas as comunidades linguísticas têm o direito de organizar e gerir os seus próprios recursos, com vista a assegurarem o uso da sua língua em todas as funções sociais".

Após o primeiro questionamento, partimos para a segunda investigação, na qual perguntamos: A língua que você fala na Associação Wotchimaücü é a mesma que você usa para conversar com outras pessoas na cidade de Manaus, onde você reside? Os entrevistados responderam: Sim: 100%; Não: 0%; Às vezes: 0%. Diante dos resultados encontrados, observa-

se que os participantes diferenciam o uso da língua dependendo do espaço sociocomunicativo. Esses dados demonstram que os entrevistados utilizam ambas as línguas, tikuna e português, nos diferentes contextos que frequentam. Isso revela o domínio funcional dos dois códigos linguísticos, indicando um bilinguismo ativo. Segundo Severo (2008), "[...] o nível de consciência que o falante tem sobre determinada variável está associado à classificação dos elementos variantes da língua face à avaliação social a que estão sujeitos".

A utilização das línguas tikuna e portuguesa na Associação Wotchimaücü é considerada natural pelos participantes. No entanto, é preciso reconhecer que se trata de uma trajetória de resistência e ressignificação da língua indígena no espaço urbano. Orlandi (2002) analisa essas dinâmicas ao propor que:

[...] existe língua e existem línguas, ou, em seus termos, a língua gramatical e o corpo pleno da língua. Defini a língua imaginária como sistema fechado, normas, artefatos do linguista (mas também dos missionários e outros assemelhados) ao passo que a língua fluida é a língua do mundo, sem regras que aprisionem, a língua no acontecimento do significar na relação de homens com homens, sujeitos e sujeitos (Orlandi, 2002, p. 13).

Em seguida, foi realizada a pergunta: “O que a sua comunidade tem realizado para manter a denominação e o uso contínuo da língua tikuna?”. As respostas mencionaram reuniões, eventos culturais, feiras de artesanato e encontros na Associação Wotchimaücü como estratégias de manutenção e resistência linguística.

Prosseguindo, questionamos: “Você, falante da língua tikuna, ao utilizar a língua portuguesa com outro falante nativo, percebe que ele compreende sua fala normalmente?”.

**Figura 32- T4:** Você, falante da língua tikuna, ao falar a língua portuguesa com outro falante da língua portuguesa, você percebe que ele entende a sua fala normalmente?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

Partindo desses resultados, compreendemos que os falantes da língua tikuna não sentem a necessidade de ajustar sua fala aos padrões linguísticos da língua portuguesa ao

interagir com outros falantes. Em outras palavras, esses sujeitos assumem a comunicação a partir de sua própria referência identitária e territorial, como se estivessem em seu próprio espaço de pertencimento.

Além dos aspectos sociais envolvidos na definição da unidade de análise, a concepção de comunidade de fala também considera fatores individuais. Nesse sentido, Severo (2008) destaca que os elementos que constituem uma comunidade de fala extrapolam os limites puramente linguísticos, incorporando dinâmicas sociais, culturais e subjetivas dos falantes.

Conforme aponta Rosa:

A comunidade de fala não é definida por nenhuma concordância marcada pelo uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas; estas normas podem ser observadas em tipos de comportamento avaliativo explícito e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariantes no tocante a níveis particulares de uso (Rosa, 2022, p. 67).

Diante dessa perspectiva, os entrevistados revelam uma prática linguística marcada pela alternância consciente entre os códigos linguísticos disponíveis em seu repertório, utilizando a língua tikuna e a língua portuguesa conforme o contexto e a interlocução. Essa escolha não se dá de forma aleatória ou desleixada, mas envolve conhecimento refinado das normas sociais e linguísticas. Ainda segundo Rosa:

[...] a mesma nos apresenta as seguintes afirmações: A mistura de códigos não se dá por preguiça nem por ignorância. Requer “conhecimento sofisticado de ambas as línguas e a consciência nítida das normas da comunidade”, que fazem com que ambas as línguas sejam usadas de modo a mostrar a familiaridade, ou a solidariedade entre os participantes da conversa (Rosa, 2022, p. 69).

Em continuidade aos questionamentos realizados com os informantes deste grupo, partimos para a quinta pergunta: “Na Associação Watchimaücü, além da língua tikuna, existem outras línguas dos povos tradicionais faladas entre os associados?”

Os dados demonstram que, embora a tikuna seja a língua predominante, há presença de falantes de outras línguas indígenas, especialmente em momentos de encontros culturais, festividades e eventos promovidos pela associação. Nessas ocasiões, é comum a recepção de convidados de outras etnias, o que favorece um ambiente multilinguístico e de trocas interculturais. No entanto, mesmo com essa diversidade linguística presente, os membros da associação mantêm o uso prioritário da língua tikuna como eixo organizador de sua identidade sociocomunitária.

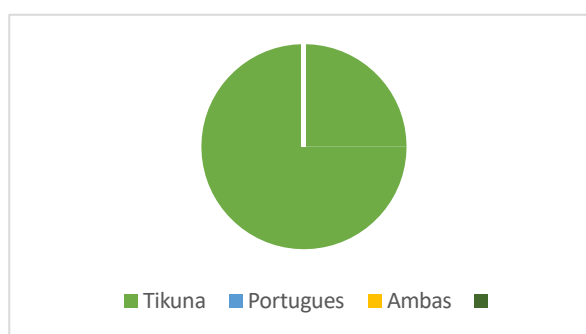
Neste questionamento, a intenção não foi aferir o número exato de línguas faladas na Associação Watchimaücü, mas sim verificar se os falantes da língua tikuna também conhecem outras línguas. Isso se justifica pelo fato de que um número expressivo de associados já conviveu com outras etnias, especialmente nas regiões do Alto Solimões e do Alto Rio Negro.

Dando continuidade à pesquisa, realizamos a sexta pergunta: Qual língua é mais comumente aprendida como primeira língua?

Essas respostas revelam que a alfabetização dos associados ou frequentadores da associação tem como base a língua tikuna. Todos os informantes afirmaram, de forma unânime, que essa é sua língua materna.

Embora a Associação Watchimaücü não seja formalmente reconhecida como instituição de ensino pelo Conselho Municipal ou Estadual de Educação, ela exerce um papel fundamental como espaço de complementação pedagógica em contraturno escolar para as crianças e jovens do território onde está situada. Entende-se que a associação funciona como um ambiente de aprendizagem interdisciplinar, em que os alunos expressam oralmente os saberes comunitários e culturais, que depois são articulados com os conhecimentos escolares no processo de formação integral. Assim, ao ingressarem na escola regular, essas crianças já possuem domínio da sua língua materna, a língua tikuna.

**Figura 33- T4:** Qual língua é mais comumente aprendida como primeira língua?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

A partir dessas respostas, podemos afirmar que as crianças nascidas no contexto urbano, ao chegarem ao CMEI, já trazem consigo o conhecimento da sua primeira língua. Isso demonstra uma autonomia significativa por parte dessas crianças no processo de aprendizagem, impulsionada por uma consciência linguística precoce. Essa consciência favorece o desenvolvimento de habilidades cognitivas importantes, como a criatividade, a capacidade de

análise, a interpretação e a crítica diante dos saberes e dos contextos socioculturais que frequentam.

Dando continuidade à pesquisa, partimos para a sétima pergunta: Qual língua é mais comumente aprendida como segunda língua? Esse questionamento é particularmente revelador. Tendo em vista que todos os informantes afirmaram dominar a língua tikuna como língua materna, a língua portuguesa é naturalmente aprendida como segunda língua, em função das necessidades de comunicação no espaço urbano e no sistema educacional.

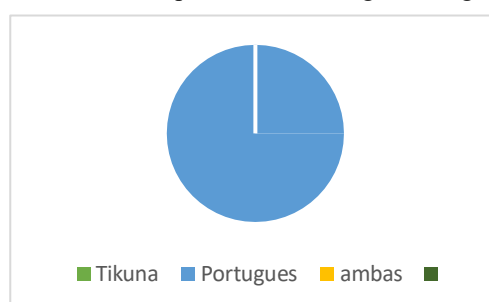
Esse cenário nos leva a compreender que os informantes pertencem a uma comunidade bilíngue, uma vez que utilizam ambas as línguas em seus cotidianos. Observou-se, ainda, que esse grupo fala exclusivamente a língua tikuna no convívio familiar e comunitário, enquanto seus pais – por manterem relações mais amplas com pessoas de diferentes etnias e contextos – exercem maior contato com outras línguas no ambiente urbano.

Nesse caso, cabe ao CMEI e futuras escolas assumirem um papel decisivo na garantia do direito à aprendizagem em ambas as línguas, como previsto pela Constituição Federal e pelas diretrizes da Educação Escolar Indígena. A atuação da escola é essencial para formar cidadãos autônomos, conscientes de sua identidade e aptos a transitar entre diferentes realidades sociolinguísticas.

A etnia Tikuna tem demonstrado habilidade em utilizar ambas as línguas independentemente do território. O contato com outras culturas, motivado pela mobilidade em busca de educação formal, participação em encontros políticos ou culturais, ou ainda pela migração para cidades maiores, como Manaus, contribui para a ampliação do vocabulário e para a reconfiguração de práticas discursivas.

Esse deslocamento constante implica transformações nos modos de expressão. À medida que permanecem mais tempo fora de seus territórios de origem, os falantes incorporam novas palavras e referências linguísticas, enriquecendo seus repertórios e influenciando a forma como se comunicam com outros membros de sua comunidade.

**Figura 34 - T4:** Qual língua é mais comumente aprendida como segunda língua?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

Partindo destes resultados, a pesquisa prosseguiu com os informantes do grupo T4 e avançou para a oitava pergunta, que foi: Você concorda que deveria haver mais horas para o estudo da sua língua na escola (CMEI) em que você estuda? Os investigados responderam de forma unânime: Sim.

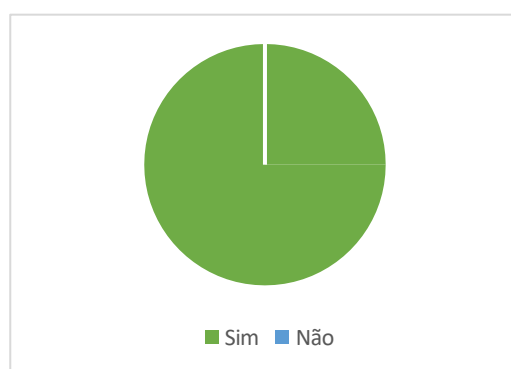
Os resultados demonstram consenso entre os participantes: todos acreditam que, ao ampliar a carga horária dedicada ao estudo da língua materna, será possível obter um domínio mais amplo dela, promovendo não apenas o domínio linguístico, mas também a valorização cultural. Como afirma Mey: “O contexto que torna a língua possível é também o contexto que permite ao indivíduo ser ele mesmo, e usar sua língua de acordo com seus desejos pessoais.” (1998, p. 77).

Esses informantes demonstram competência nas duas línguas, tikuna e português, e se posicionam de forma consciente quanto à importância da manutenção da língua originária em ambientes educacionais. Nesse sentido, Mello (1999) destaca:

A língua parece ser uma entidade “classista” uma vez que permite a distinção entre indivíduos ou grupos sociais. É comum classificarmos nossos interlocutores em função de alguns traços linguísticos que podem denunciar suas origens social, regional, cultural etc. Todavia não é a língua responsável pela estratificação da sociedade; ela apenas funciona como um prisma a refletir e a refratar a estrutura de diferentes sociedades e as atitudes de seus membros (Mello, 1999, p.29).

Com base nos resultados, percebemos que esses falantes conseguem transitar por diferentes espaços sociolinguísticos com desenvoltura, independentemente de estarem ou não no território tradicional.

**Figura 35 - T4:** Você concorda que deveria haver mais horas para o estudo da sua língua na escola que você estuda?



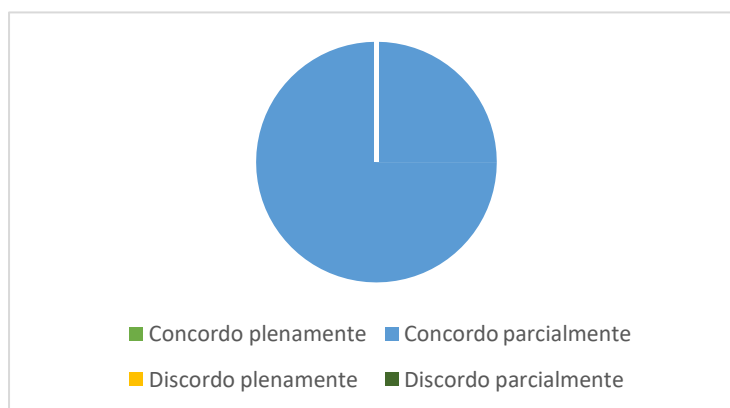
Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

Diante da questão anterior, partimos para a nona pergunta: As famílias deveriam receber incentivo financeiro para ensinar a língua dentro de casa?

Nesta questão, os informantes reforçaram a importância da transmissão da língua desde a infância no ambiente familiar, destacando o papel complementar do CMEI, da escola e do poder público na promoção da língua por meio de políticas educacionais. O incentivo financeiro, ainda que simbólico, foi visto como um estímulo à continuidade dessa prática.

Diante destas contribuições sobre a importância da língua materna, seguiremos com a demonstração das respostas na figura (39):

**Figura 36 - T4:** As famílias deveriam receber incentivo financeiro para ensinar a língua dentro de casa?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

A pesquisa então avançou para a décima pergunta: “Quais ações a prefeitura municipal deveria apoiar para valorizar a língua?” (Liste as duas mais importantes na sua opinião).

Esse questionamento é essencial, pois reforça que os alunos, ao ingressarem na escola (CMEI), já dominam a modalidade oral de sua língua. Assim, a escola deve atuar no enriquecimento desse repertório, conforme observa Mattos e Silva (2004):

Qualquer indivíduo normal que entre na escola para ser alfabetizado em sua língua materna já é senhor de sua língua, na modalidade oral própria a sua comunidade de fala. Admitindo esse princípio, qualquer trabalho de ensino da língua materna se constitui em um processo de enriquecimento do potencial linguístico do falante nativo, não se perdendo de vista a multiplicidade de comunidades de fala que compõe o universo de qualquer língua natural, multiplicidade que variará, a depender das características de cada uma, enquanto língua histórica, isto é, língua inserida tanto sincrônica quanto diacronicamente no contexto histórico em que se constitui e em que se constituiu. (Mattos e Silva, 2004, p. 27).

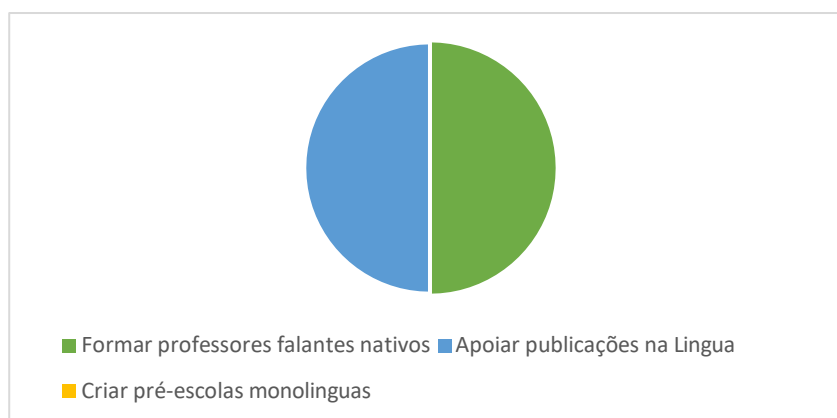
A questão em análise é fundamental para que tenhamos uma ideia sobre essa comunidade de fala que está alocada no espaço urbano que é na Associação Wotchimaüçü, no bairro cidade de Deus, na cidade de Manaus. Assim, quanto mais políticas públicas vinda das

autoridades em nível local, as contribuições para a manutenção e divulgação da língua. Quanto a estas competências, podemos confirmar em: Brasil (2002):

A formação de professores indígenas em cenários interculturais leva-nos a refletir sobre o enfoque dos currículos atuais, tendo como centro o desenvolvimento das competências profissionais dos professores. São tais competências, quando referidas a contextos indígenas específicos e diferenciados, compatíveis com as que vem sendo formuladas para os professores de modo geral no mundo e no país? (Brasil, 2002, p. 28).

A análise dos resultados deste grupo revela que há uma consciência sociolinguística apurada entre os falantes, bem como um entendimento claro de que as práticas culturais são essenciais para a manutenção e revitalização da língua.

**Figura 37 - T4:** Quais ações a prefeitura municipal deveria apoiar para valorizar a língua?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

Partindo dos resultados deste grupo de informantes, o que percebido, no decorrer do presente trabalho, é que muitos falantes têm, além da consciência sociolinguística, uma ideia sobre a sua própria maneira de falar e a enquadram como boa, ou ruim a partir de critérios criados pelos próprios falantes, e aqui nesta seção, percebemos que os informantes perceberam que as práticas culturais são fundamentais para a manutenção da língua tikuna.

Em continuidade ao questionamento da pesquisa, seguimos para o último grupo de informantes que é o grupo, tipo cinco, intitulado de idoso que são informantes com sessenta anos, ou mais. Este grupo é de extrema importância, tendo em vista as experiências deles, além das lutas e batalhas que a etnia resistiu ao tempo. A representatividade deste grupo, não é só a memória individual, que está ancorada a memória dos grupos que determinam aquilo que será memorável diante das lutas no coletivo.

Enfim, o grupo em questão, ao ser questionado pelo pesquisador, apresenta inúmeras histórias, porém o sujeito não reconstrói o seu passado sozinho, já que suas recordações estão necessariamente relacionadas às recordações do grupo, e sendo assim, são coletivas. Partindo destas contribuições, fizemos a seguinte pergunta aos informantes que foi: Quantas línguas são faladas na Associação Wotchimaücü? Essa questão em análise é fundamental para que tenhamos uma ideia sobre essa comunidade de fala que está alocada no espaço urbano que é a Associação Wotchimaücü, no bairro cidade de Deus, na cidade de Manaus.

A análise dos resultados deste grupo revela que há uma consciência sociolinguística apurada entre os falantes, bem como um entendimento claro de que as práticas culturais são essenciais para a manutenção e revitalização da língua.

Com isso, a pesquisa prosseguiu para o último grupo, denominado Tipo 5 – Idoso, composto por participantes com 60 anos ou mais. A importância deste grupo é imensurável, pois representa a memória coletiva, as experiências vividas e a resistência histórica da etnia Tikuna. Como destaca a perspectiva sociológica da memória, “o sujeito não reconstrói o seu passado sozinho, já que suas recordações estão necessariamente relacionadas às recordações do grupo”.

#### **4.2.2.5 Tipo 5 – Idosos**

O último grupo de entrevistados é composto por participantes com 60 anos ou mais, os quais foram denominados nesta pesquisa como Tipo 5 – Idosos. A escolha desse grupo se fundamenta na compreensão de que ele representa a memória viva da comunidade Tikuna, especialmente no contexto urbano em que estão inseridos. Esses sujeitos carregam em sua trajetória de vida as experiências históricas da migração, do contato com outros povos e da resistência linguística e cultural.

Para esse grupo, foram realizadas perguntas que buscavam compreender como se dá o uso da língua tikuna no cotidiano, a relação com a língua portuguesa, as memórias sobre o processo de transmissão da língua materna e as ações que consideram importantes para a sua manutenção.

Dando início à investigação com este grupo, a primeira pergunta foi: Quantas línguas são faladas na Associação Wotchimaücü?

O resultado aponta para a coexistência efetiva das duas línguas no espaço da associação, revelando que, mesmo diante das transformações impostas pelo contexto urbano, a língua tikuna continua presente, em articulação com a língua portuguesa. Essa convivência não

é marcada por exclusão, mas por complementaridade e funcionalidade, dependendo do contexto e dos interlocutores.

O saber acumulado pelos idosos é um elemento essencial na transmissão intergeracional da língua. A experiência do contato com diferentes territórios e o papel assumido na educação das crianças e jovens são aspectos que conferem às falas desse grupo um valor sociolinguístico fundamental. A prática constante da língua tikuna entre os mais velhos reforça sua centralidade na vida comunitária e sua importância como marcador identitário.

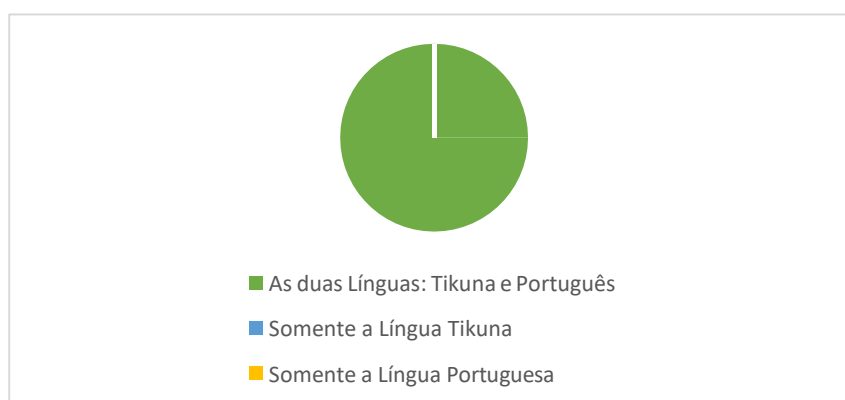
Ao longo das entrevistas, observou-se que os participantes desse grupo compreendem a língua não apenas como um instrumento de comunicação, mas como expressão da história, da cultura e da espiritualidade do povo Tikuna. Eles enfatizaram a importância das práticas culturais e religiosas, como festas tradicionais, contos, rezas e cantos, como espaços de fortalecimento da língua.

Com base nesses elementos, a inclusão do grupo Tipo 5 nesta pesquisa não apenas amplia a representação da comunidade Tikuna em Manaus, mas também oferece subsídios importantes para a compreensão dos processos de manutenção e vitalidade linguística em contextos urbanos.

A continuidade do uso da língua tikuna entre os idosos, associada à sua transmissão oral e ativa para as novas gerações, é indicativo da resiliência desse grupo frente às pressões homogeneizadoras da urbanidade e aponta para a necessidade de reconhecimento institucional de suas práticas e saberes como parte integrante do patrimônio linguístico e cultural brasileiro.

Essa pergunta foi crucial para reafirmar a coexistência das duas línguas no cotidiano da associação, localizada no bairro Cidade de Deus, em Manaus, e evidencia a convivência entre o tradicional e o urbano como dinâmica de resistência e revitalização cultural.

**Figura 38- T5:** Quantas línguas são faladas na Associação Watchimaücti?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

A resposta unânime dos participantes reforça a presença efetiva do bilinguismo funcional no cotidiano da Associação Wotchimaüçü. Para o grupo idoso, o uso simultâneo das línguas tikuna e portuguesa não representa conflito, mas sim uma complementaridade discursiva e cultural. Isso demonstra que, mesmo com o passar do tempo e a vivência no território urbano, esses sujeitos preservam sua língua materna sem renunciar às práticas comunicativas mediadas pela língua nacional.

Esse dado também aponta para uma configuração sociolinguística consolidada, onde a coexistência das duas línguas se dá de maneira orgânica, especialmente em contextos de organização social, celebrações e espaços coletivos de fala como a associação. A convivência das línguas, nesse caso, expressa resistência identitária, mas também mediação intercultural, o que é coerente com a perspectiva de língua como prática social, conforme os fundamentos da Sociolinguística interacional.

Os resultados apresentados pelos informantes do grupo de idosos revelam que suas memórias carregam não apenas recordações individuais, mas também as marcas de lutas coletivas e os relatos de parentes que construíram a história da comunidade em diferentes épocas. Essas memórias refletem o pertencimento a um coletivo, conforme discute Halbwachs (2006):

Se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (Halbwachs, 2006, p. 55).

Os entrevistados destacaram a importância do uso da língua tikuna no seu espaço de fala, reforçando a consciência linguística como habilidade de refletir e explicitar o conhecimento sobre sua própria língua (Duarte, 2008). Esse posicionamento revela uma atitude responsiva e enunciativa, baseada na singularidade do sujeito em seu território de fala: o bairro Cidade de Deus, onde está localizada a Associação Wotchimaüçü.

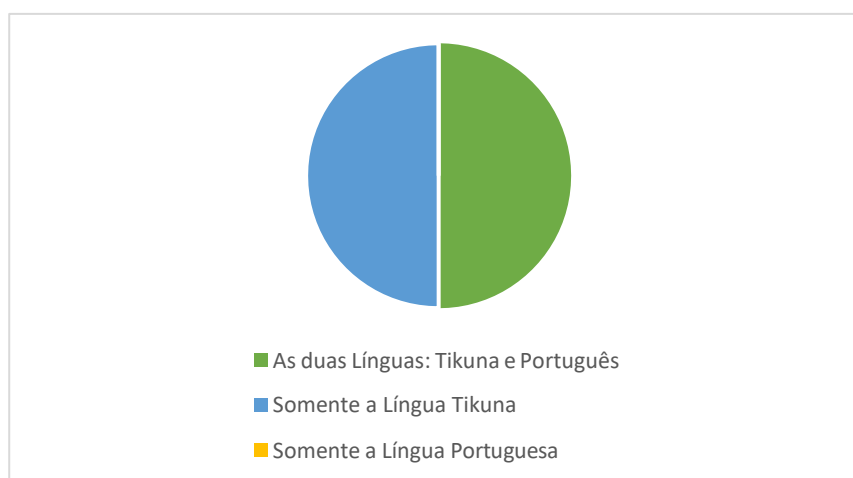
Partido destas contribuições seguimos para outra pergunta aos colaboradores: Na sua percepção, o uso da língua tikuna deve ser falado só na Associação Wotchimaüçü, ou poderemos usar as duas línguas?

O resultado desta pergunta revela uma resposta dupla e complementar por parte dos informantes: todos reconhecem a importância de preservar e priorizar a língua tikuna, mas também compreendem que a convivência com a língua portuguesa é inevitável e, em certa medida, desejável em espaços urbanos. A opção simultânea por ambas as respostas indica não uma contradição, mas uma consciência ampliada do bilinguismo funcional, em que a língua materna é símbolo de identidade e resistência, enquanto a segunda língua opera como instrumento de interlocução social mais ampla.

Esse posicionamento confirma a visão defendida por Ramos (2021), ao afirmar que o uso cotidiano da língua portuguesa nas comunidades indígenas não deve excluir os esforços de valorização e fortalecimento das línguas originárias, nesse caso, a tikuna. Além disso, a coexistência das duas línguas como desejo coletivo mostra que os idosos reconhecem que a vitalidade da língua não depende do isolamento, mas da sua presença em diferentes espaços sociais.

Por fim, a adesão total a ambas as opções reforça a ideia de que os falantes mais velhos veem na pluralidade linguística um caminho para a afirmação da etnia, tanto no interior das comunidades quanto na sua articulação com o entorno urbano.

**Figura 39 - T5:** Na sua percepção o uso da língua tikuna deve ser falado só na Associação Wotchimaücü, ou poderemos usar as duas línguas?

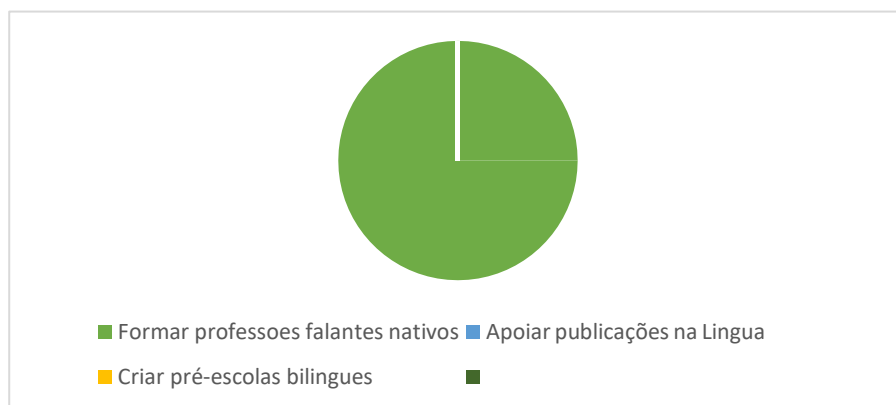


Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

Os resultados apresentados nesta questão demonstram, de forma clara, que 50% dos informantes utilizam duas línguas: a língua tikuna e a língua portuguesa, enquanto outros 50%, responde que somente a língua tikuna. Entendemos que mesmo utilizando a língua portuguesa, os informantes não deixam de valorizar sua língua materna, mas sim ampliam a comunicação com aqueles que não pertencem à sua etnia, especialmente nos diversos espaços urbanos.

Partindo dessas reflexões, passamos a pergunta: O que poderia ser ampliado na Associação Watchimaïcũ para que se torne um espaço para discutir e divulgar ainda mais a língua tikuna na cidade de Manaus?”

**Figura 40 - T5:** O que poderia ampliar na Associação Watchimaïcũ para ser um espaço para discutir e divulgar muito mais a língua tikuna na cidade de Manaus?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

Nesta questão, os informantes afirmaram que a Associação Watchimaïcũ é um espaço de resistência e enfrentamento. Ressaltaram, ainda, que a discussão sobre a língua materna continua sendo uma questão que exige insistência e persistência.

Partindo dessa perspectiva, cabe mencionar o artigo 65 da LDB, que afirma: a educação escolar indígena, para ser realmente específica, diferenciada e adequada às peculiaridades culturais das comunidades indígenas, necessita que os profissionais que atuam nas escolas pertençam às sociedades envolvidas no processo escolar.

Assim sendo, a presença de professores falantes da língua materna é de extrema importância, não apenas para discutir e transmitir os diversos conhecimentos tradicionais, mas também para valorizar a cultura da etnia, não só na escola ou no território de origem, mas também nos espaços urbanos, onde esses sujeitos buscam um espaço para reivindicar seus direitos e lutar por mais políticas públicas para sua etnia.

Contudo, a escola também é um espaço para discussão, questionamentos e aperfeiçoamento da leitura em seus diversos aspectos. Assim, podemos confirmar com o seguinte referencial sobre a formação de professores indígenas:

As escolas indígenas, nas quais os professores atuam como importantes protagonistas, revestem-se, como projeto social, de uma dimensão coletiva. Devem ser subordinadas a uma reflexão constante por parte de professores e da comunidade envolvida, bem como da equipe de assessoria e dos atores institucionais de várias origens, sobre o papel e os objetivos dessa nova instituição. Mas, é sobretudo sobre os professores que recaem as principais responsabilidades relacionadas à escola (Brasil, 2022, p.21).

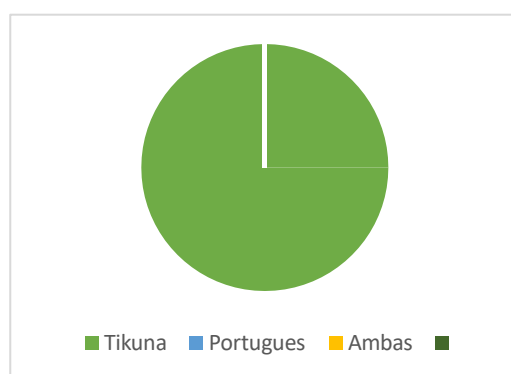
Nesta questão, os informantes afirmaram que a Associação Wotchimaücü é um espaço de resistência e protagonismo comunitário, sendo essencial para a preservação da língua e da cultura Tikuna. A formação de professores falantes nativos foi vista como o principal caminho para fortalecer o ensino da língua materna, especialmente considerando o papel da escola na valorização dos saberes tradicionais.

Essa escolha também dialoga com o que estabelece o artigo 65 da LDB, ao indicar que a educação escolar indígena deve ser específica, diferenciada e conduzida por membros das próprias comunidades. Conforme destaca o documento oficial.

A formação de professores nativos na língua tikuna ainda é um desafio. Embora reconheçamos avanços, é necessário progredir muito mais. À medida que tivermos professores nativos conhecedores da língua tikuna, esses profissionais poderão trabalhar de forma interdisciplinar, bilíngue e com foco na valorização da própria cultura da etnia Tikuna.

Em continuidade à pesquisa, partimos para a pergunta: “Qual língua é mais comumente aprendida como primeira língua?”

**Figura 41 - T5:** Qual língua é mais comumente aprendida como primeira língua?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

A unanimidade nas respostas evidencia que, entre os informantes idosos, a língua tikuna foi a primeira língua adquirida e permanece como principal marcador identitário. Mesmo no contexto urbano de Manaus, esses falantes mantêm a língua materna como centro de suas práticas comunicativas e afetivas.

A forte presença da língua tikuna como primeira língua reforça a importância de espaços comunitários como a Associação Wotchimaücü no apoio à manutenção e transmissão da língua às novas gerações, especialmente em um contexto de contato com o português e de riscos crescentes de perda linguística.

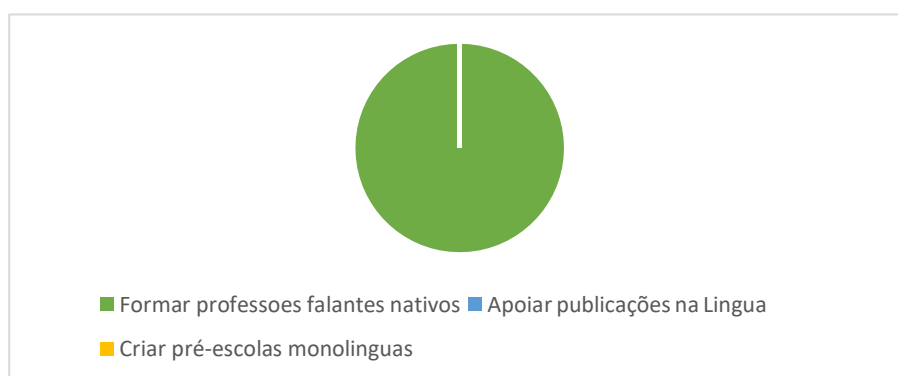
Nesse grupo de informantes, percebe-se que há uma preocupação com o uso da fala da etnia, que é a língua tikuna. Independentemente da cultura e das práticas culturais que são ensinadas na comunidade, o que não pode deixar de ser trabalhado é a língua tikuna.

A escola diferenciada da comunidade funciona desde meados de 2002, por meio de um projeto de revitalização de línguas indígenas, coordenado pela Profa. Dra. Dulce do Carmo Franceschini, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Na ocasião foram escolhidos dois indígenas Tikuna da comunidade para serem professores nessa escola; sua atuação envolve ensinar os costumes, as tradições, a oralidade e a escrita da língua tikuna para as novas gerações de indígenas que nasceram na cidade (Araújo; Weigel; Rubim, 2021, p. 197).

Atualmente, no ano de 2025, esse processo de aplicabilidade do projeto não mantém o formato de quando foi iniciado. A luta continua sendo insistente, através dos líderes da associação, para que a língua tikuna seja trabalhada com professores nativos, considerando que o ideal dessa prática escolar é a valorização cultural dos povos originários.

Dando continuidade à pesquisa, partimos para a sexta pergunta: Quais ações a prefeitura municipal deveria apoiar para valorizar a língua? (Liste as duas mais importantes na sua opinião).

**Figura 42 - T5:** Quais ações a prefeitura municipal deveria apoiar para valorizar a língua?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

Diante dos resultados recolhidos pelos informantes, foi possível compreender que a principal preocupação do grupo investigado ainda é a preservação da língua materna. Entende-se que, se a língua nativa for trabalhada por professores da própria etnia Tikuna, os resultados serão mais construtivos. Considerando que os frequentadores da associação costumam falar as duas línguas, podemos caracterizá-los como bilíngues. Entretanto, para classificá-los formalmente como falantes bilíngues, é necessário observar as seguintes considerações:

O bilinguismo é um fenômeno extremamente complexo e polêmico e classificar um indivíduo como bilíngue depende, em grande parte, da dimensão a partir da qual se

trata a questão. Na primeira subseção, abordaremos as variadas classificações adotadas na literatura, relacionando-as aos diversos critérios utilizados para definir que indivíduo pode ser considerado bilíngue (Bretano, 2011, p. 19).

A atuação interdisciplinar de um professor nativo é diferenciada, pois ele busca conhecimentos diversos que vão desde as tradições da língua até a sua aplicabilidade prática. Dessa forma, é fundamental a criação de projetos que contemplem informações sobre objetivos, tradições, público-alvo e tempo de execução com o grupo escolhido.

Compreendemos que as discussões com o poder público municipal sempre estiveram em andamento e continuam sendo articuladas, uma vez que os representantes da associação seguem lutando pelo uso e valorização da língua tikuna. A atuação de professores nativos poderá garantir resultados mais efetivos.

No decorrer da investigação, percebeu-se que o grupo de informantes manifesta uma preocupação em relação à possível perda da língua, ou seja, teme que ela caia no esquecimento das futuras gerações. Entende-se que, se a língua tikuna for ensinada diretamente por professores nativos, os dialetos e a interculturalidade serão transmitidos de maneira mais prática, pois fazem parte da vivência desses professores.

Partindo dessa concepção, podemos afirmar que o aprendente entenderá que a língua não é apenas um veículo de expressão e criatividade, mas, sobretudo, um instrumento de comunicação que deve atravessar inúmeras gerações. Além disso, poderá ser um instrumento social de interação entre família, escola e sociedade, bem como poderá formar indivíduos com habilidades e capacidades para o exercício da cidadania plena, através da valorização de sua língua materna, que é a língua tikuna.

A unanimidade nas respostas demonstra clara valorização da família como espaço legítimo de ensino e manutenção da língua tikuna. O incentivo financeiro é visto pelos informantes como uma ferramenta de apoio à resistência cultural e linguística, reconhecendo o papel central que as práticas familiares desempenham na transmissão da língua materna.

Essa posição encontra respaldo teórico na concepção de língua como um código social compartilhado, tal como descrito por Travaglia (2001), quando afirma que: “Como o uso do código que é a língua é um ato social, envolvendo consequentemente pelo menos duas pessoas, é necessário que o código seja utilizado de maneira semelhante, preestabelecida, convencionada para que a comunicação se efetive.” (p. 22).

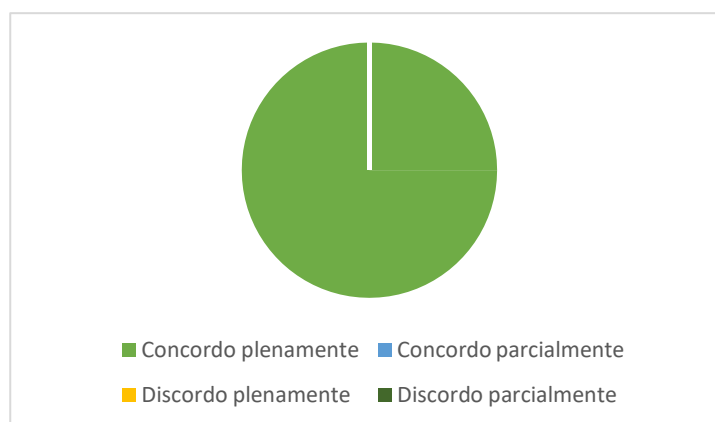
Essa perspectiva reforça que o ensino doméstico da língua é não apenas legítimo, mas essencial para a continuidade intergeracional da língua, especialmente em contextos urbanos

onde há maior risco de deslocamento linguístico. O apoio estatal a essa prática, inclusive com incentivo financeiro é, portanto, compreendido pelos próprios falantes como parte das ações de política linguística voltadas à preservação dos saberes originários.

Diante das contribuições dos informantes e do autor em questão, a língua tikuna continua em evidência. Entretanto, embora o trabalho esteja sendo realizado conforme os resultados da pesquisa, é necessário avançar ainda mais, envolvendo diversos atores da sociedade: membros da etnia, comunidade de povos originários de maneira ampla e, especialmente, insistir na cobrança de políticas públicas junto ao poder público.

Partindo dessas contribuições, seguimos para a oitava pergunta: As famílias deveriam receber incentivo financeiro para ensinar a língua tikuna dentro de casa?

**Figura 43 – T 5:** As famílias deveriam receber incentivo financeiro para ensinar a língua tikuna dentro de casa?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

Os resultados desta questão constituem um alerta para a necessidade de criação de mais políticas públicas voltadas aos povos originários, não apenas nas comunidades indígenas urbanas da cidade de Manaus, mas também em diversos municípios do estado do Amazonas e, ainda, em outras comunidades indígenas urbanas do país.

Nesse sentido, a proposta é buscar ampliar o número de falantes da língua tikuna, considerando que, à medida que as famílias transmitem esses saberes, não apenas no âmbito da associação ou em escolas bilíngues, a educação indígena se fortalece, pautada em uma construção cotidiana, representativa e permeada por conhecimentos tradicionais, cuja transmissão constitui um fator de comprometimento coletivo. Dessa forma, destacamos as seguintes contribuições:

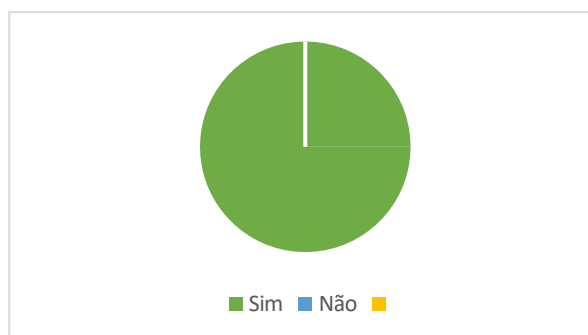
Os contatos linguísticos surgem como resultado natural de um movimento de imigração ou de migrações internas, que, via de regra, implica uma transposição de

um contexto sociocultural e político a outro e, consequentemente, uma mudança de status social e político (Mello, 2011, p. 290).

Os membros mais experientes das famílias dos povos originários da etnia Tikuna: avós, pais, professores, caciques, bem como diversos parentes com maior vivência, detêm não apenas práticas culturais, mas também um domínio significativo da fala da língua tikuna. Caso esses povos fossem incentivados pelo poder público municipal a desenvolverem ações voltadas para o ensino da língua entre os mais jovens, seria possível ampliar ainda mais o número de falantes da língua tikuna.

A partir dessas inquietações, prosseguimos com a pesquisa, apresentando a nona pergunta: Existem falantes de referência na Associação Watchimaücü que podem representá-los com a língua materna fora da comunidade?

**Figura 44 – T 5:** Existem falantes de referência na Associação Watchimaücü que podem representá-los com a língua materna fora da comunidade?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

Os resultados indicam que além de cacique e professores, vários outros membros dominam não apenas a fala, mas também a escrita da língua tikuna, podendo representar a etnia tradicionalmente não só dentro, mas também fora da comunidade. Essa ampla representatividade linguística evidencia que o povo Tikuna está presente em diversos segmentos da sociedade. Contudo, ainda há espaços a serem conquistados, e é por meio das lutas cotidianas que esses lugares poderão ser ocupados.

Trazer as vozes dos membros da Associação Watchimaücü é fundamental para a própria etnia no contexto urbano. Um exemplo dessa representatividade é o Parque das Tribos, localizado em outro espaço urbano na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas. Esse território urbano ganhou destaque recentemente, especialmente no dia 19 de abril, quando

diversas etnias comemoraram suas ações, conforme reportagem publicada por Rocha (2025), no portal G1<sup>8</sup>:

Em meio ao contexto urbano de Manaus, o Parque das Tribos resiste como um símbolo de preservação cultural. Localizada na Zona Oeste, a comunidade reúne cerca de 35 etnias que enfrentam os desafios de manter vivas as tradições indígenas. Mesmo em meio à agitação da cidade, costumes, ritos e idiomas são passados de geração em geração como forma de valorização da própria identidade. Fundado em abril de 2014, o Parque das Tribos começou como uma ocupação organizada por diferentes indígenas, que hoje abriga 5 mil pessoas de 860 famílias, provenientes de diversas etnias da Amazônia e de outros estados do Brasil, como Roraima, Pará e Acre. Ao G1, um dos líderes do local, o cacique Ismael Munduruku, explicou que a comunidade não foi criada por uma única pessoa, mas sim por várias lideranças que se mobilizaram para ocupar a área de 37 hectares. (Rocha, 2025).

Ao observarmos essas inquietações dos povos originários, percebemos que os associados da Associação Wotchimaücü não estão sozinhos; ao contrário, integram uma luta coletiva por seus direitos e por mais políticas públicas destinadas à nação dos povos originários. Como exemplo, destacamos a fala de um dos líderes do Parque das Tribos, publicada no portal G1:

Nós temos outras comunidades indígenas dentro de Manaus, no entorno também, mas nós queríamos uma maior, uma que pudesse realmente se tornar um bairro, se tornar uma referência, onde a gente pudesse construir projetos, constituir família, criar raízes", enfatizou Ismael Munduruku. (Rocha, 2025).

Na continuidade da reportagem, observamos outro exemplo das lutas dos povos originários no espaço urbano. Destaca-se, ainda, que a etnia Tikuna não está presente apenas na Associação Wotchimaücü, mas também em outros espaços urbanos, conforme evidenciado:

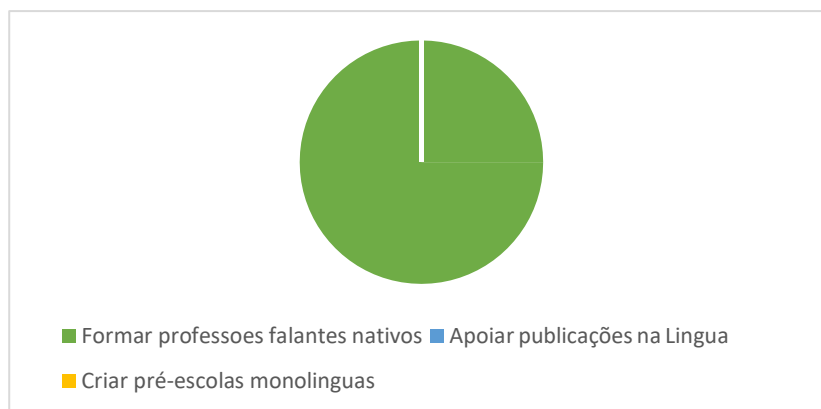
A diversidade étnica é uma das principais características do Parque das Tribos. Entre as etnias que vivem na comunidade há os Munduruku, Sateré-Mawé, Tikuna, Tucano, Baniwa, Tarianos, Dessanos, Curripaco, Wanano, Mura, Cambeba e Marubo. Para os moradores, a preservação da cultura é um modo de vida. "Nós praticamos a nossa cultura aqui da mesma forma que fazíamos no interior, de onde viemos", disse o cacique Ismael Munduruku. Uma das bases dessa preservação é o ensino dos dialetos nativos. Cada povo mantém o idioma dos ancestrais, que são repassados para as novas gerações. Eliza Sateré, também liderança local, explica que esses ensinamentos acontecem no cotidiano familiar (Rocha, 2025).

---

<sup>8</sup> **Rocha**, Sabrina. Como é a vida no 'Parque das Tribos', maior conglomerado indígena não aldeado do Brasil. G1, Manaus, 29 set. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2025/04/19/como-e-a-vida-no-parque-das-tribos-maior-conglomerado-indigena-nao-aldeado-do-brasil.ghml>. Acesso em: 19 abr. 2025.

Diante dessas diversas contribuições, apresentamos a décima pergunta: Quais ações a prefeitura municipal deveria apoiar para valorizar a Língua? (Liste as duas mais importantes na sua opinião).

**Figura 45 – T 5:** Quais ações a prefeitura municipal deveria apoiar para valorizar a língua?



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2025)

A presente questão chama a atenção para a importância da formação de professores nativos, visto que o educador pertencente à própria comunidade de fala dará continuidade aos saberes populares, alinhando-se à proposta interdisciplinar dos povos tradicionais. No entanto, no contexto da educação escolar indígena, há um consenso sobre a necessidade de que o ensino seja trabalhado de forma diversificada, levando em conta as especificidades da localidade da comunidade indígena, sobretudo quando esta estiver fora de seu local de origem.

A preocupação em trabalhar a língua, a fala, os costumes e as tradições de uma etnia visa possibilitar que os indígenas sejam protagonistas de suas próprias histórias, sendo esse aspecto fundamental para uma educação intercultural. Os documentos oficiais do Ministério da Educação utilizam o termo "educação indígena" para definir uma modalidade de ensino que possui abrangência em todas as normativas legais, como as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Indígena (1993) e o Plano Nacional de Educação, que estabelece metas específicas para a educação indígena (Lei nº 13.005/2014).

Dessa forma, o grupo de informantes luta constantemente pela preservação da língua e da fala, seja na Associação Wotchimaücü, seja em escolas específicas, para que as futuras gerações possam dar continuidade a esse legado. Assim, as escolas indígenas devem ser específicas e diferenciadas; suas características, em cada comunidade, só poderão surgir a partir do diálogo, do envolvimento e do compromisso dos respectivos grupos indígenas, como agentes e coautores de todo o processo de mudança voltado ao ensino da língua tikuna.

## **5 A LÍNGUA TIKUNA EM MANAUS: ANÁLISE DA VITALIDADE, TRANSMISSÃO E REVITALIZAÇÃO**

A análise da vitalidade, transmissão e revitalização da língua tikuna baseia-se, sobretudo, na interpretação das respostas obtidas junto aos participantes da pesquisa. Esse processo possibilita compreender como a língua circula, resiste e se reconfigura em meio às práticas cotidianas, aos deslocamentos territoriais e às demandas de adaptação ao contexto urbano. O levantamento dos perfis sociolinguísticos dos cinco grupos investigados: crianças, jovens, adultos I, adultos II e idosos, permitiu uma compreensão mais aprofundada das práticas linguísticas da comunidade Tikuna residente em Manaus. Os dados revelam que, em todos os grupos, há uma valorização da língua tikuna como língua materna, ainda que se observe variação quanto aos níveis de uso, à proficiência e ao domínio do português como segunda língua.

A resistência linguística e cultural evidencia-se nas práticas cotidianas, nas interações familiares e comunitárias, nas festas tradicionais e, sobretudo, no investimento coletivo na educação escolar indígena como campo de preservação da língua. A associação Wotchimaücü, nesse contexto, assume papel central como espaço de articulação da memória coletiva, da transmissão intergeracional e da luta por políticas públicas voltadas à valorização da língua e da cultura Tikuna. Por fim, o perfil linguístico delineado nesta pesquisa contribui para o reconhecimento da língua tikuna como língua viva, em processo de reconfiguração e resistência no contexto urbano, reafirmando a importância de políticas linguísticas inclusivas e comprometidas com a diversidade.

### **5.1 Análise dos dados empíricos a partir dos questionários IPHAN (2014/2016)**

Este item apresenta a análise dos dados coletados por meio da aplicação dos questionários adaptados do *Guia de Pesquisa e Documentação Linguística* (IPHAN, 2014 e 2016), aplicado junto à Associação Wotchimaücü, localizada no bairro Cidade de Deus, zona leste da cidade de Manaus, Amazonas. A associação é composta por aproximadamente 223 associados, todos pertencentes à etnia Tikuna, reconhecidos como falantes da língua tikuna, ainda que em situações de contato constante com a Língua portuguesa.

De acordo com o Guia de Pesquisa e Documentação, temos:

O Decreto nº 7.387/2010, que instituiu o INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA, criou as condições para a elaboração de uma política específica para as línguas faladas no Brasil. Essa política tem como principal objetivo a valorização e a promoção da diversidade linguística brasileira que, além do português e de suas variedades, compreende atualmente por volta de 250 línguas, somando-se as indígenas, de imigração, crioulas, de sinais etc. (IPHAN, 2014, P.10).

Os questionários foram fundamentais, para a presente pesquisa, pois representam a cultura e a sociedade, nesse caso os mesmos representam o estado da comunidade de fala, que neste caso foram os informantes da Associação Wotchimaücü. Neste posicionamento, podemos afirmar que: A Sociolinguística abrange uma área ampla de estudos, cuja base é a relação entre língua e sociedade, em um diálogo no qual se identifica as estruturas sociais nas quais a língua se manifesta. Em, (Alves; Carvalho; Barbosa, 2024).

Ainda, neste posicionamento entendemos que através da Sociolinguística, toda língua falada apresenta variações decorrentes da heterogeneidade presente nos fenômenos linguísticos, as quais são identificadas e analisadas por meio de pesquisas de campo, em que o pesquisador sociolinguísta faz: registra, descreve e analisa sistematicamente diferentes falares, relacionando essas variações com fatores sociais, numa tentativa de identificar qual fator ou grupo de fatores é o responsável por determinada variação (Etto e Carlos, 2017).

Conforme propõe o *Guia* (IPHAN, 2016), a competência linguística deve considerar não apenas o domínio da língua de referência, mas também a percepção de pertencimento linguístico do sujeito. No caso da comunidade investigada, observou-se unanimidade quanto à autoidentificação da língua tikuna como primeira língua.

A Associação Wotchimaücü está localizada no Bairro cidade de Deus, na Zona Leste de Manaus, no estado do Amazonas, que foi a comunidade investigada, temos um total de 223 associados. Esse grupo é da etnia Tikuna e todo esse grupo são falantes da língua tikuna.

Nesta seção são apresentados resultados ou estimativas da quantidade de falantes da língua de referência e de outras línguas, contando com uma breve caracterização dessas situações de contato entre línguas em nível individual: quantidade de sujeitos monolíngues (falantes de apenas uma língua, sendo essa a língua de referência ou outras), bilíngues (falantes de duas línguas) e plurilíngues (falantes de três ou mais línguas). (IPHAN, 2016, p. 38).

Na Associação Wotchimaücü foi percebido que todos os falantes, tem como primeira língua, a língua tikuna. Entretanto, os grupos investigados usam a língua portuguesa como

segunda língua, considerando que estão no território urbano, e usam a língua portuguesa para se comunicar, com outras pessoas que não fazem parte da Associação.

O uso da língua tikuna como língua materna coexiste com a utilização da língua portuguesa, sobretudo nas interações com indivíduos fora da associação e nas instâncias institucionais urbanas. Essa convivência configura uma realidade bilíngue funcional, reforçando a noção de competência comunicativa múltipla nos contextos de uso. Isso reforça a análise sociolinguística e enunciativa do dado: o bilinguismo presente na associação é, ao mesmo tempo, um resultado da migração para o meio urbano e uma estratégia de resistência identitária. Ele se estrutura não por oposição entre línguas, mas por sua funcionalidade nas diferentes cenas de enunciação: Tikuna como língua de pertencimento e continuidade; Português como língua de mediação social.

Para trabalharmos a aquisição de uma língua buscamos as informações contidas no Guia de pesquisa e documentação para o INDL, quando esse nos direcionou com as seguintes contribuições:

[...] Aquisição é um tema que se desdobra em duas questões. A primeira diz respeito a que línguas são adquiridas como primeira, ou segunda língua na comunidade. Apresente-as hierarquicamente e, se necessário, indique mais de uma língua na mesma posição. A segunda questão diz respeito às formas de aquisição da segunda língua pelos membros da comunidade (IPHAN, 2016, p.40).

A aquisição de uma segunda Língua, ou o uso do bilinguismo, ou até mesmo o multilinguismo parecem ser a regra, mais que a exceção, no mundo pós-moderno. O número crescente de bilíngues e multilíngues está, em grande parte, relacionado às mudanças políticas, econômicas e sociais que tomaram lugar na segunda metade do século XX e estão até os dias de hoje.

E isso vai, desde as novas oportunidades e perspectiva de vida, ou até mesmo em busca de uma nova terra prometida. As novas perspectivas de evolução e o desenvolvimento das tecnologias da informação e a comunicação, a ampliação da mobilidade de populações internacionais, a liberdade do território e a globalização econômica e cultural (Inglis, 1996). Juntos, estes fatores facilitaram o contato étnico e, com ele, o contato e diversidade linguístico-culturais

Quando falamos nas transmissões de uma língua, ou mais línguas que são faladas na vivência, ou no cotidiano das pessoas, estas Línguas são as de domínio comum e coletivo. As pessoas desde criança aprendem a falar. Confirmado em:

As linguagens especializadas referem-se àquelas de domínio restrito ou exclusivo de determinados grupos especializados, como os pajés, os xamãs e os mestres de cerimônias e de cantos sagrados. As linguagens ritualísticas são aquelas próprias de cerimônias sagradas, em geral, não faladas, mas representadas por meio de gestos, eventos, atitudes e exercícios específicos, como são os períodos de jejuns, as danças sagradas, os rituais de transe por meio de substâncias alucinógenas, como o <sup>9</sup>paricá (Luciano, 2017, 300).

Diante destes pressupostos, na Associação Wotchimaücü é o local de fala da língua tikuna e por ser uma comunidade de fala e por se tratar esta comunidade, além de dominar a língua tikuna como uma língua materna, alguns grupos de falantes, usam as duas línguas que são a língua tikuna e a língua portuguesa. Confirmado em:

Uma atitude favorável ou positiva pode fazer com que uma mudança linguística se cumpra mais rapidamente, que em certos contextos predomine o uso de uma língua em detrimento de outra, que o ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira seja mais eficaz, que certas variantes linguísticas se confinem aos contextos menos formais e outras predominem nos estilos cuidados. Uma atitude desfavorável ou negativa pode levar ao abandono e ao esquecimento de uma língua ou impedir a difusão de uma variante ou uma mudança linguística. (Fernández, 1998),

A realização do ensino da Educação Linguística, ou sociolinguística, já mencionado, dar-se-á através dos estudos de todos os aspectos observáveis nos questionários aplicados, tais como: espaço físico, clima, fuso horário, vegetação, aspectos políticos, sociais, ambientais, culturais e da formação da população. Estes fragmentos mencionados são fundamentais para a expressão oral e escrita e serão integrados à observação sobre a variação linguística de cada região do Brasil.

[...] Este momento contém duas entradas distintas de dados: na primeira, são requeridos os números absolutos e o percentual de falantes fluentes, parcerias e não falantes em cinco faixa etárias. A segunda questão é focada na transmissão da língua de referência, para a qual cada inventário indicará o grau correspondente dentre aqueles apresentados, além de uma breve justificativa para a seleção do grão (do quadro de observações). (IPHAN, 2016. p.42).

Ainda sobre a transmissão, quando pensamos na presente tese, buscamos os resultados do *corpus* pesquisado, constatamos que a transmissão da língua tikuna é realizada de uma geração para outra.

---

<sup>9</sup> Paricá é um pó alucinógeno produzido a partir da casca de um cipó ou árvore, encontrados na floresta amazônica, de conhecimento específico dos pajés ou sábios indígena.

A criação de organizações indígenas formais que representem os seus interesses perante a sociedade nacional e global e por meio das quais possam ser construídas alianças para resolverem suas demandas constitui um passo importante na redefinição do lugar dos povos indígenas no Brasil. A consolidação do movimento indígena, a oferta de políticas públicas específicas e a recente e crescente revalorização das culturas indígenas estão possibilitando a recuperação do orgulho étnico e a reafirmação da identidade indígena (Luciano, 2006, p. 29).

Assim, a cultura de transmissão da língua tikuna entre as diversas gerações na Associação Wotchimaücü é fundamental, para que a língua não caia no esquecimento e posteriormente, não caia no esquecimento da própria etnia alocada no território urbano.

Segundo o Guia (IPHAN, 2016), a aquisição linguística se desdobra em duas dimensões: a língua aprendida em primeiro lugar (língua materna) e o processo de aprendizagem das línguas subsequentes. No caso da Associação Wotchimaücü, os dados apontam para a tikuna como a língua primeira, sendo a língua portuguesa adquirida em contextos urbanos, escolares e institucionais, como segunda língua.

Essa situação se alinha às análises de Inglis (1996), ao destacar que as transformações sociopolíticas e os processos migratórios contribuem para o surgimento de comunidades bilíngues e multilíngues. Entre os Tikuna em Manaus, a aquisição do português decorre da necessidade de inserção em uma sociedade majoritariamente lusófona, ainda que sem substituir o valor da língua de origem.

Conforme indicado pelo Guia (IPHAN, 2016), a transmissão intergeracional da língua é um fator crucial para sua vitalidade. Na associação investigada, observou-se que a transmissão da língua tikuna ocorre predominantemente no seio familiar e é reforçada por atividades culturais, rituais e pelo ensino informal promovido nas dependências da própria associação.

Além disso, elementos linguísticos especializados, como os cantos rituais e a linguagem cerimonial, são preservados por figuras como pajés e líderes comunitários, conforme descrito por Luciano (2017). Essa transmissão, carregada de sentido cultural e simbólico, fortalece não apenas a continuidade da língua, mas também as práticas identitárias coletivas.

A presença da língua tikuna nos diversos domínios da vida comunitária (religioso, social, educacional e político) indica uma atitude favorável à sua manutenção. Como aponta Fernández (1998, p. 179), atitudes positivas em relação a uma língua são determinantes para sua preservação, enquanto atitudes negativas podem acelerar seu abandono.

A comunidade Wotchimaücü demonstra um forte compromisso com a valorização de sua língua originária, reconhecendo-a como um eixo de resistência, identidade e mobilização coletiva frente aos desafios do espaço urbano.

No que respeita a analisa as práticas de alfabetização e letramento bilíngue no território urbano da Associação Wotchimaücü, observando como a escrita em língua tikuna é incorporada nas atividades pedagógicas do contraturno escolar e nas ações culturais da comunidade.

Trabalhar a escrita e a leitura na Associação Wotchimaücü é uma prática insistente a cada dia, desde a sua criação nos anos de 2000. É importante validar que, os Tikuna trabalham a educação escolar na Associação, onde há o território dos povos originários da etnia Tikuna, confirmado em:

A educação escolar indígena precisou passar por inúmeras modificações para chegar à situação atual, entre elas, por um processo de ressemantização, que permitiu que o ato de fazer parte de uma vida escolar e, mais recentemente, de uma vida universitária assumisse novos sentidos para os povos originários brasileiros (Morelo, 2014, p. 28).

Desta forma, o trabalho da escrita e da leitura é um trabalho contínuo, independente do território, onde a etnia esteja. E aqui, estamos validando o espaço, urbano onde temos inúmeros inúmeras etnias que estão lutando em busca de ações e de melhores políticas públicas para os diversos parentes que estão em seus diversos territórios. A educação indígena é ancorada em um fazer diário, independente de horário e local previamente estabelecidos, e é pautada nos saberes ancestrais e nas necessidades (Morelo, 2014).

Assim, a leitura e a escrita em tikuna não se configuram apenas como práticas escolares, mas como instrumentos de resistência cultural, marcando a presença da etnia no espaço urbano e fortalecendo a identidade coletiva diante das múltiplas pressões linguísticas e sociais.

## **5.2 Domínios de uso da língua tikuna**

Neste item, investiga-se a frequência e os contextos de uso da língua tikuna em diferentes domínios sociais: familiar, religioso, associativo, escolar e intercomunitário. A análise evidencia como o uso da língua se configura de maneira adaptada, mas resiliente, no contexto urbano.

Quando observamos a fala da língua tikuna na cidade Manaus, entendemos como uma diversidade linguística e cultural, visto que é uma marca facilmente perceptível entre as diversas etnias no estado do Amazonas e entre a própria comunidade dos Tikuna. Entendemos ainda que, quaisquer que sejam as Línguas, entendemos como um instrumento dos mais importantes para o (re)conhecimento de uma cultura e a perseguição e a proibição das línguas indígenas acarretaram prejuízos socioculturais e identitários aos povos indígenas do Brasil,

principalmente porque, como línguas ágrafas, fundamentalmente transmitidas através da ancestralidade, elas são os signos mais marcantes da história de um povo. (Florêncio, 2022).

Assim, a situação em uso das cinco gerações que frequentam na Associação Wotchimaücü, tem conhecimento de sua Língua materna, que é a língua tikuna, mesmo usando a Língua portuguesa como segunda Língua. Estas gerações, que foram os informantes desta pesquisa, estas gerações têm o conhecimento da realidade do espaço urbano, mas a beleza desta cultura no uso das duas Línguas nos espaços urbanos, está no entendimento do uso das Línguas pelos membros da Associação Wotchimaücü.

Os membros da Associação Wotchimaücü usam a língua tikuna com mais frequência nas situações cotidianas na comunidade. O contato com as diversas comunidades nos espaços urbanos com a língua portuguesa, faz com que dominem as duas línguas, não perdendo a sua essência com a sua língua materna. A presença da língua tikuna em múltiplos domínios confirma sua vitalidade na comunidade urbana. Ainda que o português tenha se tornado necessário para interlocuções externas, a tikuna segue como língua de identidade e convivência cotidiana.

A Associação Wotchimaücü, situada em território urbano na zona leste de Manaus, o bilinguismo é uma realidade vivida cotidianamente pelos membros da comunidade Tikuna, que, além de falarem sua língua materna, interagem em português, bem como com outras línguas em situações diversas. O repertório linguístico dos associados, portanto, inclui a língua tikuna, como língua materna e de identidade étnica, o português brasileiro, como língua de contato, institucional e necessária para a mobilidade urbana e, em alguns casos, traços ou conhecimentos elementares de outras línguas indígenas com as quais mantêm contato em eventos interétnicos, feiras culturais e assembleias conjuntas. Como aponta Bortoni-Ricardo (2004), o repertório linguístico é construído de forma dinâmica, sendo sensível às influências do ambiente e às relações sociais que o sujeito estabelece ao longo da vida.

Considera-se ainda que na cidade de Manaus, marcada por uma intensa diversidade étnico-linguística, é um espaço onde circulam dezenas de línguas indígenas e não indígenas, os Tikuna compartilham espaços públicos, escolares, religiosos e políticos com falantes de outras etnias, como os Sateré-Mawé, Tukano, Baniwa, Munduruku, entre outros. Essa convivência multilíngue pode ampliar os repertórios linguísticos dos falantes, passando a dominar expressões e estruturas de outras línguas, mesmo que de forma passiva ou funcional.

Além disso, o contato prolongado com outras etnias no Parque das Tribos e em outros bairros periféricos de Manaus contribui para a construção de redes linguísticas complexas, em

que o pertencimento étnico e a preservação da língua materna convivem com a necessidade de interagir com o mundo urbano e suas demandas plurilíngues.

Como apontam Sturza e Tatsch (2016), a fronteira (geográfica, linguística ou cultural) torna-se um espaço simbólico de trânsito e negociação, onde as línguas não se anulam, mas se articulam. Dessa forma, o contexto urbano torna-se um lugar de construção contínua de repertórios linguísticos, onde a língua tikuna, apesar das pressões externas, resiste, adapta-se e permanece central na identidade dos falantes.

### **5.3 Tikuna: sobre a história de contato**

Este último subcapítulo propõe uma leitura ampliada da presença da etnia Tikuna no espaço urbano, articulando os dados obtidos com os registros de presença em territórios fronteiriços, como a tríplice fronteira do Alto Solimões, e no Parque das Tribos, também em Manaus. Trata-se da articulação entre mobilidade territorial, diversidade linguística e afirmação étnica.

E voltamos a história do povo da etnia Tikuna, originário da realização inicial na presente tese. Para a etnia Tikuna chegar até a cidade de Manaus, foi um grande desafio, tendo em vista que passaram por várias cidades, saindo da cidade de Tabatinga, cidade pertencente à tríplice fronteira do Alto Solimões, onde temos as cidades de Tabatinga e Benjamin Constant no Brasil, Letícia na Bolívia e Santa Rosa do Peru. Ao abordarmos a proposta de fronteira, buscamos as seguintes informações:

A fronteira, foi assim, incorporando significações ao que ela remete hoje à medida que se definiu como um espaço particular a ser estudado. Ela é resultado do processo de ocupação e povoamento, das já citadas disputas sobre os domínios territoriais entre Espanha e Portugal na América, da definição dos limites geopolíticos e, posteriormente, da formação dos estados nacionais. Mas foram esses processos que contribuíram para o desenvolvimento de cidades na fronteira. Desse modo, a perspectiva de olhar a fronteira através das línguas permite-nos compreender a história. A fronteira, portanto, é onde línguas diferentes se relacionam, misturam-se. A linha imaginária se move entre os territórios a partir da dinâmica que as pessoas dão à vida na fronteira; o contato entre as pessoas se intensifica, colocando-as num constante “entre línguas”. A fronteira afirma-se assim como lugar de construção identitária, relacionada às características sociais decorrentes de um modo de habitar a fronteira. Logo, o Pampa se constitui em um lugar de encontro de línguas, costumes, tradições e paisagens (Sturza e Tatsch, 2016, p. 88).

A ideia de fronteira, de imediato buscamos os espaços abertos e os contatos são os mais diversos possíveis. Entretanto, a etnia tikuna manteve contato com outras etnias, com os:

Munduruku, Sateré-Mawé, Tucano, Baniwa, Tarianos, Dessanos, Curripaco, Wanano, Mura, Cambeba e Marubo (Rocha, 2018). E ainda a prova disso é o encontro das diversas etnias que estão juntas, na cidade de Manaus, no estado do Amazonas no parque das tribos, onde até a presente data, (ano de 2015) esta união continua, confirmado em:

Levando em consideração os registros e os relatos dos moradores e das lideranças da comunidade do Parque das Tribos, é importante compreender a ligação que criaram com aquele lugar, já são mais de 35 povos indígenas presentes até o momento, ou seja, uma diversidade de povos, costumes e tradições, porém unidos pelo mesmo sentimento que é tornar o Parque das Tribos um ambiente “LEGAL” para todos os envolvidos. Por isso, desde 2014 existe uma articulação entre as lideranças para que consigam vitória judicial nessa problemática (Lizardo; Lobo; Carvalho, 2021).

Desta forma, o que foi investigado e detectado a partir das falas nos informantes nesta tese, foi de o contato que estas línguas se deram a partir da convivência com estes povos na tríplice fronteira e na cidade de Manaus, onde os mesmos se juntaram para lutarem em prol da legalização do território.

As terras indígenas da etnia Tikuna, tem sofrido perdas irreparáveis, não só no estado do Amazonas, mas também em nível de Brasil, têm sofrido constantes prejuízos ambientais decorrente do desmatamento ilegais, da instalação irregular de madeireiros e agropecuaristas, os lagos e igarapés invadidos por pescadores, bem como outras situações.

As relações linguísticas estabelecidas ao longo das trajetórias migratórias dos Tikuna e seus encontros com outras etnias urbanas, como evidenciado no Parque das Tribos, reafirmam a língua como elemento estruturador de identidade e de articulação política nos territórios de resistência indígena.

#### **5.4 Tikuna em Manaus: perspectivas sobre a vitalidade linguística**

Com base nas *análises dos dados obtidos por meio dos questionários adaptados do Guia IPHAN (2014 e 2016)*, observa-se que a vitalidade da língua tikuna, no contexto urbano da cidade de Manaus, apresenta traços de continuidade significativa, mas também evidencia tensões próprias de comunidades indígenas deslocadas de seus territórios tradicionais. Os resultados revelam que a língua tikuna é não apenas compreendida e falada por todas as faixas etárias da comunidade da Associação Wotchimaücü, como também é mobilizada em práticas sociais e culturais que contribuem para sua preservação simbólica e funcional.

### 5.4.1 Grupos geracionais: transmissão da língua tikuna

A análise dos cinco grupos etários/geracionais investigados – crianças, jovens, adultos I, adultos II e idosos – permite afirmar que a língua tikuna permanece como língua materna para a maioria dos falantes, sendo a primeira língua adquirida e utilizada preferencialmente nos contextos familiares e comunitários. O grupo de idosos (Tipo 5), apesar de bilingue, é considerado como o principal guardião da língua em sua forma mais tradicional, sendo responsável pela transmissão oral, pelas práticas cerimoniais e pela mediação cultural. Já entre os jovens e adultos jovens, nota-se uma convivência funcional entre a tikuna e o português, resultante da crescente interação com instituições urbanas, escolas regulares e espaços de trabalho.

Apesar disso, os dados não indicam ruptura com a língua materna. Pelo contrário, a transmissão intergeracional segue ativa, sobretudo pelo papel da Associação Wotchimaücü como *locus* comunitário de resistência e reativação linguística. Essa manutenção, no entanto, depende cada vez mais de práticas institucionais consolidadas, como a educação bilíngue e a formação de professores indígenas falantes nativos.

Por fim, considerando uso da língua, a partir dos critérios de transmissão, usos sociais e fatores adicionais, é possível situar a tikuna no grau entre 'vulnerável' e 'ameaçada', seja na tríplice fronteira ou no contexto urbano do Parque das Tribos.

### 5.4.2 Vulnerabilidade e estratégias de revitalização linguística

A vitalidade da língua tikuna em contexto urbano é sustentada por fatores de resistência simbólica e política, como a organização comunitária da Associação Wotchimaücü, a mobilização em eventos culturais e a autoidentificação positiva com a língua. Esses elementos constroem um *ethos* de pertença que se reflete na permanência do uso do Tikuna nas interações cotidianas e nas atitudes linguísticas favoráveis observadas ao longo da pesquisa.

Contudo, há também fatores de fragilidade. A convivência constante com o Português em contextos institucionais (escolas, serviços públicos, mídia) e a ausência de políticas linguísticas efetivas do poder público representam ameaças à continuidade do Tikuna como língua de uso social amplo. Essa fragilidade é agravada pela carência de materiais didáticos bilíngues, de formação de professores indígenas qualificados e de reconhecimento institucional da língua no sistema educacional urbano.

No entanto, as práticas de revitalização linguística realizadas no contraturno escolar, os ciclos de conversa em Tikuna, as assembleias comunitárias e o uso da língua em rituais e celebrações são iniciativas concretas que fortalecem sua presença no espaço urbano. A ênfase dos próprios falantes em formar professores nativos e em ensinar a língua desde a infância evidencia uma consciência sociolinguística ativa e crítica, que pode ser tomada como indicativo de vitalidade em processo de reafirmação.

Encerrar este capítulo com a máxima da UNESCO: “Sem língua, não há memória coletiva, não há transmissão cultural, não há comunidade que resista” é reconhecer a centralidade da língua como alicerce simbólico, político e histórico da coletividade Tikuna. A análise empreendida ao longo deste diagnóstico sociolinguístico evidenciou que a vitalidade da língua tikuna, em meio aos desafios da urbanização e do contato interétnico na cidade de Manaus, não se sustenta apenas na oralidade familiar ou na resistência dos mais velhos, mas se projeta como horizonte de futuro por meio da mobilização política, da educação bilíngue, da valorização comunitária e do exercício cotidiano dos direitos linguísticos.

Ao compreender que a língua não é apenas um meio de comunicação, mas um direito humano fundamental, torna-se ainda mais urgente reconhecer os espaços urbanos como territórios legítimos de pertencimento indígena. É neste contexto que a Década Internacional das Línguas Indígenas (IDIL 2022–2032) reafirma um compromisso ético global: promover ações concretas que assegurem às comunidades indígenas o direito de existir, sonhar e ensinar em sua própria língua, inclusive (e sobretudo) fora dos territórios tradicionalmente demarcados.

A realidade vivenciada pelos Tikuna da Associação Wotchimaücü demonstra que, mesmo em contextos de migração e deslocamento, a língua tikuna se mantém como fio condutor de identidade, memória e pertencimento. No entanto, a permanência dessa língua no espaço urbano exige não apenas resistência comunitária, mas políticas públicas comprometidas com a justiça linguística, com a revitalização das línguas minorizadas e com a formação de professores indígenas que reconheçam as especificidades de suas culturas e territórios, físicos e simbólicos.

Conforme estabelece a IDIL e o arcabouço internacional dos direitos linguísticos na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos ((UNESCO, ONU, 1996), ninguém deve ser abandonado. Isso implica considerar as línguas indígenas como patrimônio imaterial da humanidade e, ao mesmo tempo, como tecnologias vivas de expressão e organização do mundo. A língua tikuna, portanto, não é apenas herança ancestral: é ação presente e possibilidade de futuro.

Neste sentido, a realização de diagnósticos sociolinguísticos como o aqui apresentado torna-se uma estratégia não apenas de descrição, mas de ação. Um ponto de partida para políticas de salvaguarda, educação indígena diferenciada, reconhecimento territorial urbano e fortalecimento das vozes indígenas no debate público. Afinal, sem língua, não há memória, e sem memória, não há resistência possível.

A análise dos dados sociolinguísticos coletados junto à comunidade Tikuna da Associação Watchimaücü revela um panorama complexo e, ao mesmo tempo, potente da presença da língua tikuna no espaço urbano de Manaus. Esse cenário exige uma reflexão crítica mais aprofundada sobre os modos de existência dessa língua fora de seu território tradicional, em diálogo com a literatura da sociolinguística crítica e dos estudos decoloniais.

Como pontua Bortoni-Ricardo (2004), as línguas em situação de contato desigual tendem a sofrer deslocamentos funcionais, sendo relegadas ao domínio privado ou afetivo, enquanto a língua hegemônica ocupa os espaços de prestígio, como a escola, os serviços públicos e os meios de comunicação. Isso é visível no caso Tikuna em Manaus: embora a língua seja falada em casa e nas celebrações culturais, ela encontra barreiras sistemáticas para circular institucionalmente, o que compromete sua projeção como língua viva no cotidiano urbano.

Ao mesmo tempo, autores como Bagno (2013) e Moita Lopes (2006) nos lembram que a linguagem é prática social e que as línguas minorizadas não são frágeis por natureza, mas sim fragilizadas por relações de poder. Nesse sentido, o Tikuna em Manaus não está em processo de "desaparecimento", mas sim de reconfiguração e resistência. Sua vitalidade depende de um jogo de forças em que a comunidade atua ativamente, recriando espaços de uso da língua em assembleias, eventos culturais, ciclos de conversas, espaços religiosos e iniciativas pedagógicas não formais.

Contudo, para que essas ações pontuais se tornem políticas linguísticas consistentes, é necessário enfrentar alguns desafios estruturais: i) reconhecimento institucional da diversidade linguística nas políticas públicas urbanas, incluindo o mapeamento linguístico da população indígena residente em cidades como Manaus; ii) criação de escolas urbanas bilíngues específicas para povos indígenas, com currículo próprio, formação docente diferenciada e materiais didáticos em língua indígena, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (2005); iii) financiamento de projetos de documentação e revitalização linguística urbana, por meio de editais públicos voltados a povos indígenas não aldeados, e iv) formação de professores indígenas bilíngues urbanos, considerando suas especificidades culturais, identitárias e sociolinguísticas.

Nesse contexto, é fundamental reconhecer o papel estratégico das associações comunitárias, como a Wotchimaücü, como agentes produtores de políticas linguísticas de base. Como observa Mendonça (2022), “a política linguística urbana não deve se limitar a decretos legais, mas precisa incorporar a ação dos próprios falantes como formuladores e implementadores de estratégias de preservação”.

Em síntese, a manutenção da língua tikuna no espaço urbano não será garantida apenas por boas intenções ou pela resistência espontânea da comunidade. É preciso avançar em políticas públicas, formação intercultural e reconhecimento do direito à diferença linguística como parte integrante da cidadania indígena. Esse reconhecimento passa por ver o espaço urbano não como obstáculo, mas como território legítimo de reexistência indígena, no qual a língua tikuna pode, e deve, seguir sendo falada, ensinada, cantada, narrada e reinventada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa sociolinguística possibilitou uma compreensão aprofundada da situação da língua tikuna no espaço urbano de Manaus, revelando um cenário complexo, marcado simultaneamente por tensões e estratégias de resistência. O diagnóstico realizado junto à comunidade vinculada à Associação Wotchimaïcũ demonstrou que, apesar da pressão da língua portuguesa como idioma hegemônico e da ausência de políticas públicas eficazes, a língua tikuna permanece viva, sendo mobilizada como ferramenta de pertencimento, memória e luta coletiva.

A análise empírica, sustentada por uma abordagem sociolinguística crítica (Moita Lopes, 2006; Bagno, 2011 e 2013; Calvet, 2007), evidenciou que os deslocamentos territoriais e a urbanização não apagaram os laços linguísticos e culturais da etnia Tikuna. Ao contrário, provocaram a reconfiguração das práticas linguísticas, com a emergência de novos espaços de uso e de novas formas de resistência. A Associação Wotchimaïcũ figura, nesse contexto, como locus privilegiado de rearticulação comunitária e de promoção da língua tikuna, especialmente por meio de atividades realizadas no contraturno escolar, encontros rituais e oficinas culturais.

Os dados coletados apontaram para uma transmissão intergeracional ainda ativa, embora assimétrica. Crianças e jovens (Grupos 1 e 2) demonstram conhecimento e uso da língua tikuna, sobretudo nos espaços da associação, enquanto adultos e idosos (Grupos 3 a 5) apresentam domínio mais amplo e consolidado, sendo responsáveis pela manutenção de formas tradicionais da língua. Essa dinâmica revela o bilinguismo funcional como estratégia de sobrevivência cultural no ambiente urbano, uma convivência entre o Tikuna e o português que, apesar das tensões, não anula a centralidade da língua originária.

Contudo, os limites estruturais enfrentados pelas comunidades indígenas em Manaus não podem ser negligenciados. A ausência de escolas bilíngues específicas, a carência de materiais didáticos em Tikuna e a invisibilidade das línguas indígenas nos currículos escolares comprometem os esforços locais. A revitalização linguística requer políticas integradas, construídas com participação ativa das comunidades e voltadas à garantia de direitos linguísticos como direitos humanos.

É nesse horizonte que se inscreve a Década Internacional das Línguas Indígenas (IDIL 2022–2032), ao afirmar que “não há liberdade possível sem o direito à palavra”. Garantir o direito à palavra em Tikuna, dentro e fora dos territórios tradicionalmente demarcados, é reconhecer a cidade como espaço legítimo de pertencimento indígena e a língua como expressão viva de um projeto coletivo de futuro.

Assim, as principais contribuições desta pesquisa podem ser sintetizadas em três frentes: i) diagnóstico sociolinguístico detalhado: ao mapear usos, atitudes, práticas e variações linguísticas entre falantes Tikuna em Manaus, o estudo oferece subsídios empíricos para políticas linguísticas urbanas; ii) reconhecimento do protagonismo comunitário: a atuação da Associação Wotchimaücü demonstra que a promoção da língua indígena pode (e deve) partir de dentro da comunidade, respeitando seus modos próprios de organização e transmissão, e iii) proposição de caminhos para a revitalização: a pesquisa indica que a continuidade da língua tikuna no espaço urbano exige a consolidação de redes interinstitucionais, formação de professores indígenas, valorização da diversidade linguística nas escolas e reconhecimento legal da presença indígena nos centros urbanos.

Em última instância, ao documentar a vitalidade da língua tikuna em contexto urbano, esta tese se propõe não apenas como testemunho acadêmico, mas como instrumento político-pedagógico de apoio à resistência indígena e à luta por justiça linguística. Que essa língua continue ecoando nas escolas, nas praças, nos documentos e nas festas, como voz de um povo que não apenas resiste, mas reinventa o futuro em sua própria língua.

## REFERÊNCIAS

- ALANEN, Leena. Estudos feministas/estudos da infância: paralelos, ligações e perspectivas. In: CASTRO, Lúcia Rabello (org.). *Crianças e jovens na construção da cultura*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001.
- ALVIANO, Frei Fidelis de. *Índios Ticunas – Gramática, dicionário, verbos e frases e vocabulário prático da língua dos índios Ticunas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- ALKMIM, Tânia. Sociolinguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, Anna C. (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- ALVES, Gilson Chicon; CARVALHO, Cid Ivan da Costa; BARBOSA, José Roberto Alves. *A sociolinguística em perspectiva: pesquisa e ensino de línguas*. Mossoró, RN: Edições UERN, 2024.
- ANDERSON, L. Ticuna vowels with special regard to the system of five tonemes. *Publicações Avulsas do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, Série Lingüística, 1959.
- ANDERSON, Doris; ANDERSON, Lambert (comp.). *Diccionario ticuna-castellano*. Lima, Peru: Instituto Lingüístico de Verano, 2016. (Série Lingüística Peruana, n. 57).
- ANDRADE, Manuel Correia. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.
- ANDRADE, José Agnello A. D. de; MAGNANI, José Guilherme Cantor. Uma experiência de etnologia urbana: a presença indígena em cidades da Amazônia. In: AMOROSO, Marta; SANTOS, Gilton Mendes dos (org.). *Paisagens ameríndias: lugares, circuitos e modos de vida na Amazônia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.
- ARAÚJO, Jucinôra Venâncio de Souza; WEIGEL, Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros; RUBIM, Altaci Corrêa. Estudantes Tikuna em Manaus: entre o protagonismo na escola indígena e o silenciamento de identidades na escola não-indígena. *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 21, n. 45, p. 193-218, maio/ago. 2021.
- AZEVEDO, Marta Maria do Amaral. *Demografia dos povos indígenas do alto rio Negro/AM: um estudo de caso na nupcialidade de reprodução*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2013.
- BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO\\_EV127\\_MD1\\_SA1\\_ID10069\\_26092019082545.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA1_ID10069_26092019082545.pdf). Acesso em: 15 jan. 2025.
- BAINES, Stephen G. *Os índios Makuxi e Wapichana e suas relações com Estados nacionais na fronteira Brasil-Guiana*. (Série Antropologia). Brasília: Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2003.
- BATISTA, B.; RODRIGUES, D.; MOREIRA, E. V., PARRANÇA-DA-SILVA, F. Técnicas de recolha de dados em investigação: inquirir por questionário e/ou inquirir por entrevista. *Reflexões em torno de metodologias de investigação: recolha de dados*, v. 2, p. 13-36, 2021.
- BELTRÃO, Otto Gilberto de Arruda. *Realidade da Amazônia Brasileira*. 4. ed. Manaus, 2010.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O professor de português como agente de letramento*. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris; FREITAS, Vera A. de Lucas. *Sociolinguística educacional*. In: ABRALIN. 40 anos em cena. João Pessoa: Editora Universitária, 2009.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 dez. 1973. Disponível em: <http://www.lei.adv.br/6001-73.htm>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Diretrizes para a política nacional de educação escolar indígena*. 2. ed. Brasília: MEC/SEF/DPEF, 1993. (Cadernos de Educação Básica. Série Institucional, v. 2).

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 jul. 2001. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.186-16, de 21 de agosto de 2001. Regulamenta o inciso II do §1º e o §4º do art. 225 da Constituição. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 ago. 2001. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Referenciais para a formação de professores indígenas*. Brasília, DF: MEC/SEF, 2002.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 9 abr. 2025.

BRETANO, Luciana de Souza. *Bilinguismo escolar: uma investigação sobre controle inibitório*. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2011.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. Florianópolis; São Paulo: IPOL; Parábola Editorial, 2007. 166 p.

CARVALHO, F. O. On the genetic kinship of the languages Yuri and Tikúna. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*; 1 (2), 2009.

\_\_\_\_\_. *Estruturas fonéticas da língua tikúna: um estudo acústico preliminar*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, 2010.

CARVALHO, Wellington Marçal de; REZENDE, Angerlânia; GOMES, Gracielle Mendonça Rodrigues. *Fontes de informação especializadas em africanidades*. Ponto de Acesso, v. 13, n. 2, p. 174–201, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/30464>. Acesso em: 21 maio 2024.

CATACHUNGA, Eli Leão; SCHWARTZ, Rosana Maria Pires Barbato; SILVA, Renan Antônio. O povo Tikuna sob uma perspectiva histórica: de suas origens mitológicas à perda de sua identidade. *Revista Sem Aspas*, Araraquara, v. 10, e021006, jan./dez. 2021. e-ISSN 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v10i00.151>.

CATACHUNGA, Eli Leão. *Educação indígena Ticuna e o processo da afirmação étnica na escola municipal Ebenézer*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2021.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. A técnica do questionário na pesquisa educacional. *Revista Evidência*, v. 7, n. 7, 2012.

CORDEIRO, Ana Karoline da Silva; SOUZA, Ranniery Mazzilly Silva de; MEDEIROS, Rafael Lima; TEIXEIRA, Elton Pereira; JUNIOR, Nilson José de Oliveira; NASCIMENTO, Tássia Patrícia Silva do. Ensino fundamental indígena no âmbito das políticas públicas educacionais em Manaus – AM. *Revista Observatório de la Economía Latinoamericana*, Curitiba, v. 22, n. 1, p. 1230-1265, 2024.

CUNHA, Rodrigo Bastos. Políticas de línguas e educação escolar indígena no Brasil. *Educar em Revista*, n. 32, p. 143-159, 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *Tastevin, Parrissier: fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá*. Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2009. (Série Monografias).

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. Populações tradicionais e biodiversidade na Amazônia: levantamento bibliográfico georreferenciado. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: ISA, 2001.

DANTAS, Ana Lucia do Carmo. *Léxico de contato: os empréstimos linguísticos em tikuna*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas, 2022.

DUARTE, Inês. *O conhecimento da língua: desenvolver a consciência linguística*. Lisboa: PNPE, DGIDC, Ministério da Educação, 2008.

ELIA, Silvio. *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: Ática, 2000.

ERTHAL, Regina de Carvalho. Museus indígenas: articuladores locais de “tradições e projetos políticos”. In: SAMPAIO, Patrícia Melo; ERTHAL, Regina de Carvalho (orgs.). *Rastros da memória: história e trajetórias das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006.

ETTO, Rodrigo Mazer; CARLOS, Valeska Gracioso. Sociolinguística: o papel do social da língua. *Revista Anhanguera*, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 15-24, jan./dez. 2017.

EUGEN, Rosenstock Huessy. *A origem da linguagem*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FELIPE, Iury da Costa. *Histórias contadas em Mecürane: um estudo sobre a organização social e o território dos Tikuna*. Brasília, DF, 2018.

FERGUSON, C. A. Diglossia, *WORD*, 15:2, 1959. DOI:10.1080/00437956.1959.11659702

FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. *Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*. Barcelona: Ariel, 1998.

FLORENCIO, Roberto Remígio. *Educação indígena e intercultural nas aldeias do Opará: uma sociedade de sujeitos silenciados*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Salvador, 2022.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GREENBERG, J. H. *Language in the Americas*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

GOMES, Antonio Almir Silva (org.). *Ensino de línguas e educação escolar indígena*. Macapá: UNIFAP, 2019.

GONDIM, Grácia Maria de Miranda; MONKEN, Maurício. Território e territorialização. In: GONDIM, Grácia Maria de Miranda; CHRISTÓFARO, Maria Auxiliadora Córdova; MIYASHIRO, Gladys Miyashiro (orgs.). *Técnico de vigilância em saúde: contexto e identidade*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39894>. Acesso em: 8 ago. 2025.

GONÇALVES, Maria de Lurdes; ANDRADE, Ana Isabel. *Disponibilidades e autoimplicação: desenvolvimento profissional e plurilinguismo*. Educação, Porto Alegre, 2007.

GUMPERZ, John J. *Language in social groups*. Stanford: Stanford University Press, 1971.

GUMPERZ, John J. Introduction to Part IV. In: GUMPERZ, John J.; LEVINSON, Stephen C. (eds.). *Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1972.

GUY, Gregory. A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialetoal nos padrões de variação linguística. *Organon – Revista do Instituto de Letras da UFRGS*, Porto Alegre, v. 28-29, 2000. Disponível em: [link]. Acesso em: 30 abr. 2023.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HYMES, Dell. Models of the interaction of language and social life. (Revised from 1967 paper). In: GUMPERZ, John J.; HYMES, Dell (eds.). *Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication*. Oxford: Blackwell, 1972.

IBGE. Censo Demográfico 2022. *Indígenas: primeiros resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/censo-demografico-2022-indigenas-primeiros-resultados-do-universo> (PDF; 197 p.). Acesso em: 10 abr. 2024.

INGLIS, C. *Multiculturalism: new policy responses to diversity*. Paris: UNESCO, Management of Social Transformations – MOST Clearinghouse, 1996. Disponível em: <http://www.unesco.org/Notes/Notes02.htm>. Acesso em: 30 mar. 2025.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Guia de pesquisa e documentação para o INDL: patrimônio cultural e diversidade linguística*. v. 1. Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Brasília, DF: IPHAN, 2014.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Guia de pesquisa e documentação para o INDL: patrimônio cultural e diversidade linguística*. Brasília, DF: IPHAN, 2016.

ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Tikuna*. Povos Indígenas no Brasil, 2017. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tikuna>. Acesso em: 29 abr. 2024.

JIMENES, Amilcar Aroucha. *Protagonismo na cidade: os Tikuna em Manaus – a Associação Comunidade Wotchimaücü (1994-2013)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

JIMENES, Amilcar; SILVEIRA, Marcos César Borges da. *Domesticando a cidade: ser ticuna na Manaus contemporânea (1980-2014)*. *História Oral*, v. 18, n. 1, jan./jun. 2015. Acesso em: 30 mar. 2025.

JIMENES, Amilcar Aroucha. *Sobre flechas e canetas: faces da política indígena em Manaus (1980–2019)*. Manaus: Valer, 2021.

KRAMER, Sônia. Crianças e adultos em diferentes contextos – desafios de um percurso de pesquisa sobre infância, cultura e formação. In: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cecília (orgs.). *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LANDA, Mariano Báez; HERBETTA, Alexandre Ferraz. *Educação indígena e interculturalidade: um debate epistemológico e político*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017.

LIMA, Ademir dos Santos. *Educação escolar indígena: um estudo sociolinguístico do Nheengatu na Escola Puranga Pisasú do Rio Negro, Manaus – AM*. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras e Artes) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.

LITTLE, Paul E. *Amazonia: territorial struggles on perennial frontiers*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

LIZARDO, Bárbara Caroline G. Sales; LOBO, Marilene Ferreira; CARVALHO, Juliane Lima. Conflitos territoriais no Parque das Tribos – Manaus. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ENANPEGE*. Manaus: UFAM, 2021.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento*. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. *Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena*. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 26, n. 62/1, maio/ago. 2017.

MARINHO, Augusto Karol de Medeiros; LEITE, Maria Oderlânia Torquato. *O povo Ticuna na região da Amazônia brasileira: luta, resistência frente às novas ameaças ao direito à terra*. Mundo Amazônico, v. 9, 2018.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 2005.

MATAREZIO FILHO, Edson Tosta. *A festa da moça nova: ritual de iniciação feminina dos índios Ticuna*. São Paulo: Editora Humanitas, 2019.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas repensados. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino et al. (org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2004.

MATUDA, Nivea da Silva. *Introdução à demografia*. Curitiba: Departamento de Estatística da UFPR, 2009.

MELLO, H. *Formação do português brasileiro sob a perspectiva da linguística de contato*. In: RASO, T.; MELLO, H.; ALTENHOFEN, C. (Orgs.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MENDES, Mislene Metchacuna Martins. *A trajetória da política indígena do Alto Solimões: política indigenista e etnopolítica entre os Tikuna*. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

- MENDONÇA, Márcia. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: BUNZEN, C; MENDONÇA, M. (org.) *Português no ensino médio e formação do professor*. 2. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2022.
- MINDLIN, Betty. *Referenciais para a formação de professores indígenas*: um livro do MEC como bússola para a escolaridade. Em Aberto, Brasília, v. 20, n. 76, 2003.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Discursos de identidade*. São Paulo: Cortez, 2006.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTES, M. E. M. *Tonología de la lengua ticuna (Amacayacu)*. Bogotá: CCELA, 1994.
- MONTES, M. E. *Tiempo nominal en tikuna (Yuri-Tikuna)*. Forma y Función, 32(2), 191-222, 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.15446/fyf.v32n2.80819>
- MORELO, Bruna. *Leitura e escrita na universidade para estudantes indígenas: princípios e práticas pedagógicas para uma ação de permanência no campo das linguagens*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- MUTEPFA, Magen Mhaka; TAPERA, Roy. Traditional survey and questionnaire platforms. In: LIAMPUTTONG, Pranee (ed.). *Handbook of research methods in health social sciences*. Singapore: Springer, 2019.
- MYERS-SCOTTON, Carol. *Multiple voices: an introduction to bilingualism*. Oxford: Blackwell, 2006.
- NASCIMENTO, Adir Casaro; VIEIRA, Carlos Magno Naglis. *O índio e o espaço urbano*: breves considerações sobre o contexto indígena na cidade. Cordis. História: Cidade, Esporte e Lazer, São Paulo, n. 14, 2015.
- OLIVEIRA, João Pacheco de & Freire, Carlos Augusto da Rocha. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2002. Disponível em: <http://www.pathwaystohighereducation.org/resources/pdf/0003.pdf>
- OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- OLIVEIRA, J. C. P.; OLIVEIRA, A. L.; MORAES, F. A. M.; SILVA, G. e SILVA, C. O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. In: *III Congresso Nacional de Educação*, 2016.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *O nosso governo: Os ticuna e o regime tutelar*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- ORLANDI, Eni Lourdes Puccinelli. *Língua e conhecimento linguístico*: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.
- OXFORD *Advanced learner's dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- PALMA, Turazza; NOGUEIRA JR. Educação linguística e desafios na formação de professores. In: BASTOS, Neusa (org.). *Língua portuguesa: lusofonia – memória e diversidade cultural*. São Paulo: EDUC, 2008.

- PATRICK, Peter L. The speech community. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter; SCHILLING-ESTES, Natalie (eds.). *The handbook of language variation and change*. 2004 [2002].
- PAULA, Eunice Dias de; TAPIRAPÉ, Josimar Xawapare'ymi. Revitalização de línguas indígenas no Brasil: o caso dos Apyãwa. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 2017.
- PENNA, T. C. F. Por que demografia indígena brasileira. In: *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Águas de São Pedro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), v. 3, 1984.
- PEREIRA, Cláudia de Moraes Martins. *O ritual da moça nova do povo Tikuna: diálogo intercultural e os direitos dos povos indígenas no Brasil*. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.
- PEREIRA, Cláudia de Moraes Martins. *O ritual da moça nova do povo Tikuna: diálogo intercultural e os direitos dos povos indígenas no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Expert, 2024.
- PEREIRA, Telma; COSTA, Débora. Representação linguística: perspectivas práticas e teóricas. *Revista Gragoatá*, Niterói, n. 32, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33038>. Acesso em: 3 abr. 2024.
- PEREIRA, Rita Ribes. Pesquisa com crianças. In: PEREIRA, Rita Ribes; MACEDO, Nélia Mara Rezende (orgs.). *Infância em pesquisa*. Rio de Janeiro: NAU, 2012.
- PIMENTA, Daniela D. *O desenho de meninas e meninos na educação infantil: um estudo sobre relações de gênero na infância*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.
- QUINTEIRO, Jucirema. Infância e educação no Brasil: um campo de estudos em construção. In: FARIA, Ana L. G.; DEMARTINI, Zeila B. F.; PRADO, Patrícia (orgs.). *Por uma cultura da infância: metodologia de pesquisa com crianças*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMOS, Adine da Silva. *Gramática pedagógica da língua Macuxi: narrativas do processo de construção para a valorização da identidade étnica no Estado de Roraima*. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade Estadual de Roraima; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, 2021.
- RAPOZO, P., RADAELLI, A., y SILVA, R.C. (2019). Invisibilidades e Violências nos conflitos socioambientais em terras indígenas da microrregião do Alto Solimões, Amazonas Brasil. *Mundo Amazônico*, 10(2): 11-37. <http://dx.doi.org/10.15446/ma.v10n2.67141>.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- RODRÍGUEZ, M. E. M. Género, clasificación y nombres ligados en tikuna (Amazonia colombiana). *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*. v. 6, n. 1, 2014.
- \_\_\_\_\_. Sobre las formas personales en las familias Tikuna-Yurí, Sáliba-Piaroa (y Andoke). Parentesco, contacto o tipología. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, p. 67-90, 2013.
- RODRIGUEZ, Maria Emília Montes. *Vers une tonologie de la langue ticuna*. Mémoire (Diplôme d'Études Approfondies) – Université Paris VII, Paris, 1987.

ROCHA, Bruno Perrone da. *Reservas técnicas de etnografia e arqueologia do Museu Nacional: a máscara Ticuna e a tanga peruana como exemplo para o monitoramento ambiental através de análises experimentais*. Produto técnico-científico (Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia) – Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTIC, Rio de Janeiro, 2018.

ROSA, Maria Carlota. *Uma viagem com a linguística: um panorama para iniciantes*. 1. ed. São Paulo: Pá de Palavra, 2022.

SANTOS, M. L. dos; CRUZ, J. G.; SILVA, C. L. da. *Comunidades indígenas da cidade de Manaus: patrimônio cultural, atividades criativas e turismo*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2015.

SANTOS, José Rui; HENRIQUES, Susana. *Inquérito por questionário: contributos de conceção e utilização em contextos educativos*. Lisboa: Universidade Aberta, 2021.

SANTOS, Waniamara de Jesus dos. *Daniel Munduruku: contador de histórias, guardião de memórias, construtor de identidades*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

SCHUTZ, Litiéli W. “*Nunca peguei nenê no colo*”: traços e pontos sobre gênero construídos por crianças nas interações e brincadeiras. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

SCHWARTZ, S. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEVERO, Cristine Gorski. Comunidade de fala na sociolinguística laboviana: algumas reflexões. *Concórdia, SC: Universidade do Contestado*, n. 9, 2008.

SILVA, Aracy Lopes da. A educação indígena entre diálogos interculturais e multidisciplinares: introdução. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (orgs.). *Antropologia, história e educação: a questão indígena na escola*. 2. ed. São Paulo: Global, 2001.

SILVA, Cristiane Alves da. *Cosmologia Magüta: análise das histórias d'O livro das árvores*. De autoria coletiva dos indígenas Ticuna do Alto dos Solimões. Dissertação (Mestrado) UFAM, 2022.

SILVA, Kátia de Souza. *As línguas faladas na comunidade multiétnica Parque das Tribos em Manaus*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

SILVA, Shirlane Pantoja da. *O conhecimento escolar socializado aos Tikuna do Brasil e da Colômbia: interculturalidade e identidade*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

SILVA, Antônia Rodrigues da. *Concepções e práticas de educação escolar indígena: institucionalidade, estado da arte e escolarização dos tikuna no Alto Solimões, AM*. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

SOARES, L. B., COSTA, C. C., FONSECA, M. de B., & COSTA, V. A. Fatores explicativos das demarcações de terras indígenas: uma revisão de literatura. *BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, (96). Recuperado de <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/7>. 2021. DOI: <https://doi.org/10.17666/bib9601/2021>. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/13787>. Acesso em: 2 abr. 2025.

SOARES, M.F. Traços acústicos das vogais em Tikuna. *Cadernos de Estudos Linguísticos* (UNICAMP), CAMPINAS, n. 07, p. 137- 175, 1984.

\_\_\_\_\_. Alguns Processos Fonológicos em Tikuna. *Cadernos de Estudos Linguísticos* (UNICAMP), CAMPINAS, v. 10, p. 97-138, 1986.

\_\_\_\_\_. *O suprasegmental em tikuna e a teoria fonológica: investigação de aspectos da sintaxe tikuna*. Vol. I e II: Ritmo. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1992.

\_\_\_\_\_. *O supra-segmental em Tikuna e a teoria fonológica*. Investigação de aspectos da sintaxe Tikuna. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

SOARES, Marília Facó. *Língua/linguagem e tradução cultural: algumas considerações a partir do universo Ticuna*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas, Belém, v. 3, n. 1, jan./abr. 2008.

SOARES, Marília Facó. *O supra-segmental em Tikuna e a teoria fonológica: investigação de aspectos da sintaxe Tikuna*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

SOUSA, Maria da Conceição de; Scatena, João Henrique G; Santos, Ricardo Ventura. *Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena: criação, estrutura e funcionamento* - SIASI, 2014.

SOUSA, Sebastião Rocha de. *A identidade indígena Ticuna*. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

SOUZA, A. R. *Explorando e construindo um conceito de gesto escolar democrática*. Educação em Revista. v.25. n.03, p.123-140, dez. 2009.

STURZA, Eliana Rosa; TATSCH, Juliane. *A fronteira e as línguas em contato: uma perspectiva de abordagem*. Cadernos de Letras da UFF: Dossiê Línguas e culturas em contato, n. 53, 2016.

TRAVAGLIA, Luís Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e no 2º graus*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

UNESCO; ONU. *Declaração universal dos direitos linguísticos*. Barcelona, jun. 1996. Disponível em: <https://bityli.com/PWqCA>. Acesso em: 2 abr. 2025.

VIEIRA, Alva Rosa Lana. *Política dos territórios etnoeducacionais no Amazonas: perspectiva para efetivação de educação escolar indígena*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006.

#### REFERÊNCIAS DA WEB

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI).

Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas. Brasília: FUNAI, 2023.

Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas>. Acesso em: 25 maio 2025.

G1 AMAZONAS.

Como é a vida no Parque das Tribos, maior conglomerado indígena não aldeado do Brasil. Manaus: G1, 19 abr. 2025.

Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2025/04/19/como-e-a-vida-no-parque-das-tribos-maior-conglomerado-indigena-nao-aldeado-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 25 maio 2025.

#### KOOPERATION BRASILIEN.

A presença indígena na cidade de Manaus. Brasilicum, [s.d.].

Disponível em: <https://www.kooperation-brasilien.org/pt-br/publicacoes-1/brasilicum/257-pandemia-e-ignorancia-politica/a-presenca-indigena-na-cidade-de-manaus>. Acesso em: 25 maio 2025.

#### FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS.

Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entornos (COPIME). São Paulo: Fundo Brasil, [s.d.].

Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/coordenacao-dos-povos-indigenas-de-manaus-e-entornos-copime/>. Acesso em: 25 maio 2025.

CHATGPT<sup>10</sup>. Assistente de IA da OpenAI. São Francisco, CA: OpenAI, 2025. Disponível em: <https://chat.openai.com/>. Acesso em: 30 de maio. 2025.

---

<sup>10</sup> No processo de revisão textual, foram utilizadas interações com o modelo de linguagem ChatGPT (OpenAI, 2025), como ferramenta auxiliar, não substituindo a responsabilidade do autor sobre as escolhas finais.

## ANEXOS

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** DIAGNÓSTICO SOCIOLINGÜÍSTICO DO TIKUNA FALADO EM MANAUS-AM

**Pesquisador:** JOSE FELIX DA COSTA FILHO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 82751424.6.0000.5166

**Instituição Proponente:** Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 7.232.740

**Apresentação do Projeto:**

O texto que segue foi integralmente retirado do projeto informações básicas. Observam-se vários indígenas da etnia Tikuna migrando das cidades de Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte e São Paulo de Olivença, desde 1980, para a cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas. São povos vindos da tríade fronteira do Alto Solimões, onde há três cidades brasileiras que são: Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte. Nessa perspectiva, nota-se que esses indígenas, falantes da Língua Tikuna, em contato com a Língua Portuguesa, na cidade de Manaus, perdem certas particularidades linguísticas de sua fala, buscando novas formas de comunicação com outros grupos e em outras localidades. E, partindo dessa inquietação, surgiu então a proposta de fazer um diagnóstico da Língua Tikuna falada por esses indígenas que residem na cidade de Manaus. Então, para realizar esse diagnóstico sociolinguístico, partiremos de um recorte que serão os Tikuna associados a uma entidade intitulada de Associação comunitária Wotchimaucu, situada no Bairro cidade de Deus, na Zona Leste de Manaus. Esse diagnóstico sociolinguístico sobre a Língua Tikuna falada na referida associação terá como objetivo compreender as relações existentes entre a língua, a cultura e a sociedade na qual esses indígenas estão inseridos na cidade de Manaus. A investigação será realizada através da seleção de indivíduos, divididos por geração, como: infância (0 a 12 anos); juventude (13 a 25 anos); Adulto I (26 a 40 anos); Adulto II (40 a 60 anos) e idoso (mais de 60 anos), de modo

**Endereço:** Av. Tancredo Neves, 1095

**Bairro:** Cavalhada III

**CEP:** 78.200-000

**UF:** MT

**Município:** CACERES

**Telefone:** (65)98120-0113

**Fax:** (65)99989-7459

**E-mail:** cep@unemat.br

Continuação do Parecer: 7.232.740

a possibilitar um diálogo com outras pesquisas já realizadas no entorno de Manaus. Como referencial teórico para o diagnóstico, utilizar-se-á os diversos autores que investigam a Língua Tikuna e a Sociolinguística, como: William Labov, Dell Hymes, Johnn Fischer, Oliveira, entre outros que estão descritos no presente Projeto. Por fim, a partir

das informações, que serão investigadas por meio de um diagnóstico, deve-se constatar que a língua deve ser estudada, levando em consideração os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam os diversos falares da Língua Tikuna na associação comunitária Wotchimaucu, na cidade de Manaus.

### **Objetivo da Pesquisa:**

#### **Objetivo Primário:**

Realizar um diagnóstico sociolinguístico da Língua Tikuna falada na cidade de Manaus, de modo a possibilitar um diálogo com outras pesquisas já realizadas no entorno da cidade.

#### **Objetivo Secundário:**

Relatar a demografia dos Tikuna existentes nas cidades de Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte, bem como da cidade de Manaus e da associação comunitária Wotchimaucu do bairro cidade de Deus na Zona Leste de Manaus.

Investigar a historicidade dos Tikuna da cidade de Manaus através da associação comunitária Wotchimaucu dos Tikuna do Bairro cidade de Deus, na Zona Leste da cidade de Manaus, bem como seus desafios sociais, culturais e ambientais do lugar onde vive.

Verificar os contatos da Língua Tikuna com outras Línguas na associação comunitária Wotchimaucu de Tikuna na cidade de Manaus no Bairro cidade de Deus.

Elaborar um diagnóstico sociolinguístico com os diversos sujeitos da pesquisa da associação comunitária Wotchimaucu que serão dois sujeitos por geração, sendo: infância ¿ (0 a 12 anos); juventude ¿ (13 a 25 anos); Adulto I (26 a 40 anos); Adulto II ¿ (40 a 60anos) e idoso (mais de 60 anos).

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

- A pesquisa apresenta garantia de que danos previsíveis serão evitados, como preconiza a resolução 466/2012.

A pesquisa apresenta, como preconiza a resolução 466/2012:

- Ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- Garantia de que danos previsíveis serão evitados.

**Endereço:** Av. Tancredo Neves, 1095

**Bairro:** Cavallhada III

**CEP:** 78.200-000

**UF:** MT

**Município:** CACERES

**Telefone:** (65)98120-0113

**Fax:** (65)99989-7459

**E-mail:** cep@unemat.br

Continuação do Parecer: 7.232.740

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa apresenta:

- Respeito aos participantes da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;
- Ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- Garantia de que danos previsíveis serão evitados; e
- Relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos foram apresentados de acordo com as exigências da resolução 466/2012 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS - Conselho Nacional de Saúde.

#### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso CEP/UNEMAT após análise do protocolo em comento, de acordo com a resolução 466/2012 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS, é de parecer que não há restrição ética para o desenvolvimento da pesquisa.

#### **Considerações Finais a critério do CEP:**

#### **Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

| Tipo Documento                                            | Arquivo                                       | Postagem            | Autor                     | Situação |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|---------------------|---------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2406469.pdf | 13/10/2024 20:58:45 |                           | Aceito   |
| Cronograma                                                | 8_Cronograma_atualizado.pdf                   | 13/10/2024 20:52:05 | JOSE FELIX DA COSTA FILHO | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | 5_TALE_Revisto.pdf                            | 13/10/2024 20:51:36 | JOSE FELIX DA COSTA FILHO | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | 4_TACLE_Revisto.pdf                           | 13/10/2024 20:49:15 | JOSE FELIX DA COSTA FILHO | Aceito   |
| TCLE / Termos de                                          | 4_TACLE_Revisto.docx                          | 13/10/2024          | JOSE FELIX DA             | Aceito   |

**Endereço:** Av. Tancredo Neves, 1095

**Bairro:** Cavallhada III

**CEP:** 78.200-000

**UF:** MT

**Município:** CACERES

**Telefone:** (65)98120-0113

**Fax:** (65)99989-7459

**E-mail:** cep@unemat.br

# UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT



Continuação do Parecer: 7.232.740

|                                                           |                                           |                     |                           |        |
|-----------------------------------------------------------|-------------------------------------------|---------------------|---------------------------|--------|
| Assentimento / Justificativa de Ausência                  | 4_TACLE_Revisto.docx                      | 20:43:07            | COSTA FILHO               | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura                | 3_Declaracao_de_infraestrutura.pdf        | 13/10/2024 20:42:33 | JOSE FELIX DA COSTA FILHO | Aceito |
| Outros                                                    | 1_Instrumento_Coleta.docx                 | 13/10/2024 20:31:55 | JOSE FELIX DA COSTA FILHO | Aceito |
| Cronograma                                                | 8_Cronograma_atualizado.docx              | 13/10/2024 20:30:18 | JOSE FELIX DA COSTA FILHO | Aceito |
| Parecer Anterior                                          | parecer_anterior.pdf                      | 22/08/2024 23:09:27 | JOSE FELIX DA COSTA FILHO | Aceito |
| Outros                                                    | Oficio_ao_Diretor.docx                    | 22/08/2024 23:06:20 | JOSE FELIX DA COSTA FILHO | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | Projeto_de_pesquisa.docx                  | 22/08/2024 23:03:26 | JOSE FELIX DA COSTA FILHO | Aceito |
| Outros                                                    | curriculo_orientadora_22_de_julho.pdf     | 22/08/2024 23:00:00 | JOSE FELIX DA COSTA FILHO | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura                | declaracao_de_infraestrutura_assinada.pdf | 22/08/2024 22:55:34 | JOSE FELIX DA COSTA FILHO | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_UNEMAT_DA_PESQUISA.docx              | 22/08/2024 22:38:41 | JOSE FELIX DA COSTA FILHO | Aceito |
| Outros                                                    | curriculo_do_pesquisador.pdf              | 22/08/2024 22:32:16 | JOSE FELIX DA COSTA FILHO | Aceito |
| Brochura Pesquisa                                         | Brochura_da_Projeto.pdf                   | 22/08/2024 22:24:53 | JOSE FELIX DA COSTA FILHO | Aceito |
| Cronograma                                                | orcamento_da_Pesquisa.docx                | 22/08/2024 22:23:37 | JOSE FELIX DA COSTA FILHO | Aceito |
| Cronograma                                                | cronograma_da_pesquisa.docx               | 22/08/2024 22:22:18 | JOSE FELIX DA COSTA FILHO | Aceito |
| Folha de Rosto                                            | Folha_de_Rosto_assinada.pdf               | 22/08/2024 22:03:56 | JOSE FELIX DA COSTA FILHO | Aceito |

## Situação do Parecer:

Aprovado

## Necessita Apreciação da CONEP:

Não

**Endereço:** Av. Tancredo Neves, 1095

**Bairro:** Cavallhada III

**CEP:** 78.200-000

**UF:** MT

**Município:** CACERES

**Telefone:** (65)98120-0113

**Fax:** (65)99989-7459

**E-mail:** cep@unemat.br

Continuação do Parecer: 7.232.740

CACERES, 19 de Novembro de 2024

---

**Assinado por:**  
**Raul Angel Carlos Olivera**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. Tancredo Neves, 1095

**Bairro:** Cavahada III

**CEP:** 78.200-000

**UF:** MT

**Município:** CACERES

**Telefone:** (65)98120-0113

**Fax:** (65)99989-7459

**E-mail:** cep@unemat.br